

ROSILENE LAGARES
(Organizadora)

VOLUME

2

Política e Gestão da Educação Municipal no Tocantins:

O PRISME



FORMAÇÃO

ACOMPANHAMENTO

MONITORAMENTO

AValiação

PRISME


EDUFT
Conhecimento na palma da mão


Rede Colaboração Tocantins
FORMAÇÃO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

ROSILENE LAGARES
(Organizadora)

VOLUME

2

Política e Gestão da Educação Municipal no Tocantins:

O PRISME



FORMAÇÃO

ACOMPANHAMENTO

MONITORAMENTO

AValiação

PRISME


EDUFT
Conhecimento na palma da mão


Rede Colaboração Tocantins
FORMAÇÃO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Universidade Federal do Tocantins
Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

Reitora
Maria Santana Ferreira dos Santos
Milhomem

Vice-reitor
Marcelo Leineker Costa

**Pró-Reitor de Administração e Finanças
(PROAD)**
Carlos Alberto Moreira de Araújo

**Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento
(PROAP)**
Eduardo Andrea Lemus Erasmo

**Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
(PROEST)**
Kherlley Caxias Batista Barbosa

**Pró-Reitor de Extensão, Cultura e
Assuntos Comunitários (PROEX)**
Bruno Barreto Amorim Campos

**Pró-Reitora de Gestão e
Desenvolvimento de Pessoas
(PROGEDEP)**
Michelle Matilde Semiguen
Lima Trombini Duarte

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

**Pró-Reitor de Pesquisa e
Pós-Graduação (PROPESQ)**
Marcos Vinícius Giongo Alves

**Pró-Reitora de Tecnologia e
Comunicação (PROTIC)**
Olívia Tozzi Bittencourt

**Conselho Editorial
Presidente**

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde
Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes
Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas
Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar
Wilson Rogério dos Santos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>



<http://www.abeu.org.br>

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

Copyright © 2026 – Universidade Federal do Tocantins – Todos direitos reservados

www.uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte Bloco
IV, Reitoria
Palmas/TO | 77001-090



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins

W388 Política e Gestão da Educação Municipal no Tocantins: o PRISME. [livro digital]
Volume 2 / Organização: Rosilene Lagares

Palmas, TO
: EdUFT, 2026.
246 p.

ISBN nº 978-65-5390-253-4

1. Educação 2. Formação 3. Inclusão 4. Gestão; I. Lagares, Rosilene II. Título.

CDD 980.1

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

DOI: 10.20873//_eduft_2026_50

Diagramação: Ana Luiza Lopes Costa
Ana Júlia Campos Vieira

Capa: Ana Júlia Campos Vieira

Dimensão da Formação

FORMAÇÃO: O PLANEJADO X O REALIZADO

1. RESULTADOS ALCANÇADOS

Na versão RCT 2023/2024, cumpriu-se a função de coordenação de Formação do “PRISME – Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: Formação, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação em Política/Gestão Educacional”, no eixo estruturante Governança e Gestão da política da educação municipal.

Dentre as atribuições da coordenação de formação desempenhadas no PRISME destaca-se:

“assessorar administrativa e pedagogicamente o coordenador geral do PRISME e os formadores no que concerne às atribuições relativas à coordenação de formação e ao formador PRISME; participar das reuniões ordinárias e extraordinárias de trabalho no âmbito do PRISME; participar dos momentos de estudos e análise dos dados e informações das atividades dos cursistas e/ou das ações dos municípios; participar efetivamente das atividades PRISME: formação; acompanhamento; monitoramento e avaliação; contribuir com a elaboração de materiais para formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação; redigir e revisar os documentos oficiais do PRISME a serem encaminhados aos participantes da educação municipal e autoridades; contribuir para articular a realização dos eventos presenciais; analisar os relatórios do movimento formativo; contribuir com a coleta e transformação de dados e informações em conhecimentos científicos concernente ao PRISME 2024-2025; assessorar a gestão PRISME e coordenação de formação na Produção e Difusão do Conhecimento Científico publicáveis em artigo, livros, e-book etc.; assessorar a gestão PRISME e coordenação de formação na Gestão da Informação e Comunicação - Redação, Diagramação, Informação e Comunicação, Redes Sociais/ Conteúdo de web e outros congêneres; assessorar a gestão PRISME e coordenação de formação na articulação com os Sistemas Municipais de Educação/Ensino e Cerimonial; elaborar relatórios e outros documentos referentes à coordenação de formação e, especificamente, sobre a sua função; e contribuir com a realização de outras atividades não elencadas anteriormente, mas que estejam relacionadas ao PRISME 2024-2025” (PRISME/RCT, 2024).

O PRISME/RCT 2023/2024 estruturou-se nas atividades de formação, monitoramento, acompanhamento e avaliação conforme a figura seguinte.

¹ PRISME/RCT. **Projeto Pedagógico:** Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: Formação, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação em Política/Gestão Educacional. Palmas/Tocantins: MEC/UFT/UNDIME, 2024.



POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

RESULTADOS GERAIS OBTIDOS ABRANGENDO A COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO

O Movimento de Formação no âmbito do Programa PRISME 2023/2024 foi desenvolvido abrangendo 4 eixos: EIXO I) Aspectos administrativos e planejamento prévio da formação PRISME 2024; EIXO II) Planejamento, forma de realização da formação e acompanhamento; EIXO III) Elaboração de documentos e materiais didáticos e científicos; EIXO IV) Formação do coletivo e inscritos no PRISME e suas repercussões efetivas para a educação municipal.

EIXO I) Aspectos administrativos e planejamento prévio da formação PRISME 2024

Em relação a este eixo, a Gestão geral do PRISME, que inclui a **coordenação de formação**, elaborou a proposta pedagógica do Programa abrangendo a **estrutura e a dinâmica formativa**, definiu o **cronograma de atividade** e a **metodologia** de formação e organizou o **Coletivo** explicitando as **atribuições e competências** dos grupos de trabalhos, conforme expresso nos quadros seguintes.

ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA FORMAÇÃO PRISME 2024		
Dimensões da Práxis Formativa	Caracterização	Modalidade/ ambiente
1) Formação do Coletivo PRISME	Formação do Coletivo de Trabalho e sistematização dos Planos/Projetos/Ações/Atividades Formativas. Ação formativa de planejamento, estudo, realização, acompanhamento, monitoramento e avaliação	Híbrida – Virtual (Google Meet) e presencial
2) Formação teórico-prática estruturante	As atividades formativas relativas à formação teórico-prática estruturante para os participantes municipais PRISME do Projeto I ocorrerão articulando os momentos síncronos e presenciais.	Híbrida – Virtual/ Síncrona [tendo o AVNEI como ambiente fonte + o Google Meet]; e presencial
3) Formação teórico-prática mobilizadora	Articulada ao movimento formativo estruturante, a formação teórico-prática mobilizadora abrangerá os participantes municipais PRISME dos Projetos I e II e se efetivará por meio da realização das atividades assíncronas . Esta ação formativa poderá ocorrer no formato híbrido abrangendo as atividades presencias e/ou virtuais no âmbito dos municípios e as virtuais no âmbito do AVNEI como ambiente administrador e interativo síncrono.	Híbrida – Presencial nos municípios e virtual/assíncrono no AVNEI
4) Movimento formativo articulador contínuo	ACOMPANHAMENTO – Tem o sentido de formação contínua e abrange todo o movimento formativo descrito anteriormente. MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO – Compõe o conjunto dos momentos formativos e engloba a produção de dados e informações, seguido de análise diagnóstica e levantamento de problemas, causas e necessidades relativas ao alcance dos objetivos do Programa e da educação municipal.	

CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRISME 2024		
MOMENTOS FORMATIVOS	Formação teórico-prática estruturante (para os inscritos no projeto I)	Formação teórico-prática mobilizadora/atividades assíncronas (para os inscritos nos projetos I e 2)
Momento formativo 1 (Remoto)	25/03/2024	25/03/2024
Momento formativo 2 (Remoto)	11/04/2024 (8h às 10h)	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 3 (Remoto)	16/05/2024 (10h30 às 11h30)	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 4 (Remoto)	13/06/2024 (8h às 10h)	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 5 (Presencial)	14 e 15/08/2024	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 6 (Remoto)	29/08/2024 (8h às 10h)	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 7 (Remoto)	03/10/2024 (8h às 10h)	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 8 (Presencial)	21/11/2024	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 9 (Remoto)	28/11/2024	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Reunião com os Supervisores PRISME (Remoto)	2/5, 23/5, 27/6, 22/8, 26/9, 24/10 - (8h às 10 horas)	
OBSERVAÇÕES:		

EIXO II) Planejamento, realização da formação e acompanhamento

Em relação à Coordenação de formação no âmbito do PRISME, sinteticamente foram desenvolvidas as seguintes frentes de trabalhos:

Reuniões de Gestão do PRISME/RCT/2024 abordando os aspectos técnico-administrativos e planejamento geral das atividades em andamento, acompanhamento e avaliação do processo formativo em geral.

Reuniões do Coletivo PRISME/RCT/2024 contribuindo com o processo de planejamento da formação abrangendo o PRISME/2024: formando o coletivo; planejamento as unidades formativas e momentos formativos; e realizando orientações gerais sobre o programa PRISME (projetos 1, 2 e 3).

Reuniões com os supervisores PRISME municipais para orientação e esclarecimentos de dúvidas sobre o processo formativo, em geral, e as atividades assíncronas realizadas no âmbito do município.

Reuniões de elaboração da proposta estrutural do AVNEI (Ambiente Virtual de Natureza Educativa Interativa).

Planejamento, organização de materiais didático-pedagógico para os **Momentos Formativos PRISME/2024** e participação direta nas salas formativas específicas nos referidos momentos formativos junto aos inscritos no PRISME/RCT/2024.

Participação, em geral, no **acompanhamento do processo formativo** em relação aos projetos PRISME/RCT/2024.

Produção de material pedagógico instrutivo-formativo e produção de conhecimento científicos ligados aos projetos PRISME/RCT/2024.

No movimento formativo a realização dos 9 Momentos Formativos abrangeu, de forma articulada, os projetos 1, 2 e 3 do PRISME, com a disseminação de práticas formativas diversificadas no âmbito da educação municipal, conforme a figura seguinte:

PROJETO	Eixo Temático
PROJETO 1	Planos Decenais de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE); e ICMS-Educacional.
PROJETO 2	Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação Integral, Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério: capacidades técnicas, institucionais, jurídicas, políticas e financeiras.
PROJETO 3	Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI): lócus de trabalho do PRISME.

O PRISME 2024 foi desenvolvido articulando três unidades formativas a saber: **“Unidade Formativa 1 – Planejamento e gestão educacional: marco situacional e diretrizes teórico- filosóficas materializado nos PME e evidenciado pelos quesitos e dimensões compreendidas no ICMS- Educacional do Tocantins; Unidade Formativa 2 – Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos PME materializados em relatórios e instituição/efetivação das comissões de monitoramento dos PME no âmbito da educação municipal”; e Unidade Formativa 3 – Gestão democrático-participativa e controle social como forma de mobilização da comunidade educacional e escolar dos SME para a elaboração dos novos planos municipais (2024-2034).**

A centralidade da formação recaiu sobre as seguintes temáticas: 1) planejamento e gestão educacional na relação articulada entre o plano municipal de educação como epicentro das políticas municipais e o fórum permanente da educação municipal”; 2) “Planejamento e gestão educacional no Tocantins tendo o plano municipal de educação como epicentro das políticas públicas na perspectiva democrático- participativa: o dito, o escrito e o realizado na educação municipal”; 3) **Planos Municipais de Educação:** Atividade Assíncrona IV (Parte 1) como instrumento de diagnóstico da Educação municipal e mobilização para a elaboração do Novo PME: acesso e condições de realização e permanência na educação infantil e fundamental e; 4) **Planos Municipais de Educação:** Atividade Assíncrona IV (Parte 2) como instrumento de diagnóstico da Educação municipal e mobilização para a elaboração do Novo PME: valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais; 5) Direito à Educação, Plano Municipal de Educação e

Sistema Municipal de Educação como Política de Estado [PL 2.614/2024]; e 6) Governança Brasileira, Direito à Educação e Planejamento Educacional: PNE 2026-2036 e repercussões para os PME.

EIXO III) Documentos, materiais didático e científico produzidos.

Conforme o quadro seguinte, com a participação efetiva da coordenação de formação, o Programa PRISME 2024 produziu um conjunto expressivo de documentos, materiais didáticos e materiais científicos e instrutivo formativo (Apêndices A, B, C e D: LIVRETOS I, II, III e IV). Tal produção, no movimento de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Educação (SME), objetivou subsidiar a formação do próprio coletivo e dos inscritos no programa, buscando efetivar o diagnóstico sobre o planejamento educacional tendo como ponto de partida os Planos Municipais de Educação (PME) e vislumbrando a elaboração do planejamento educacional no âmbito da educação municipal do Tocantins para a próxima década 2026-2036.

QUADRO 1 – Produção realizada com participação efetiva da coordenação de formação		
<i>Item</i>	<i>Descrição da produção</i>	<i>Natureza</i>
1	PLANEJAMENTO GERAL DO PRISME 2024: ESTRUTURA E DINÂMICA FORMATIVA	Planos geral, de trabalho e de ensino
2	PLANO DE TRABALHO DAS UNIDADE FORMATIVAS I, II e III	
3	PLANOS DE ENSINOS DOS MOMENTOS FORMATIVO I a IX	
4	PROGRAMAÇÃO DO V MOMENTO FORMATIVO PRISME 2024 – PRESENCIAL	
5	PLANO FORMATIVO DO COLETIVO PRISME 2024 - PROGRAMAÇÃO	
6	TEMPLATE-ATIVIDADE 1-V-MF-PRISME-2024-FORMADORES-FINAL	
7	TEMPLATE-MUNICÍPIOS-COMUNICAÇÕES-V-MF-PRISME-2024-FINAL	
8	PROGRAMAÇÃO DO VIII MOMENTO FORMATIVO PRISME 2024 – PRESENCIAL	
9	PROGRAMAÇÃO DO IX MOMENTO FORMATIVO PRISME 2024/FINAL – YOUTUBE	Documentos,
10	ATIVIDADE ASSÍNCRONA 1- Introdução-CAMA	
11	ATIVIDADE ASSÍNCRONA II-FME	
12	ATIVIDADE ASSÍNCRONA III-RELATO-SIGNIFICATIVO	
13	ATIVIDADE-ASSÍNCRONA-IV[PARTE-1]	
14	ATIVIDADE-ASSÍNCRONA-IV[PARTE-2]	
15	MATERIAL-INSTRUTIVO-FORMATIVO-PROPOSTAV1-FINAL-V1	

16	PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-PARA-AVNEI-FORMAÇÃO-06-06-2024	materiais didático e científico produzido s e em produção
17	MATERIAL PEDAGÓGICO DE APOIO AOS MOMENTOS FORMATIVOS I A IX- COMPARTILHADO COM OS MUNICÍPIOS	
18	REVISÃO DA COLETÂNEA DE POLÍTICA EDUCACIONAL 2 SOBRE A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO.	
19	ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ DA REVISTA OBSERVATÓRIO - PLANOS EDUCACIONAIS COMO EPICENTRO DA POLÍTICA E GESTÃO DOS SISTEMAS E ESCOLAS: FUNDAMENTOS, POLÍTICA CURRICULAR, FORMAÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS	
20	ELABORAÇÃO DE 2 ARTIGOS E SUBMISSÃO AO DOSSIÊ DA REVISTA COCAR - Interculturalidade e Políticas Educacionais	

1.1 Principais obstáculos ou dificuldades encontradas

Na versão do PRISME 2024, os **obstáculos** INTERNOS AO COLETIVO foram pontuais – relativos aos condicionantes de ordem pessoal, tecnológicos e materiais (financeiros) – mas que foram contornados no decorrer do processo e, portanto, não inviabilizando o trabalho desenvolvido. Estamos falando – em relação aos aspectos pessoais – de pontuais dificuldades de alguns dos membros do coletivo com o desenvolvimento do trabalho devido ao acúmulo de tarefas da sua vida cotidiana; falta de uma internet e ambiente tecnológico potente (tipo 5G) viabilizadores das atividades do Coletivo PRISME, dos inscritos no Programa e do Ambiente Virtual de Natureza Interativa e Educativa (AVNEI); e, devido ao volume de trabalho a ser realizado, recurso financeiro insuficiente destinado às diárias e deslocamentos para a realização das atividades presenciais.

Em relação À EDUCAÇÃO MUNICIPAL, os obstáculos e dificuldades decorrem, principalmente, das persistentes **fraturas estruturais e conjunturais** verificadas no Movimento de Institucionalização e Gestão dos SME Tocantinenses expressas na **dicotomia entre**: política educacional entendida como grande política x a pequena política partidária que, em ano de eleição municipal, promoveu descontinuidades de ações impactada pela disputa de poder envolvendo a movimentação de pessoal desfocada de suas finalidades; a teoria e a prática; o planejamento e a realização das ações; a vontade e as condições materiais (econômicas e humanas) para a sua realização; as ideias sobre a gestão democrática e a sua efetivação na perspectiva participativa; o discurso sobre a valorização dos profissionais e sua concretização efetiva; os gestores, professores, alunos, comunidade escolar e sociedade, em geral; o

SME e as escolas; as informações esparsas e o conhecimento efetivo da realidade educacional; e o conhecimento científico, a educação, a cultura e o trabalho.

No que concerne ao CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL, assim como em 2023, os obstáculos compreenderam as dificuldades de: liberação dos recursos do projeto conforme o cronograma estabelecido no planejamento do PRISME; efetivação de um sistema nacional de educação abrangendo a União, os Estados e os Municípios; planejamento e realização de uma gestão democrático-participativa; articulação entre as diretrizes elaboradas e as condições materiais para a sua realização; realização, via financiamento público, de uma educação pública, laica, gratuita, democrática e de qualidade tendo em vista a ampliação da esfera privada, de interesse particular; e a superação da cultura política autoritária, patrimonialista e clientelista, por uma cultura democrático-participativa, autônoma e emancipadora.

1.2 Satisfação entre os resultados esperados e os resultados alcançados EIXO IV) Formação do coletivo e inscritos no PRISME e suas repercussões para a educação municipal

Em geral, as atividades formativas realizadas no presente ano no Programa PRISME/RCT foram intensas/positivas e abrangeram um quantitativo de 105 municípios e “1527” inscritos no Programa mais 102 supervisores municipais PRISME. A formação PRISME abrangeu diversos profissionais e instâncias de gestão no âmbito da educação municipal, como descrito no quadro seguinte:

QUADRO 2 – Número de inscritos no programa PRISME 2024 por função e representação		
Função/representação no PRISME	QT	PCT
Dirigente Municipal de Educação (DME)	105	6%
Membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME)	255	17%
Representante das Unidades Escolares Municipais (UE)	169	11%
Representante do Conselho do Fundeb	161	11%
Representante do Conselho Municipal de Educação (CME)	219	14%
Representante do Fórum Permanente de Educação Municipal (FME)	215	14%
Representante dos Técnicos lotados na Secretaria Municipal de Educação	202	13%
Responsável pelo ICMS Educacional	69	5%
Supervisor Municipal PRISME	102	7%
Função/representação não informada	37	2%
Total	1527	100%
Fonte: PRISME/AVNEI (2024)		

Para além da formação dos inscritos no PRISME (Quadro 1), o conjunto da formação

expressos nos conteúdos mencionados anteriormente repercutiu para um conjunto significativo de sujeitos no âmbito do município e da educação municipal, conforme o quadro 2, seguinte.

QUADRO 3 – Repercussão da formação PRISME na educação municipal no ano de 2024			
Repercussão PRISME	QTMG	QTMA	PCTA
Municípios Envolvidos	139	105	76%
Sistema/Rede Municipal de Educação	139	105	
Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME)	139	105	
Unidades Escolares Municipais (UE)	139	105*	
Conselho do Fundeb	139	105	
Conselho Municipal de Educação (CME)	139	105	
Fórum Permanente de Educação Municipal (FME)	139	105	
Secretaria Municipal de Educação	139	105	
Setor de Financiamento/ ICMS Educacional	139	105	
Setor de Supervisão da Educação Municipal	139	105	
LEGENDA: Quantidade de Municípios do Tocantins Geral (QTMG); Quantidade de Municípios atendidos (QTMA).			
*OBSERVAÇÃO – 169 representantes de Unidades Escolares participam do PRISME, portanto, a repercussão efetiva do programa na organização do processo de ensino aprendizagem (se fizermos uma equação simples da existência de cada escola possuir pelo menos 20 alunos – 169 x 20) pode chegar a 3.380 sujeitos.			
Fonte: PRISME/SEDUC (2024).			

Ressaltamos que a formação sob a minha coordenação, no movimento formativo, também foi responsável por promover a formação do Coletivo de sujeitos envolvido no processo, composto por, aproximadamente 30 pessoas.

O movimento formativo PRISME 2024 teve como centralidade fazer o diagnóstico da educação tomando como referência as políticas educacionais expressas nos Planos Municipais de Educação (PME). Para tanto foi elaborado e aplicado um instrumento de coleta de dados e informações estruturado em 5 Atividades Assíncronas. Resultante deste esforço de pesquisa junto aos municípios apresentamos, na sequência, expressando o nível e os obstáculos referente à realização de 21 políticas educacionais agrupadas, simultaneamente, em 11 Regionais de Ensino PRISME. Trata-se das respostas dadas à Atividade Assíncrona IV (Parte 1) com 12 questões e Atividade Assíncrona IV (Parte 2) com 9 questões.

RESULTADO GERAL EM RELAÇÃO À ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) POR REGIONAL DE ENSINO PRISME

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

1) Regional de Araguaína

QUADRO 4 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental						
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICIPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios					
	NÍVEIS					
ARAGUAÍNA	1	2	3	4	5	
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	1	3	6	1	
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	2	5	2	2	0	
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	2	8	1	
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	1	1	1	5	3	
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	3	1	2	4	1	
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)	4	5	2	0	0	
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	2	3	2	4	0	
8) Padrões mínimos de insumos (Internet)	1	3	0	2	5	
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	1	6	1	3	0	
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	2	0	3	6	
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	1	2	0	8	
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	0	2	4	5	
TOTAL	14	28	19	41	30	
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)						

2) Regional de Araguaína

3) Regional de Araias/Dianópolis

4) Regional de Colinas

5) Regional de Guaraí

6) Regional de Gurupi

7) Regional de Palmas/Palmas

8) Regional de Paraíso

9) Regional de Pedro Afonso

10) Regional de Porto Nacional

11) Regional de Tocantinópolis

QUADRO 5 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – OBSTÁCULOS ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental								
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios							
	OBSTÁCULOS							
ARAGUAÍNA	A	B	C	D	E	F	G	
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	2	1	1	0	3	0	1	
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	3	2	1	1	3	0	0	
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	1	0	0	1	1	0	0	
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	3	1	1	3	3	0	0	
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	6	1	0	5	3	0	1	

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (J/Ampliada)	8	3	0	3	8	0	0
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	10	1	0	-	3	0	0
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	2	1	1	-	1	0	5
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	7	2	1	1	4	0	0
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	1	1	0	0	1	0	0
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	1	0	0	0	0	0	0

QUADRO 6 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE

1) – **NÍVEIS** de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios				
	NÍVEIS				
ARAGUATINS	1	2	3	4	5
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	0	1	5	2
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	0	1	4	2	1
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	1	1	4	2
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	0	2	1	4	1
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	2	3	3	0	0
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)	0	2	1	4	1
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	1	0	4	3	0
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	0	1	1	5	1
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	1	1	3	2	1
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	1	0	1	2	4
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	2	6
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	1	2	1	3	1
TOTAL	6	15	21	36	20
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 7 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE

1) – **OBSTÁCULOS** ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios					
	OBSTACULOS					
ARAGUATINS	A	C	D	E	F	G
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	2	1	1	2	2	3
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	2	1	1	3	3	2
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	1	0	1	1	0	0
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	1	1	1	2	2	2
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	3	1	3	3	2	1
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (J/Ampliada)	2	0	1	3	2	2
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	4	1		2	2	2
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	3	1	0	1	4	1
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	4	1	2	2	2	1
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	2	0	0	1	1	2
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	1	0	0	1	1	0

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	4	0	1	1	4	1
TOTAL	29	7	11	22	25	17
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)						
QUADRO 8 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental						
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios					

	NÍVEIS				
ARRAIAS/DIANÓPOLIS	1	2	3	4	5
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	0	0	6	1
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	2	3	0	1	1
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	1	6	0
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	1	1	1	3	1
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	2	1	0	1	3
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)	2	0	0	3	2
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	1	1	3	2	0
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	1	1	0	4	1
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	2	0	2	3	0
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	0	0	3	4
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	1	6
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	0	0	4	3
TOTAL	11	7	7	37	22
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 9 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – OBSTÁCULOS ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental							
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios						
	OBSTÁCULOS						
ARRAIAS/DIANÓPOLIS	A	B	C	D	E	F	G
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	1	0	0	1	1	3	3
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	2	1	0	1	2	2	0
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	0	0	0	0
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	1	1	0	2	3	2	0
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	2	1	0	2	1	2	0
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (J/Ampliada)	2	1	0	2	3	1	0
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	3	2	0	0	1	3	0
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	2	1	0	0	0	2	2
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	2	3	0	2	1	1	1
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	1	0	0	0	1	1
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	0	0	1	0
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte	2	0	0	0	0	3	0

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

escolar)							
TOTAL	17	11	0	10	12	20	7
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 10 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental						
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios					
	NÍVEIS					
COLINAS	1	2	3	4	5	
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	0	1	7	2	
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	0	2	2	5	1	
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	7	3	
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	0	0	3	5	2	
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	0	2	0	3	5	
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)	2	2	2	1	3	
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	0	1	4	4	1	
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	1	0	0	4	5	
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	1	0	3	4	2	
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	0	1	1	8	
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	0	10	
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	0	0	3	7	
TOTAL	4	7	16	44	49	
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)						

QUADRO 11 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – OBSTÁCULOS ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental							
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios						
	OBSTÁCULOS						
COLINAS	A	B	C	D	E	F	G
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	3	0	0	0	3	3	1
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	3	0	0	0	4	4	0
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	1	0	0	0	1	1	0
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	3	0	0	3	4	3	2
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	1	0	0	2	1	2	0
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (J/Ampliada)	3	0	3	4	0	1	1
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	2	2	0	1	4	1	0
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	1	0	0	0	0	3	1
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	5	0	0	0	2	1	1
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	1	0	0	0	1	2	0
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	0	0	0	0
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	3	0	0	0	3	0	0
TOTAL	26	2	3	10	23	21	6

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)

QUADRO 12 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental					
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios				
	NÍVEIS				
GUARAÍ	1	2	3	4	5
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	0	1	3	2
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	1	3	1	1	0
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	4	2
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	0	1	1	1	3
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	0	5	0	0	1
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)	1	2	1	1	1
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	0	1	1	3	1
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	1	0	0	1	4
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	2	0	1	3	0
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	1	0	0	5
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	0	6
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	0	0	2	4
TOTAL	5	13	6	19	29
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 13 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – OBSTÁCULOS ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental							
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios						
	OBSTÁCULOS						
GUARAÍ	A	B	C	D	E	F	G
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	1	1	0	1	2	0	3
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	2	1	0	0	4	0	1
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	0	0	0	6
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	0	0	0	0	0	0	6
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	2	0	0	2	0	0	4
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (J/Ampliada)	3	1	0	2	2	0	2
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	1	0	0	0	1	0	4
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	0	0	0	0	0	0	6
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	2	0	0	0	1	0	3
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	0	0	0	0	0	6
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	0	0	0	6
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	0	0	0	1	0	6
TOTAL	11	3	0	5	11	0	53
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 14 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental	
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

	NÍVEIS				
	1	2	3	4	5
GURUPI					
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	0	0	3	4
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	0	0	3	4	0
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	1	0	0	4	2
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	0	0	5	1	1
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	1	2	0	3	1
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)	1	1	1	3	1
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	0	1	3	3	0
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	0	0	0	4	3
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	0	1	2	3	1
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	0	0	1	6
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	0	7
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	0	1	3	3
TOTAL	3	5	15	32	29
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 15 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – OBSTÁCULOS ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental							
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios						
	NÍVEIS						
GURUPI	A	B	C	D	E	F	G
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	0	0	0	0	1	2
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	2	0	0	0	1	3	1
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	0	0	0	1
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	1	1	0	1	1	2	1
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	2	0	0	2	1	1	1
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (J/Ampliada)	3	1	0	1	2	0	2
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	3	1	0	0	1	2	2
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	1	1	0	0	0	3	0
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	2	0	0	1	3	1	1
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	1	0	0	1	1	0	0
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	0	0	0	0
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	1	0	0	0	0	2	1
TOTAL	16	4	0	6	10	13	12
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 16 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental					
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICIPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios				
	NÍVEIS				
PALMAS/MIRACEMA	1	2	3	4	5
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	0	1	4	2

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	1	2	2	1	1
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	1	3	3
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	0	1	2	3	1
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	0	1	1	3	2
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)	1	2	1	1	2
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	1	0	3	3	0
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	1	1	1	1	1
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	2	0	1	1	3
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	1	1	4	1
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	3	4
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	1	0	3	3
TOTAL	6	9	14	32	23
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 17 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – OBSTÁCULOS ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental							
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios						
	OBSTÁCULOS						
PALMAS/MIRACEMA	A	B	C	D	E	F	G
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	2	0	0	1	2	1	0
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	3	0	0	2	4	0	0
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	0	0	0	0
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	2	0	0	1	2	0	0
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	1	0	0	3	2	0	0
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (J/Ampliada)	2	0	0	2	3	1	0
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	3	0	0	1	3	1	0
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	2	0	0		2	0	0
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	2	0	0	1	2	0	0
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	2	0	0	0	1	0	1
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	0	0	0	1
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	2	0	0	0	1	0	0
TOTAL	21	0	0	11	22	3	2
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 18 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental					
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios				
	NÍVEIS				
PARAÍSO	1	2	3	4	5

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	0	0	6	4
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	1	2	3	3	1
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	9	1
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	1	0	1	4	4
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	2	0	1	1	6
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)	1	1	2	1	5
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	1	0	1	7	1
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	1	0	1	3	5
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	0	0	3	4	3
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	0	0	3	7
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	1	9
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	0	0	3	7
TOTAL	7	3	12	45	53
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 19 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) - OBSTÁCULOS ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental							
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios						
	OBSTÁCULOS						
PARAÍSO	A	B	C	D	E	F	G
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	1	2	0	2	2	0	3
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	2	2	0	2	2	0	3
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	0	0	0	5
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	1	2	0	3	3	2	1
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	2	2	1	4	2	1	1
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (J/Ampliada)	1	1	1	1	2	0	2
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	5	1	0	0	2	1	0
8) Padrões mínimos de insumos (<i>Internet</i>)	1	0	0	0	0	2	2
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	4	2	0	1	1	1	1
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	1	0	0	0	0	1	4
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	1	0	0	0	0	0	3
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	2	1	0	0	2	0	3
TOTAL	21	13	2	13	16	8	28
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 20 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) - NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental					
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios				
	NÍVEIS				
PEDRO AFONSO	1	2	3	4	5
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	0	1	6	3

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	0	4	4	2	
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	7	3
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	1	0	2	4	3
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	1	1	1	4	3
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)	3	3	3	0	1
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	0	1	6	3	0
8) Padrões mínimos de insumos (Internet)	0	0	2	5	3
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	1	2	6	1	0
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	0	0	1	8
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	1	9
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	1	1	2	6
DESCRİÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME					
TOTAL	6	12	27	38	39
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 22 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental					
DESCRİÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Respostas dos municípios				
	NÍVEIS				
PORTO NACIONAL	1	2	3	4	5
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	0	0	1	3	8
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	4	1	5	2	0
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	7	5
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	2	1	2	6	1
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	3	3	0	3	3
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)	4	2	3	2	1
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	0	1	4	7	0
8) Padrões mínimos de insumos (Internet)	0	5	0	4	3
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	0	1	6	4	1
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	0	2	2	8
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	3	9
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	1	1	3	7

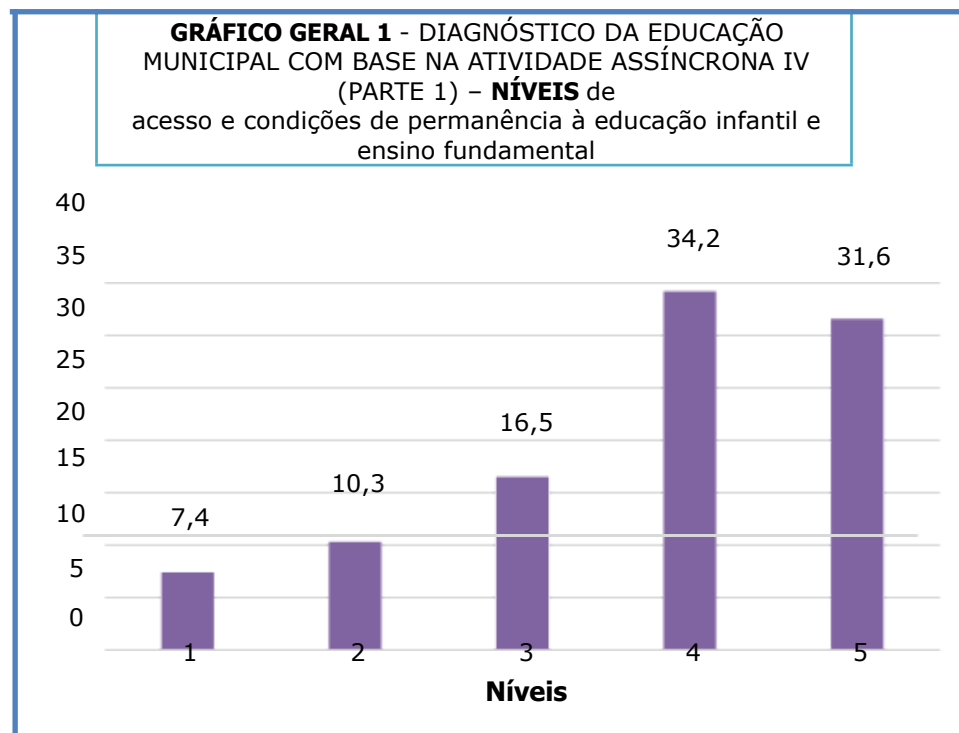
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

TOTAL	13	15	24	46	46
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 23 - 24 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) - NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental									
1) - OBSTÁCULOS ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental							Resposta dos municípios		
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME							Resposta dos municípios		
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME							Resposta dos municípios		
PRISME							NÍVEIS		
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos							1 OBSTÁCULOS		
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos							2		
3) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos (concluintes)							3		
4) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos (concluintes)							4		
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)							5		
6) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)							6		
7) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)							7		
8) Padrões mínimos de insumos (Internet)							8		
9) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Ampliada)							9		
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)							10		
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)							11		
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)							12		
13) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)							13		
14) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)							14		
15) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)							15		
16) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)							16		
17) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)							17		
18) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)							18		
19) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)							19		
20) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)							20		
21) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)							21		
TOTAL							TOTAL		
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 1) realizada pelos municípios (2024)									

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

QUADRO 25 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – OBSTÁCULOS ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental							
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios						
	OBSTÁCULOS						
TOCANTINÓPOLIS	A	B	C	D	E	F	G
1) Política educacional de educação infantil de 4 a 5 anos	1	0	0	0	2	2	2
2) Política educacional de educação infantil de 0 a 3 anos	3	0	0	2	5	1	3
3) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Concluintes)	0	0	0	0	0	0	0
4) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (Deficiência)	0	0	0	1	2	3	4
5) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (PCD)	2	0	0	1	3	2	2
6) Política educacional para o ensino fundamental de 9 anos (J/Ampliada)	3	0	0	1	6	2	2
7) Padrões mínimos de infraestrutura (Reforma/Ampliações)	4	1	0	0	4	1	1
8) Padrões mínimos de insumos (Internet)	3	0	0	0	2	0	2
9) Garantia de padrões mínimos de insumos (Equipamentos)	5	1	0	0	1	3	0
10) Garantia de padrões mínimos de insumos (Água potável)	0	0	0	0	0	0	2
11) Garantia de padrões mínimos de insumos (Energia elétrica)	0	0	0	0	1	1	1
12) Garantia de padrões mínimos de insumos (Transporte escolar)	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	21	2	0	5	27	15	20
QUADRO GERAL 26 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – NÍVEIS de acesso e condições de permanência à educação infantil e ensino fundamental							
FONTE: PRISME/AVNFI/Atividade Assíncrona IV (parte 1), realizada pelos municípios (2024)							
RESULTADO DA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (Parte 1) POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios						
	NÍVEIS						
REGIONAIS PRISME	1	2	3	4	5		
Regional de Araguaína	14	28	19	41	30		
Regional de Araguatins	6	15	21	36	20		
Regional de Arraias/Dianópolis	11	7	7	37	22		
Regional de Colinas	4	7	16	44	49		
Regional de Guaraí	5	13	6	19	29		
Regional de Gurupi	3	5	15	32	29		
Regional de Palmas/Miracema	6	9	14	32	23		
Regional de Paraíso	7	3	12	45	53		
Regional de Pedro Afonso	6	12	27	36	39		
Regional de Porto Nacional	13	15	24	46	46		
Regional de Tocantinópolis	9	5	30	27	25		
Soma Total	84	119	191	395	365		
%	7,4	10,3	16,5	34,2	31,6		
LEGENDA							



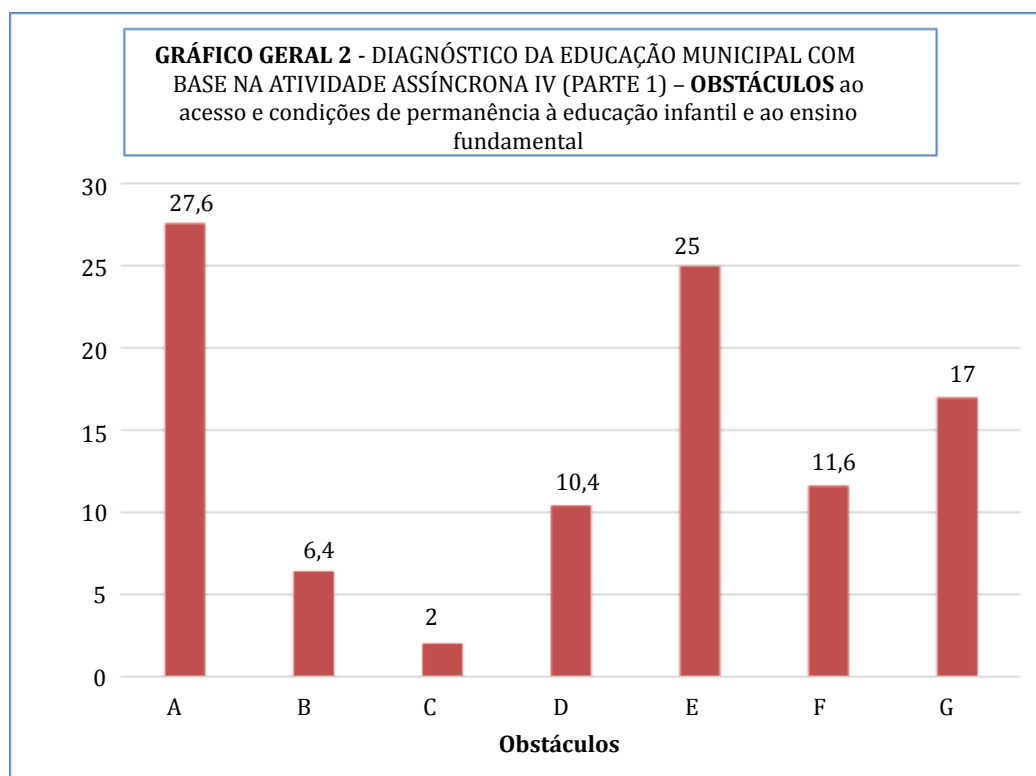
Níveis	Descrição
1	O nível 1 corresponde a 0% e 25% da política realizada, indicando o atendimento abaixo do básico da mencionada política pelo município;
2	O nível 2, entre 25% e 50% da política realizada, indicando o atendimento básico da política pelo município;
3	O nível 3, entre 50% e 75% da política realizada, indicando o atendimento mediano da política pelo município;
4	O nível 4, entre 75% e 100% da política realizada, significando que o município já faz um atendimento avançado em relação à política pautada; e
5	O nível 5, 100% da política realizada, sinalizando que o SME atende plenamente à política em questão.

QUADRO GERAL 27 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – OBSTÁCULOS ao acesso e condições de permanência à educação infantil e ao ensino fundamental

RESULTADO DA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (Parte 1) POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios						
	OBSTÁCULOS						
REGIONAIS PRISME	A	B	C	D	E	F	G
Regional de Araguaína	47	14	6	15	33	0	7
Regional de Araguatins	29	12	7	11	22	25	17
Regional de Arraias/Dianópolis	17	11	0	10	12	20	7
Regional de Colinas	26	2	3	10	23	21	6
Regional de Guaraí	11	3	0	5	11	0	53
Regional de Gurupi	16	4	0	6	10	13	12
Regional de Palmas/Miracema	21	0	0	11	22	3	2
Regional de Paraíso	21	13	2	13	16	8	28
Regional de Pedro Afonso	34	0	2	11	35	15	9
Regional de Porto Nacional	49	8	2	14	54	4	21
Regional de Tocantinópolis	21	2	0	5	27	15	20

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

Soma Total	292	69	22	111	265	124	182
%	27,6	6,4	2	10,4	25	11,6	17
LEGENDA							
Obstáculos	Descrição						
A	Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.						
B	O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.						
C	O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realizá-la com recursos do município.						
D	Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponíveis no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.						
E	As condições materiais foram insuficientes – como infraestrutura, transporte etc. – , o que impediu a realização plena da política em pauta.						
F	Outros obstáculos						
G	Não se aplica à realidade da educação municipal.						



RESULTADO GERAL EM RELAÇÃO À ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) POR REGIONAL DE ENSINO PRISME

- 1) Regional de Araguaína
- 2) Regional de Araguatins
- 3) Regional de Arraias/Dianópolis
- 4) Regional de Colinas
- 5) Regional de Guaraí
- 6) Regional de Gurupi
- 7) Regional de Palmas/Miracema
- 8) Regional de Paraíso
- 9) Regional de Pedro Afonso
- 10) Regional de Porto Nacional
- 11) Regional de Tocantinópolis

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

QUADRO 28 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – Níveis de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais					
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade				
	NÍVEIS				
REGIONAL- ARAGUAÍNA	1	2	3	4	5
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	0	0	1	7	3
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	0	1	1	8	1
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	0	0	1	7	3
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	0	0	1	4	6
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	2	0	0	4	5
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	1	2	2	6
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	0	2	5	4
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	0	2	5	4
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	2	2	4	2	2
TOTAL/Quantidade	4	4	14	44	34
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 29 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – Obstáculos à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais							
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade						
	OBSTÁCULOS						
REGIONAL - ARAGUAÍNA	A	B	C	D	E	F	G
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	1	1	0	1	0	0	4
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	2	2	0	1	0	0	5
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	3	2	0	0	1	0	4
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	3	1	0	1	0	0	2
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	2	2	0	0	0	0	6
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	1	2	0	1	0	0	3
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	2	0	3	2	0	1
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	3	0	2	1	0	4
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	3	5	1	1	1	0	4
TOTAL/Quantidade	15	20	1	10	5	0	33

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

QUADRO 30 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – Níveis de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais					
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade				
	NÍVEIS				
REGIONAL - ARAGUATINS	1	2	3	4	5
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	1	0	2	6	0
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	1	0	1	7	0
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	0	2	0	6	1
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	2	0	3	1	3
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	1	1	0	1	5
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	1	0	1	1	5
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	2	2	2	2
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	1	1	0	2	4
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	0	2	0	5	1
TOTAL/Quantidade	7	8	7	31	21
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 31 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – Obstáculos à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade						
	OBSTÁCULOS						
REGIONAL - ARAGUATINS	A	B	C	D	E	F	G
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	2	0	1	1	3	4	2
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	2	1	1	1	1	2	3
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	1	0	0	1	2	2	1
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	1	0	0	2	0	2	2
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	0	0	0	1	1	0	3
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	1	0	1	0	1	1
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	2	1	0	1	1	0
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	2	1	0	0	0	0	1
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	0	2	1	0	2	4	1
TOTAL/Quantidade	9	7	4	7	10	16	14
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 32 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE

2) – **Níveis** de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade				
	NÍVEIS				
REGIONAL – ARRAIAS/DIANÓPOLIS	1	2	3	4	5
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	0	0	0	6	1
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	0	0	0	7	0
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	0	0	2	3	2
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	0	1	2	1	3
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	1	0	0	2	4
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	1	0	0	2	4
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	1	0	0	5	1
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	0	0	5	2
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	0	1	3	2	1
TOTAL/Quantidade	3	2	7	33	18
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 33 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – Obstáculos à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

	Quantidade
--	------------

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	OBSTÁCULOS						
REGIONAL – ARRAIAS/DIANÓPOLIS	A	B	C	D	E	F	G
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	2	1	0	0	1	1	2
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	1	0	0	1	2	1	2
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	1	1	1	0	1	1	1
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	2	1	0	0	1	1	0
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	0	1	0	1	1	0	3
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	1	1	0	0	2	0	0
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	1	0	2	2	0	1
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	1	0	0	1	1	1
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	2	2	0	0	2	1	2
TOTAL/Quantidade	9	9	1	4	13	6	12
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 34 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE

2) – **Níveis** de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade				
	NÍVEIS				
REGIONAL – COLINAS	1	2	3	4	5
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	0	0	1	6	3
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	0	0	1	6	3
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	0	0	4	4	2
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	0	1	1	3	5
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	1	0	0	1	8
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	1	0	0	1	8
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	0	0	3	7
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	0	0	6	4
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	0	2	5	2	1
TOTAL/Quantidade	2	3	12	32	41

FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)

QUADRO 35 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – Obstáculos à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade
--	------------

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

REGIONAL – COLINAS	OBSTÁCULOS						
	A	B	C	D	E	F	G
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	2	2	0	4	4	0	1
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	3	3	0	4	5	0	0
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	3	1	0	3	1	0	1
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	2	0	0	0	3	0	1
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	3	0	0	1	1	0	0
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	1	0	0	0	0	0	0
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	1	1	0	3	3	0	0
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	2		0	1	2	0	1
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	3	2	0	1	3	0	1
TOTAL/Quantidade	20	9	0	17	22	0	5
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 36 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE

2) – **Níveis** de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade				
	NÍVEIS				
REGIONAL – GUARÁI	1	2	3	4	5
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	1	0	0	5	1
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	0	0	1	5	1
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	0	0	2	4	1
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	2	0	1	1	3
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	1	0	0	1	5
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	0	0	1	6
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	1	0	0	4	2
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	0	0	5	2
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	1	2	1	3	0
TOTAL/Quantidade	6	2	5	29	21
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 37 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – **Obstáculos** à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade
--	------------

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

REGIONAL – GUARAI	OBSTÁCULOS						
	A	B	C	D	E	F	G
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	2	0	0	1	1	3	2
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	1	0	0	0	2	2	3
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	2	1	0	1	2	2	3
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	1	1	0	0	0	0	5
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	0	0	0	0	0	1	6
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	0	0	0	0	1	6
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	1	0	1	1	1	1	5
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	1	0	0	0	0	6
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	2	0	0	2	2	2	2
TOTAL/Quantidade	9	3	1	5	8	12	38
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 38 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE

2) – **Níveis** de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade				
	NÍVEIS				
REGIONAL – GURUPI	1	2	3	4	5
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	0	1	2	2	2
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	0	0	2	4	1
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	0	0	2	1	4
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	0	2	1	1	3
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	0	1	0	1	5
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	0	0	1	6
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	1	1	2	3
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	1	0	4	2
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	0	1	1	5	0
TOTAL/Quantidade	0	7	9	21	26
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 39 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – **Obstáculos** à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade
	OBSTÁCULOS

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

REGIONAL – GURUPI	A	B	C	D	E	F	G
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	1	1	0	3	1	0	1
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	1	0	0	0	0	2	4
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	2	1	0	0	0	1	1
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	2	0	0	1	0	1	0
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	0	2	0	0	0	0	4
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	0	0	0	0	0	1
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	1	0	0	0	1	2
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	2	1	0	1	0	1	1
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	1	3	0	0	0	0	4
TOTAL/Quantidade	9	9	0	5	1	6	18
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 40 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – Níveis de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade				
	NÍVEIS				
REGIONAL – PALMAS/MIRACEMA	1	2	3	4	5
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	1	1	0	4	0
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	1	0	1	4	0
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	1	0	0	5	0
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	1	1	1	1	2
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	0	1	1	2	2
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0		1	2	3
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	1	0	3	2
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	1	0	3	2
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	1	1	2	0	2
TOTAL/Quantidade	5	6	6	24	13
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 41 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – Obstáculos à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade						
	OBSTÁCULOS						
REGIONAL – PALMAS/MIRACEMA	A	B	C	D	E	F	G

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	1	0	0	1	0	1	4
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	1	0	0	1	0	1	4
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	1	0	0	1	0	0	4
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	3	0	0	0	0	1	0
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	1	0	0	0	0	0	3
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	1	1	0	0	0	0	2
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	2	1	0	0	0	1
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	2	0	1	0	1	1
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	1	0	1	2	0	1	1
TOTAL/Quantidade	9	5	2	6	0	5	20
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 42 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE

2) – **Níveis** de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade				
	NÍVEIS				
REGIONAL – PARAÍSO	1	2	3	4	5
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	0	0	4	3	3
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	0	1	1	5	3
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	0	1	2	2	5
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	1	1	2	0	6
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	1	0	0	1	8
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	1	2		7
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	1	0	0	4	5
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	0	0	7	3
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	0	0	2	5	3
TOTAL/Quantidade	3	4	13	27	43
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 43 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – **Obstáculos** à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade						
	OBSTÁCULOS						
REGIONAL – PARAÍSO	A	B	C	D	E	F	G
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	1	1	0	1	1	1	0

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	1	1	0	1	0	2	0
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária		1	1	1	1	1	0
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	1	1	0	0	0	2	0
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	1	0	0	0	0	0	0
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	1	1	0	0	1	0
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	1	1	0	0	1	0
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	1	1	0	2	1	1	0
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	1	1	1	1	0	0	0
TOTAL/Quantidade	6	8	4	6	3	9	0
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 44 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE

2) – **Níveis** de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade				
	NÍVEIS				
REGIONAL – PEDRO AFONSO	1	2	3	4	5
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	0	1	2	7	0
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	0	2	2	6	0
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	0	0	1	3	6
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	0	0	0	2	8
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	0	0	0	3	7
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação		1	0	0	9
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	1	1	0	4	4
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	0	0	6	4
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	1	1	3	4	1
TOTAL/Quantidade	2	6	8	35	39
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 45 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – **Obstáculos** à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade						
	OBSTÁCULOS						
REGIONAL – PEDRO AFONSO	A	B	C	D	E	F	G
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	2	0	1	0	1	4	4

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	2	0	1	0	1	4	4
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	1	0	0	0	0	0	3
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	0	0	0	1	0	0	1
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	0	0	0	0	0	1	9
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	1	0	0	0	0	0	0
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	1	1	0	0	0	0	4
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	1	0	0	0	0	2	3
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	3	0	1	1	1	2	4
TOTAL/Quantidade	11	1	3	2	3	13	32
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO 46 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE

2) – **Níveis** de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade				
	NÍVEIS				
REGIONAL – PORTO NACIONAL	1	2	3	4	5
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	0	0	0	8	3
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	1	1	1	6	2
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	0	0	2	5	4
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	1	2	2	1	5
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	0	0	1	1	9
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	0	0	2	9
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	2	0	3	6
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	0	0	5	6
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	0	2	3	5	1
TOTAL/Quantidade	3	9	12	40	50
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)					

QUADRO 47 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – **Obstáculos** à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade						
	OBSTÁCULOS						
REGIONAL – PORTO NACIONAL	A	B	C	D	E	F	G
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	3	1	0	0	1	2	7
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	2	1	0	1	1	3	6

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	2	2	0	0	4	0	7
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	5	2	1	1	1	2	5
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	1	2	0	1	1	0	6
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	1	0	1	1	0	10
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	1	2	0	3	1	0	6
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	2	2	0	0	3	3	6
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	5	2	0	3	4	3	2
TOTAL/Quantidade	21	15	1	10	17	13	55
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)							

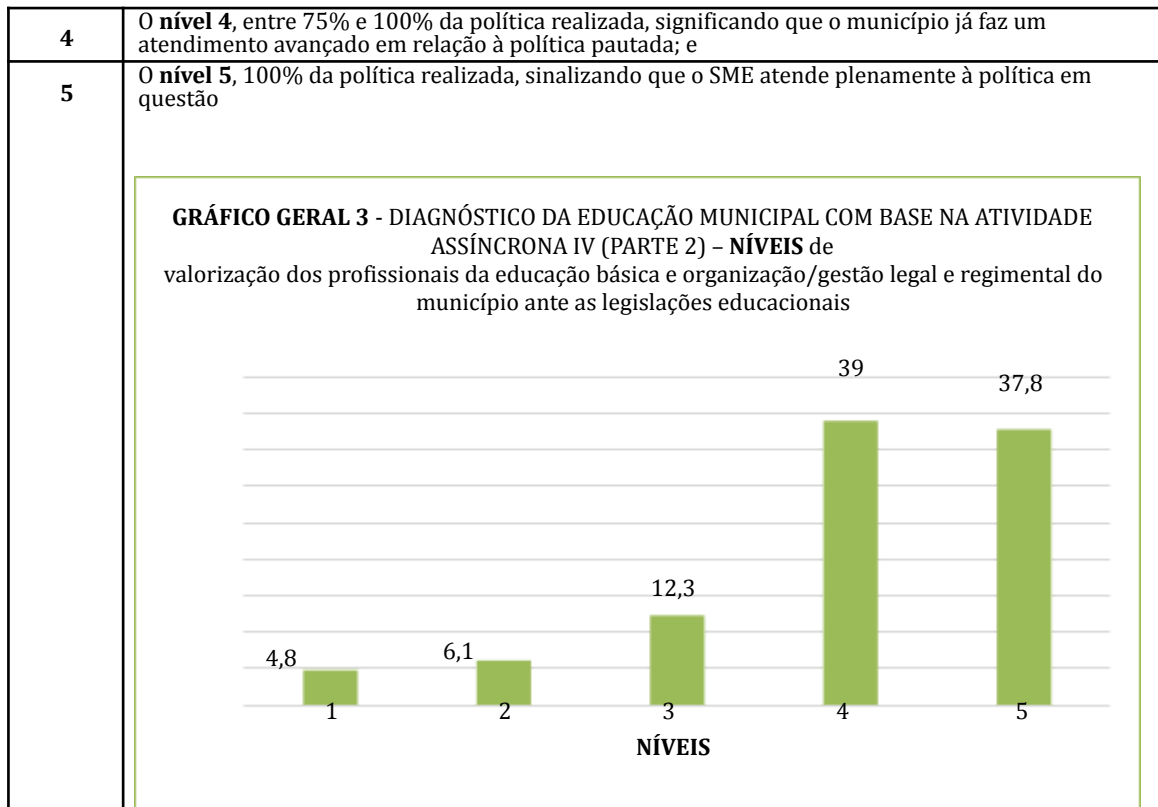
QUADRO 48 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – Níveis de valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais						
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade					
	NÍVEIS					
REGIONAL – TOCANTINÓPOLIS	1	2	3	4	5	
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	0	0	1	6	1	
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	1	1	1	5	0	
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	1	0	5		2	
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	0	0	3	2	3	
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	2	0	0	1	5	
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	1	0	0	1	6	
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	1	0	1	2	4	
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	0	0	0	6	2	
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	1	1	3	3	0	
TOTAL/Quantidade	7	2	14	26	23	
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)						

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

QUADRO 49 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – Obstáculos à valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais							
DESCRIÇÃO DA POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS POR REGIONAL PRISME	Quantidade						
	OBSTACULOS						
REGIONAL – TOCANTINÓPOLIS	A	B	C	D	E	F	G
1) VALORIZAÇÃO - profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação	0	1	0	3	0	3	0
2) VALORIZAÇÃO - profissionais em licenciatura e formação específica para atuar na educação básica	1	0	0	0	0	5	2
3) VALORIZAÇÃO - formação continuada com carga horária compatível e materiais pedagógicos da prática diária	1	3	0	1	2	3	1
4) VALORIZAÇÃO - garantia do piso nacional aos profissionais da educação básica constando do Plano de Cargos e Carreiras aos Profissionais (PCCR) do município	2	0	0	0	0	2	0
5) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - criação do sistema municipal de ensino/educação	0	0	0	0	0	0	7
6) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Conselho Municipal de Educação	0	0	0	1	0	1	1
7) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Fórum Municipal de Educação	0	0	1	0	1	3	1
8) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - Plano Municipal de Educação aprovado em lei e avaliado periodicamente	1	0	0	0	0	5	0
9) ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM - formação continuada realizada para técnicos e conselheiros de educação municipal	1	0	0	0	2	5	1
TOTAL/Quantidade	6	4	1	5	5	27	13
FONTE: PRISME/AVNEI/Atividade Assíncrona IV (parte 2) realizada pelos municípios (2024)							

QUADRO GERAL 50 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 1) – NÍVEIS de valorização dos profissionais da educação básica e organização/gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais					
RESULTADO DA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (Parte 1) POR REGIONAL PRISME	Resposta dos municípios				
	NÍVEIS				
REGIONAIS PRISME	1	2	3	4	5
Regional de Araguaína	4	4	14	44	34
Regional de Araguatins	7	8	7	31	21
Regional de Arraias/Dianópolis	3	2	7	33	18
Regional de Colinas	2	3	12	32	41
Regional de Guaraí	6	2	5	29	21
Regional de Gurupi	0	7	9	21	26
Regional de Palmas/Miracema	5	6	6	24	13
Regional de Paraíso	3	4	13	27	43
Regional de Pedro Afonso	2	6	8	35	39
Regional de Porto Nacional	3	9	12	40	50
Regional de Tocantinópolis	7	2	14	26	23
Soma Total	43	55	110	346	334
%	4,8	6,1	12,3	39	37,8
LEGENDA					
Níveis	Descrição				
1	O nível 1 corresponde a 0% e 25% da política realizada, indicando o atendimento abaixo do básico da mencionada política pelo município;				
2	O nível 2 , entre 25% e 50% da política realizada, indicando o atendimento básico da política pelo município;				
3	O nível 3 , entre 50% e 75% da política realizada, indicando o atendimento mediano da política pelo município;				

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2



QUADRO GERAL 51 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – OBSTÁCULOS à valorização dos profissionais da educação básica e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais								
RESULTADO DA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (Parte 1) POR REGIONAL PRISME		Resposta dos municípios						
		OBSTÁCULOS						
REGIONAIS PRISME		A	B	C	D	E	F	G
Regional de Araguaína		15	20	1	10	5	0	33
Regional de Araguatins		9	7	4	7	10	16	14
Regional de Arraias/Dianópolis		9	9	1	4	13	6	12
Regional de Colinas		20	9	0	17	22	0	5
Regional de Guaraí		9	3	1	5	8	12	38
Regional de Gurupi		9	9	0	5	1	6	18
Regional de Palmas/Miracema		9	5	2	6	0	5	20
Regional de Paraíso		6	8	4	6	3	9	0
Regional de Pedro Afonso		11	1	3	2	3	13	32
Regional de Porto Nacional		21	15	1	10	17	13	55
Regional de Tocantinópolis		6	4	1	5	5	27	13
Soma Total		124	90	18	77	87	107	240
%		16,8	12,1	2,4	10,3	11,7	14,4	32,3
LEGENDA								
Obstáculos	Descrição							
A	Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.							
B	O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.							

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

C	O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realizá-la com recursos do município.
D	Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponíveis no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.
E	As condições materiais foram insuficientes – como infraestrutura, transporte etc. – , o que impediu a realização plena da política em pauta.
F	Outros obstáculos
G	Não se aplica à realidade da educação municipal.

GRÁFICO GERAL 4 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM BASE NA ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (PARTE 2) – OBSTÁCULOS à valorização dos profissionais da educação básica e organização/gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais

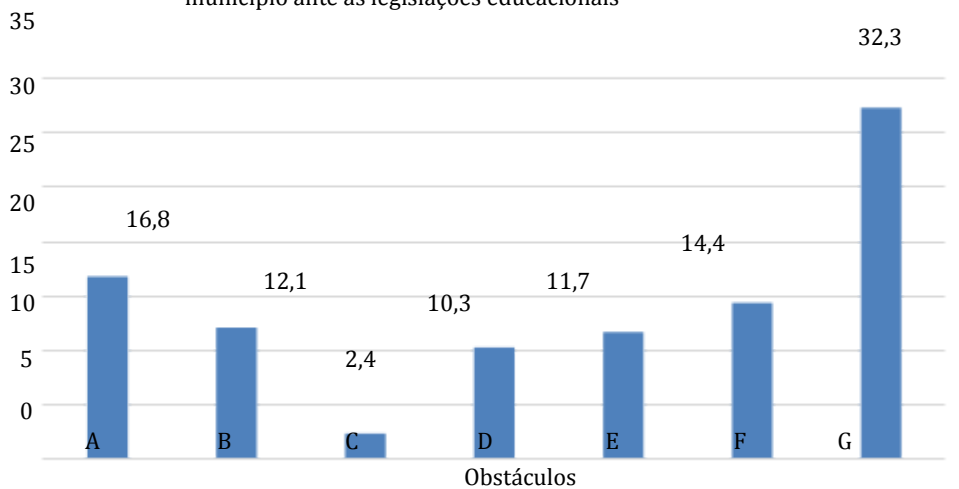
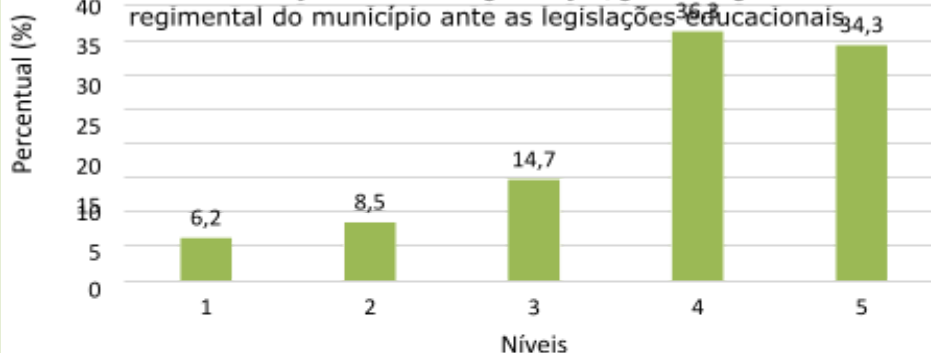


GRÁFICO GERAL 5 - DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

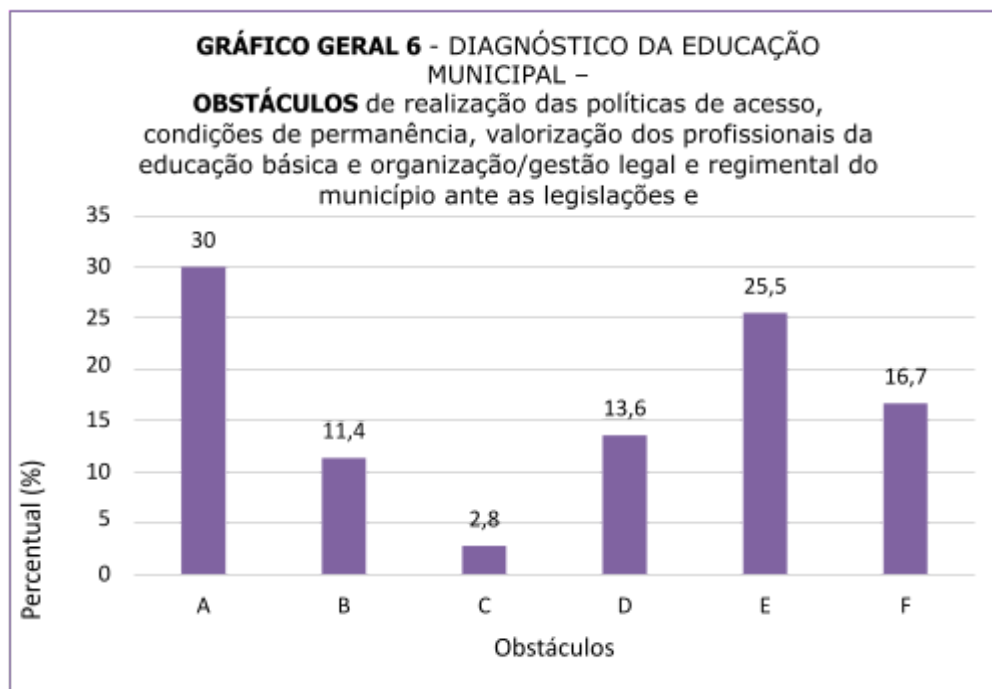
– OBSTÁCULOS de realização das políticas de acesso, condições de permanência, valorização dos profissionais da educação básica e organização/gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais



Os dados contidos nos quadros (2 a 51) e gráficos (1 a 4) relativos às Atividades Assíncronas parte 1 e 2, organizados por regional de Ensino PRISME, podem ser detalhados por município conforme descrição minuciosa expressa nos relatórios dos formadores no AVNEI.

O resultado das Atividades Assíncronas IV (Parte 1 e 2) expressas neste relatório revela a distância (nível) em que se encontra a realização de 21 políticas educacionais em relação aos Planos Municipais de Educação 2015-2025. Pelo Gráfico 5, seguinte, 70,6% do conjunto das políticas analisadas encontram-se no nível 4 (entre 75% e 100% da política realizada, significando que o município já faz um atendimento avançado em relação à política pautada) e 5 (com 100% da política realizada, sinalizando que o SME atende plenamente à política em questão), mas ainda restam um percentual importante de políticas que precisam ser efetivadas, pois ainda encontra-se nos níveis 1 a 3 variando entre: 0% e 25% da política realizada, indicando o atendimento abaixo do básico da mencionada política pelo município; 25% e 50% da política realizada, indicando o atendimento básico da política pelo município; e 50% e 75% da política realizada, indicando o atendimento mediano da política pelo município.

Em relação aos obstáculos para a realização das políticas mencionadas destacamos as respostas dadas, pela ordem de repercussão negativa, explicitando que: “os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes” (30%); “as condições materiais foram insuficientes – como infraestrutura, transporte etc. –, o que impediu a realização plena da política em pauta” (25,5%); “outros obstáculos” como a relação sistema/escola família, problemas pessoais, cultura política local etc. (16,7%); “os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponíveis no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política” (13,6%); “o SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal” (11,4%); e “O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realizá-la com recursos do município” (2,8%).



Adicionalmente às contribuições do PRISME 2024 para o movimento de institucionalização e gestão da educação, por meio do diagnóstico da educação referenciado nos atuais Planos Municipais de Educação (PME) e replanejamento da educação municipal para a próxima década, pudemos visualizar outras possibilidades do programa relacionados: 1) à contribuição com a formação de pesquisadores e extensionistas vinculados à Universidade Federal do Tocantins; 2) articulação com os Programas de Pós-graduação em Educação, grupos de pesquisas e professores/as pesquisadores/as da área de política e gestão da educação da UFT; 3) vinculação com algumas atividades desenvolvidas nas associações científicas como: a Associação Nacional de Política e Gestão da Educação (ANPAE); a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Rede Universitas/BR; e Rede de Grupos de Pesquisa HISTED/BR; e 4) participação de espaços e mecanismos de gestão da educação Estadual, como o Fórum e Conferência de Educação do Estado do Tocantins.

2. CONCLUSÕES SINTETIZADAS

Em GERAL concluímos que o PRISME 2024 referenciado na formação, monitoramento, acompanhamento e avaliação tem potencializado a realizando de pesquisa, extensão e produzindo conhecimento na perspectiva da Filosofia da Práxis que tem o território municipal como ponto de partida para desenvolver, com os profissionais da educação e

comunidade municipal geral, o diagnóstico da educação municipal tendo em vista a sua transformação por meio de atuação coletiva. Neste sentido o PRISME tem atuado efetivamente no âmbito da educação básica dos municípios do Estado do Tocantins promovendo um conjunto de projetos que envolve ensino, extensão, pesquisa e difusão do conhecimento.

Assim, o PRISME tem aglutinado núcleos de pesquisa, por meio do qual suas elaborações teóricas se articulam e alcançam a sociedade de forma direta e objetiva, contribuindo para a formação especializada de gestores educacionais e outros profissionais da gestão educacional para realizar o Movimento de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação em consonância com a CF de 1988, a LDB 9394/1996 e o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

O Programa PRISME se realiza por meio do movimento dialético universidade-comunidade-educação municipal, que constitui-se num círculo virtuoso de diálogo de saberes e conhecimentos, além de aperfeiçoamento no que diz respeito à gestão da educação municipal e escolar, impactando diretamente as políticas municipais por meio do assessoramento/formação, monitoramento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas municipais tomando o Plano Municipal de Educação (PME) como epicentro das políticas públicas da educação municipal. Desta forma, articulando os esforços de professores, pesquisadores e estudantes da UFT e a Rede Colaboração Tocantins o Programa PRISME – nos termos da CF de 1988 – contribui efetivamente para assegurar o direito à educação e alcançar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, a formação para a cidadania e para o trabalho.

Por esta via de ação, a RCT via PRISME contribuiu para o desenvolvimento científico da educação municipal realizando três projetos: **Projeto I** - Planos Decenais de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE) na interseção com os quesitos do ICMS Educacional do Tocantins; **Projeto II** – Sistema Municipal de Ensino/Educação (SME); **Projeto III** – AVNEI Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI): repositório e lócus de trabalho do PRISME junto aos municípios do Tocantins.

Esclarecemos que o PRISME é um Programa orgânico com intencionalidade e ação estruturado na perspectiva da filosofia da práxis que busca contribuir com o pensar e o fazer da educação municipal na perspectiva da problematização das fraturas impeditivas

de realização da educação municipal de qualidade socialmente referenciada e, portanto, sua concepção teórico-prática busca a superação das fraturas formativas existentes e mencionadas anteriormente. Assim, desde 2020 (período pandêmico) o Coletivo idealizador e realizador do PRISME/RCT, a partir da problemática atinente aos obstáculos para a Institucionalização e Gestão dos SME do Tocantins vem:

- 1) Produzindo uma concepção de mobilização teórico-prática dos municípios para o desenvolvimento da educação municipal.
- 2) realizando uma forma original de conhecer a educação municipal tendo as práticas educativas e gestão dos sistemas e escolas como ponto de partida.
- 3) Fazendo escola no sentido de pensar e realizar a gestão dos SME e escolas com e não para os municípios, considerando que os atores principais da educação municipal são os trabalhadores da educação.
- 4) Contribuindo para a efetivação do sistema articulado de educação, considerando a união, estado e municípios.
- 5) Buscando criar uma cultura política democrática no âmbito da educação municipal pautada no estudo, no respeito à diversidade, no pluralismo de ideias, no método e formas de produzir conhecimento, ensino e gestão dos SME e escolas.
- 6) Formulando e colocando em prática uma forma de conhecer, formar, monitorar, acompanhar e avaliar o Movimento de Institucionalização e Gestão dos SME e Escolas.
- 7) Pensando e demonstrando, na prática das atividades remotas assíncronas do AVNEI, como os meios técnicos e tecnológicos podem ser utilizados como ferramentas que contribuem com o Movimento de Institucionalização e Gestão dos SME e Escolas.
- 8) Possibilitando aprender mais sobre os limites e possibilidades humanos vivendo e vivenciando os dramas e alegrias coletivamente no âmbito da educação municipal.
- 9) Oportunizando aprendizados, experiências e relações sociais que exigiu unidade na diversidade das formas e conteúdo e no pensar da Institucionalização e Gestão dos SME e Escolas, em geral.
- 10) Viabilizando aprendizados sobre conteúdos e processos de gestão democrática e valorização dos profissionais da educação, experienciando a contradição entre o processo de heteronomia e as possibilidades de construção da autonomia no âmbito municipal.
- 11) Demonstrado como produzir e difundir conhecimentos científicos sobre a gestão dos SME e Escolas, partindo da realidade concreta da educação municipal e tendo os próprios trabalhadores da educação como potenciais pesquisadores.

- 12) Trabalhando com os sujeitos da educação municipal no sentido de localizar os aspectos que necessitam ser superados para que o SME cumpra o objetivo de garantir o direito à educação de qualidade.
- 13) Refletindo sobre a centralidade da autonomia dos trabalhadores na realização da educação municipal para além da falsa esperança de que os acontecimentos efetivos na educação municipal possam ocorrer pelo processo de heteronomização do pensar e fazer do movimento de institucionalização e gestão do SME e escolas.

Depreendemos do exposto que a realização do Movimento de Institucionalização e Gestão dos SME e Escolas na perspectiva da práxis parece contribuir com a superação, por incorporação, das fraturas apresentadas na perspectiva da construção – com e pelos sujeitos da educação municipal – do SME organicamente estruturado. Relembramos que a perspectiva teórico-prático que o PRISME/RCT fundamentou suas ações toma como ponto de partida a realidade social concreta com suas contradições expressas nos limites, potencialidades e desafios no Movimento de Institucionalização e Gestão dos SME. Assim, para o PRISME/RCT a educação municipal é pensada e praticada na perspectiva histórico social em que aqueles que fazem a educação no âmbito do município o fazem de forma participativa e proativa, distanciando de práticas sociais tuteladas e de prescrições externas ao município.

Palmas/2025

Roberto Francisco de Carvalho
(Coordenador de Formação)

APÊNDICES

APÊNDICE A – LIVRETO I: PLANEJAMENTO E PLANOS DE FORMAÇÃO PRISME 2024 PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO E GESTÃO DOS SME DO TOCANTINS

APÊNDICE B – LIVRETO II: MATERIAL DE APOIO AOS MOMENTOS FORMATIVOS PRISME 2024 PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO E GESTÃO DOS SME DO TOCANTINS

APÊNDICE C – LIVRETO III: ATIVIDADES ASSÍNCRONAS REALIZADAS NO MOVIMENTO DE FORMAÇÃO PRISME 2024 PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO E GESTÃO DOS SME DO TOCANTINS

APÊNDICE D – LIVRETO IV: MATERIAL INSTRUTIVO FORMATIVO DO PROGRAMA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO/EDUCAÇÃO - PRISME 2024

LIVRETO I

COLETIVO PRISME

Adaires Rodrigues de Sousa
Adriano Pereira de Miranda (voluntário)
Ana Cléia Gomes da Silva
Ângela Noletto da Silva
Ângela Sousa Silva
Celestina Maria Pereira de Souza
Deyvison Bispo de Oliveira Santos
Diogo Teixeira de Castro Silva
Doracy Dias Aguiar de Carvalho
Eduardo José Cezari
Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca
Geraldo Grossi Junior
Greice Quele Mesquita Almeida
Ítalo Bruno Paiva Gonçalves
Jemima G. Barreira Cavalcante
Jocyléia Santana dos Santos
Joildy Gomes Brito
Katia Cristina Custódio Ferreira Brito
Luana Oliveira Lagares
Luis Felipe Nunes de Carvalho
Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira
Meire Lúcia Andrade da Silva
Meyrivane Teixeira Santos
Arraes Paulo Fernando Melo
Martins
Paulo Vinícius Santos Sulli Luduvise
Raimundo Ferreira Rodrigues
Regivane Martins Ambrózio
Silva Roberto Francisco de
Carvalho Robson Vila Nova
Lopes
Ronaldo Muniz Silva
Rosilene Lagares
Rute Soares Rodrigues
Temis Gomes Parente
Venícios Cassiano Linden
Werley Teixeira Reinaldo

PLANEJAMENTO E PLANOS DE FORMAÇÃO PRISME 2024 PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO E GESTÃO DOS SME DO TOCANTINS

COORDENAÇÃO PRISME

Rosilene Lagares

COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO

Roberto Francisco de Carvalho

Venícios Cassiano Linden z

APRESENTAÇÃO

O presente livreto faz parte do material elaborado pela coordenação de formação do Programa de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Educação (PRISME) do Tocantins.

Trata-se do conjunto de planos formativos elaborado com o objetivo de dar direção e intencionalidade ao movimento formativo efetivado na versão PRISME/2024 estruturado nas unidades formativas: UNIDADE FORMATIVA 1) Planejamento e gestão educacional: marco situacional e diretrizes teórico-filosóficas materializado nos PME e evidenciado pelos quesitos e dimensões compreendidas no ICMS-Educação/FUNDEB/VAAR do Tocantins; UNIDADE FORMATIVA 2) Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação materializados em relatórios e instituição/efetivação das comissões de monitoramento dos PME no âmbito da educação municipal; e UNIDADE FORMATIVA 3) Gestão democrático- participativa e controle social como forma de mobilização da comunidade educacional e escolar dos SME para a elaboração dos novos planos municipais (2024-2034).

As unidades formativas em pauta se concretizaram no âmbito da educação municipal via a realização de nove momentos formativos a saber devidamente planejados expressando: I) planejamento geral do PRISME 2024 - estrutura e dinâmica formativa; II) plano de formação dos momentos formativos PRISME I A IX, Momentos Formativos I e II, Momento Formativo III, Momentos Formativos IV e V, Momento Formativo VI, Momento Formativo VII, Momento Formativo VIII, Momento Formativo IX; e III) Plano de Formação do Coletivo PRISME 2024.

I PLANO PRISME 2024: ESTRUTURA E DINÂMICA FORMATIVAS

PROJETO PRISME/2024 "Rede Colaboração Tocantins: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem das redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins"

PRISME 2024

FUNDAMENTOS GERAIS

O Programa PRISME, com base no projeto realizado em 2024 (Prisme, 2024), assenta-se na concepção de educação entendida como prática social que extrapola o ambiente escolar inclui o conjunto dos processos sociais integrantes das ações humanas referentes a produção e reprodução da vida na sociedade contemporânea (Gramsci, 2006; Manacorda, 2001; Saviani, 1999; 2012). Esta concepção de educação, embora não desconheça, vai além do entendimento da educação que redime a sociedade ou que simplesmente reproduz a estrutura hegemônica e de dominação da sociedade.

O processo de "formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem das redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins", em tal perspectiva, compreende a dialeticidade das relações sociais e, em um tom crítico, considerando as contradições existentes, busca a transformação de tais práticas por meio da democratização da sociedade, da gestão dos sistemas de educação/ensino e gestão das escolas (Carvalho; Mancebo, 2019; Carvalho; Lagares; Aguiar de Carvalho, 2020).

No caso específico da educação brasileira Saviani (2012), nos ajudam a pensar que a educação na perspectiva crítico-dialética não pode ser pensada e realizada na lógica positivista e funcionalista, mas sim fundamenta no referencial teórico de abordagem interacionista que tem a filosofia da práxis como pressuposto. Nessa abordagem a realidade educativa empírica é o ponto de partida e ponto de chegada, não para contemplação e reificação do senso comum, mas para a problematização, por meio da instrumentalização teórico-prática em busca da transformação que objetiva superar o conhecimento do senso comum pelo bom senso ou conhecimento filosófico (Saviani, 1989).

O PRISME, por essa via de entendimento, ao buscar contribuir com a institucionalização e gestão dos SME entende o município, para além de um ambiente geográfico, como espaço em que ocorrem as relações sociais, incluindo as educacionais. A pretensão do Programa em pauta é contribuir com o processo de institucionalização e gestão dos SME entendendo o município como arena de luta e disputa por uma gestão democrática entendendo o ente federado município em processo de constituição da autonomia do sistema de educação/ensino.

O PRISME 2024 foi elaborado compreendendo três (3) projetos – PROJETO 1 – Planos Decenais de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE); PROJETO 2 – Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério: capacidades técnicas, institucionais, jurídicas, políticas e financeiras; e PROJETO 3 – Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI): lócus de trabalho do PRISME.

Compreendendo a gestão como práxis social o PRISME realizará as suas atividades articulando a formação continuada, monitoramento, acompanhamento e avaliação abrangendo a "formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem das redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins".

Salientamos que a compreensão de diagnóstico no âmbito do PRISME tem o sentido de conhecimento contínuo, participativo e com aprofundamento teórico-prático, buscando identificar as necessidades para a realização do processo de institucionalização e gestão dos SME, explicitando a tensão existente entre as causas e efeitos que favorecem ou obstaculiza a efetividade da gestão da educação municipal com sua repercussão para a realização de educação de qualidade socialmente referenciada.

Salientamos que o DIAGNÓSTICO, por essa compreensão é pensado e realizado na relação Problemas x Causas/Finalidades x Meios. Assim, no diagnóstico são evidenciados as *dificuldades* e os problemas, mas o principal objetivo é *identificar as necessidades* do SME ou instituição escolar. No diagnóstico é importante ter claro a *diferença entre as causas* que estão ligadas aos meios (pessoas, informações, equipamentos, métodos, materiais condições ambientais) e os *efeitos – problemas* – relacionados aos *fins/objetivos*: sistema inefetivo, não democrático, burocrático, inoperante, e não efetivo em relação a uma gestão que contribui para a oferta de ensino de qualidade.

Além dos ambientes virtuais mediados por tecnologias o PRISME contará com um Ambiente Virtual de Aprendizagem Educativa/Interativa (AVANEI) que contempla as ações de gestão do Programa e da Institucionalização e gestão dos SME.

O ambiente em pauta, também, será modelado de forma processual e permanente buscando contemplar as necessidades de gestão do PRISME e de Institucionalização e Gestão dos SME que tem como preocupação inicial os elementos fundantes de SME com foco nas Metas do PNE 2014-2024 (Brasil, 2014).

ESTRUTURA BÁSICA DA FORMAÇÃO PRISME-2024/2025

O PRISME ocorrerá nas modalidades presencial e remota mediadas por tecnologias digitais (TD) e Ambiente Virtual de Natureza Educativa/Interativa (AVNEI), para a gestão do programa e a realização do eixo I Governança e Gestão da política de alfabetização, com o Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME – Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional. Para tanto, está estruturado em 03 (três) Projetos: PROJETO 1 – Planos Decenais de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE); PROJETO 2 – Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério: capacidades técnicas, institucionais, jurídicas, políticas e financeiras; e PROJETO 3 – Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI): lócus de trabalho do PRISME.

Os mencionados projetos serão implementados utilizando-se de momentos formativos presenciais, Ambiente Virtual de Natureza Educativa-Interativa (AVNEI); a Plataforma Google Meet; Youtube e outros espaços virtuais. Para sua operacionalização, terá um conjunto de profissionais ‘em preparação continuada’, para trabalhar com o processo de gestão da educação municipal e escolar, considerando os objetivos estabelecidos e a realidade concreta da educação municipal.

No Programa, a formação continuada é considerada elemento estruturante, sendo geradora, também, de pesquisa/produção intelectual-científica e difusão do conhecimento. Para tanto, está organizada, inicialmente, em quatro momentos, os quais, também, abrangem os demais elementos do movimento formativo, sendo o acompanhamento e o monitoramento contínuos e a avaliação periódica. O acompanhamento, monitoramento e avaliação derivam, vinculam-se, complementam e alimentam a formação, sendo tal movimento entendido como práxis social formativa.

O processo de formação será realizado considerando a realidade educacional dos Municípios e compreenderá momentos de planejamento/plano de trabalho e realização da formação abrangendo atividades formativas diversificadas.

Em relação aos 12 meses de realização do PRISME 2024/2025 o coletivo de formadores reunir-se-á virtualmente e ou presencialmente, semanalmente, às quintas-feiras, para estudo e planejamento em preparação para a realização do trabalho junto aos integrantes do Programa nos Municípios por meio de atividades síncrona, assíncrona e presencial, conforme explicitado no quadro seguinte.

ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA FORMAÇÃO PRISME-2024/2025

PRÁXIS FORMATIVA	Descrição	Modalidade/ ambiente	Período / data	C/H
1) Formação do Coletivo PRISME: planejamento, estudo, realização, acompanhamento,	Formação do coletivo de trabalho e a sistematização dos Planos/ Projetos/ ações/ atividades.	HÍBRIDA Virtual (Google e Meet)/ presencial	Semanal (3ª feiras)	Ver CH PRISME

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

monitoramento e avaliação				
2) Formação teórico-prática estruturante para os participantes municipais PRISME do Projeto I	<p>As atividades formativas relativas à formação teórico-prática estruturante para os participantes dos municípios PRISME do Projeto I ocorrerão na modalidade híbrida articulando os momentos síncronos e presenciais: SÍNCRONO – Decorrente da ação de planejamento e, em conformidade com o andamento do PRISME, os formadores reunir-se-ão, com os sujeitos participantes do Programa para a formação de caráter interativo, com base nos objetivos estabelecidos e nas necessidades extraídas da realidade concreta no âmbito da educação municipal.</p> <p>A ferramenta administrativa central utilizada nesta modalidade é o Ambiente Virtual de Natureza Educativa e Interativa (AVNEI). No AVNEI ocorrerão: o processo de inscrição; acesso e registro de presença de todas as atividades realizadas; informações gerais e instrucionais sobre os projetos; link a documentos e às salas de aprendizagem; o repositório de documentos e decisões consolidadas; Biblioteca etc.</p> <p>A ferramenta utilizada como salas de aprendizagem será o Google Meet espaço em que será: registrado o nome completo e e-mail dos participantes por sala (conforme o agrupamento regional de municípios); realizadas as formações síncronas; orientado sobre as atividades assíncronas; e realizada a interação com os participantes do PRISME nos municípios via chat (esclarecimentos de dúvidas, fóruns e reuniões de trabalho).</p> <p>Neste caso, vinculado ao AVNEI, será criado um conjunto de salas virtuais permanentes de aprendizagens no Google Meet em conformidade com a divisão de municípios por regionais.</p>	HÍBRIDA: Virtual / Síncrona [tendo o AVNEI como ambiente Fonte vinculado ao Google Meet]; e presencial	40 dias (5ª feiras)	Carga horária definida por projetos
	PRESENCIAL – Os momentos presenciais ocorrerão: inicialmente nos municípios sob a responsabilidade dos supervisores municipais buscando	Presencial	No movimento formativo, em geral, e	

	promover momentos de estudo e realizar as atividades propostas; e, posteriormente, em Palmas abrangendo um conjunto de participantes dos municípios para aprofundar conhecimentos, discutir os ajustes ao movimento formativo tendo em vista a adequada alimentação do AVNEI e do Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado, buscando a avaliação do movimento formativo e o replanejamento.		no fechamento de cada projeto	
3) Formação teórico-prática mobilizadora abrangendo os participantes municipais PRISME do Projeto I e II	<p>Articulada ao movimento formativo estruturante a formação teórico-prática mobilizadora abrangerá os participantes municipais PRISME do Projeto I e II</p> <p>se efetivará por meio da realização das atividades assíncronas que, também, poderá ocorrer no formato híbrido abrangendo as atividades presenciais e/ou virtuais no âmbito dos municípios e as virtuais no âmbito do AVNEI como ambiente administrador e interativo síncrono.</p> <p>COMO SERÁ OPERACIONALIDAO? NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO envolvem: momentos presenciais/virtuais de estudo, levantamento de dados, resolução de problemas e realização de atividades diversas.</p> <p>ÂMBITO DO AVNEI compreendem: o acesso ao ambiente virtual para registrar presença; acessar as formações síncronas; estudar o material disponibilizado; responder as Atividades Assíncronas definidas; anotar dúvidas e questionamentos; promover ajustes nas atividades realizadas etc.</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Cada uma das atividades assíncronas será elaborada buscando: levantar dados e informações; realizar reflexões como práxis formativa; e desenvolver AÇÕES de mobilização a serem realizadas pelos participantes PRISME para tanto tem como foco:</p>	HÍBRIDA: Presencial nos municípios e virtual/assíncrono no AVNEI	Semanal – Conforme a realização das atividades e registro de presenças	Carga horária definida por projetos

	<div>1) a leitura das orientações para realizar a atividade assíncronas;</div> <div>2) a leitura dos fundamentos legais e teórico-práticos sobre o tema da atividade; e</div> <div>3) a realização de ações concretas no município evidências, por exemplo, pela/as: reuniões de estudo; reuniões com autoridades; reuniões com o segmento da comunidade escolar; reuniões com a comunidade, em geral; levantamento de dados e informações; resposta da atividade assíncrona.</div>			
4) Movimento formativo articulador contínuo	ACOMPANHAMENTO – Tem o sentido de formação contínua e abrange todo o movimento formativo descrito anteriormente.			
	MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO – Compõe o conjunto dos momentos formativos e engloba a produção de dados e informações, seguido de análise diagnóstica e levantamento de problemas, causas e necessidades relativas ao alcance dos objetivos do Programa e da educação municipal			
Total	Equipe do PRISME	Projeto 1 = 270hh + Projeto 2 = 270		540h
	Participantes municipais do PRISME	Conforme os projetos		270h
	Participantes municipais do PRISME/Supervisor	Conforme os projetos		360h
OBSERVAÇÃO – A dinâmica formativa será definida no decorrer do momento formativo, com base nos objetivos e conteúdos dos projetos e na realidade concreta da educação municipal.				

DINÂMICA DO PROGRAMA PRISME VERSÃO 2024	
<p>A atuação do Programa PRISME 2024 centrar-se-á no EIXO I – Governança e Gestão da política de alfabetização, com o Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME – Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional): voltado para formação continuada, acompanhamento, monitoramento e avaliação no campo da gestão democrática; do planejamento da educação municipal [com vistas a avaliação dos Planos Municipais de Educação vigentes e a elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação]; de institucionalização do sistema municipal de ensino/educação (com vistas a ampliação da capacidade institucional dos sistemas municipais de ensino/educação, para que constituam autonomia e cumpram suas incumbências educacionais, integrando-se às políticas e planos da União e do Estado), juntamente com os profissionais da educação e membros de colegiados da educação municipal</p>	
<p>O EIXO I, sob a competência do PRISME, desenvolverá a ação proposta com o objetivo de apoiar os Municípios do Tocantins na efetivação da gestão democrática; no processo de monitoramento, avaliação e reelaboração dos Planos Municipais de Educação; e no movimento de institucionalização efetiva do sistema municipal de ensino/educação. O Programa, neste momento, é materializado por três Projetos:</p>	
<p>PROJETO 1 – Planos Decenais de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE). META 1: Acompanhamento, monitoramento e avaliação de aproximadamente 100 (cem) Municípios que aderirem à RCT, no monitoramento e na avaliação da execução dos Planos Decenais de Educação [Nacional e Municipal], do cumprimento de suas metas, estratégias e demais dispositivos; no movimento de institucionalização efetiva do Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com</p>	

<p>Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério, assentado em método específico e no Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI).</p> <p>PROJETO 2 – Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério: capacidades técnicas, institucionais, jurídicas, políticas e financeiras.</p> <p>META 2: Formação continuada em política e gestão educacional de 2.000 (dois) mil profissionais da gestão da educação municipal e escolar e de membros dos colegiados da educação nos Municípios que aderirem à RCT, com 02 (dois) momentos formativos síncronos e 01 (um) presencial para: secretários municipais de educação, técnicos da gestão da secretaria e das escolas municipais, diretores escolares e membros dos colegiados da educação municipal – Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar, Fórum dos Conselhos Escolares.</p> <p>PROJETO 3 – Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI): lócus de trabalho do PRISME.</p> <p>META 3: Modelagem de 01 (um) Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI), para a gestão do PRISME e o apoio aos processos de planejamento da educação municipal; de institucionalização efetiva e gestão democrática de sistemas municipais de ensino/educação.</p> <p>META 4: Produção e difusão de conhecimentos (técnica e científica): 1 dossiê, 1 e-book, 1 coletânea, 3 cadernos de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação, vídeos.</p>		
PLANO DE FORMAÇÃO		
PROJETO 1, 2 e 3		
I) GERAL		
1.1) OBJETIVO	<ol style="list-style-type: none"> 1) Compreender os PME situados no contexto do planejamento educacional pautado pelos quesitos e dimensões do ICMS-Educacional. 2) Construir, como diagnóstico, 3 quadros de referências por meta dos PME, buscando o levantamento de: 1) informações quantitativas gerais sobre os PME via ICMS-Educacional; 2) elementos potencializadores e dificultadores para o alcance das metas e estratégias dos PME; e 3) resultados alcançados e a alcançar em relação ao planejamento da educação municipal. 3) Contribuir para a reflexão dos participantes do PRISME 2024 acerca da importância e das ações necessárias à elaboração do novo PME, considerando os resultados alcançados no PME em finalização. 	
1.2) CONTEÚDO	<ol style="list-style-type: none"> 1) Planejamento e gestão educacional: marco situacional e diretrizes teórico- filosóficas materializados nos PME e evidenciados pelos quesitos e dimensões compreendidas no ICMS-Educacional do Tocantins. 2) Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos PME materializados em relatórios e instituição/efetivação das comissões de monitoramento dos PME no âmbito da educação municipal. 3) Gestão democrático-participativa e controle social como forma de mobilização da comunidade educacional e escolar dos SME, para a elaboração dos novos PME (2024-2034). 	
1.3) METODOLOGIA	1.3.1) Coletivo PRISME	1.3.2) Participantes Município

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

a) Procedimentos	1) Sintetização – via leitura da produção elaborada – do processo e dos resultados teórico-práticos alcançados no projeto PRISME 2023;	Elaborar os procedimentos a partir de uma problematização de partida considerando o eixo, projeto, objetivos e conteúdos e atividade assíncrona proposta.
	2) Elaboração de diagnóstico sobre a educação municipal tendo por referência as atividades assíncronas com foco no PNE 2014-2024, nos PME e nos quesitos/dimensões do ICMS-Educacional; 3) Estudo das propostas de metas e estratégias do PNE 2024-2034 relativas à elaboração dos novos PME em preparação das atividades a serem realizadas pelos SME; 3) Apreensão da estrutura e dinâmica do AVNEI para a realização do PRISME 2024-2025, buscando a institucionalização e gestão dos SME; 4) Estudo da literatura produzida sobre a temática; 5) Elaboração coletiva de: documentos de comunicação oficial; materiais instrucionais; instrumentos de coleta de dados e informações; materiais pedagógicos; relatórios; textos científicos etc. (VER TAREFA 1)	MOMENTO DIALÓGICO:
b) Material	1) Planos nacionais, estaduais e municipais de educação; 2) ICMS-Educação e Valor Aluno Anual Resultado (VAAR); 2) Legislação vigente sobre a temática; 3) Orientações a respeito da estrutura e dinâmica do AVNEI: aspectos teórico- práticos; 4) Livros, artigos, teses e dissertações, material didático instrucional, coletânea e outros. 5) Atividades assíncronas e outros instrumentos diagnósticos.	
c) Atividade no AVNEI	ELABORAR - Sugestão de 4 atividades assíncronas para o projeto I em articulação com o projeto II (VER PROPOSTA):	
1.4) ACOMPANHAMENTO	ACOMPANHAMENTO – Tem o sentido de formação contínua e abrange todo o movimento formativo descrito anteriormente.	
1.5) MONITORAMENTO	MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO – Compõe o conjunto dos momentos formativos e engloba a produção de dados e informações, seguido de análise diagnóstica e levantamento de problemas, causas e necessidades relativas ao alcance dos objetivos do Programa e da educação municipal	

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

II) DETALHAMENTO – PLANO DE ENSINO POR UNIDADE FORMATIVA (elaboração processual em preparação para cada unidade formativa)

UNIDADE FORMATIVA I	Conteúdo: 1) Planejamento e gestão educacional: marco situacional e diretrizes teórico-filosóficas materializado nos PME e evidenciado pelos quesitos e dimensões compreendidas no ICMS-Educação/FUNDEB/VAAR do Tocantins.	Data:
Objetivo		
Conteúdo		
Metodologia/encaminhamento	Coletivo PRISME:	Participantes/Município:
✓ Procedimentos		
✓ Material		
✓ Atividade no AVNEI		
Acompanhamento		
Monitoramento e avaliação		
Referências		
UNIDADE FORMATIVA II	Conteúdo: 2) Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação materializados em relatórios e instituição/efetivação das comissões de monitoramento dos PME no âmbito da educação municipal.	Data:
Objetivo		
Conteúdo		
Metodologia/encaminhamento	Coletivo PRISME:	Participantes/Município:
✓ Procedimentos		
✓ Material		
✓ Atividade no AVNEI		
Acompanhamento		
Monitoramento e avaliação		
Referências		
UNIDADE FORMATIVA III	Conteúdo: 3) Gestão democrático-participativa e controle social como forma de mobilização da comunidade educacional e escolar dos SME para a elaboração dos novos planos municipais (2024-2034).	Data:
Objetivo		
Conteúdo		
Metodologia/encaminhamento	Coletivo PRISME:	Participantes/Município:
✓ Procedimentos		

✓ Material		
✓ Atividade no AVNEI		
Acompanhamento		
Monitoramento e avaliação		
Referências		

II PLANO DE FORMAÇÃO DOS MOMENTOS FORMATIVOS PRISME I A IX

MOMENTOS FORMATIVOS I E II

PLANO DE ENSINO DA UNIDADE FORMATIVA I		
MOMENTOS FORMATIVOS 1 e 2		
UNIDADE FORMATIVA I	TEMAS 1) I Momento Formativo/2024 - Programa De Formação, Acompanhamento, Monitoramento E Avaliação Em Política/Gestão Educacional	Data: 25/03/2024
	2) II Momento Formativo/2024 - Painei articulado de apresentação e formação do PRISME/2024: estrutura, método e encaminhamentos formativos	Data:11/03/2024
Objetivo	Apresentar a estrutura formativa do PRISME-2024 e introduzir o conteúdo relativo ao projeto 1.	
Conteúdo	<p>1) Estrutura e dinâmica do Programa PRISME 2024-2025: dimensões da formação; do acompanhamento e do monitoramento e avaliação;</p> <p>2) Projeto 1: Unidades formativas I, II e III; planejamento e gestão da educação com foco no PME e ICMS-Educação: aspectos teórico-práticos.</p>	
Metodologia/ encaminhamento	Coletivo PRISME: A realização da Unidade Formativa 1 materializada no Momento Formativo 1 ocorrerá por meio Virtual, abrangendo um seminário de apresentação geral da RCT/PRISME-20224 e um Painei articulado de apresentação e formação do PRISME/2024: estrutura, dinâmica introdução ao projeto 1 e encaminhamentos formativos.	<p>Participantes/Municípios:</p> <p>Participação dos inscritos no projeto PRISME-2024 via Youtube e Google Meet</p> <p>Questões Mobilizadoras de Partida no dia 26/03/2024:</p> <p>MANHÃ: 1) Considerando a apresentação realizada no dia 25/03/2024 feita pela prof. Rosilene Lagares, quais os pontos precisam ser esclarecidos em relação ao Programa PRISME/2024 quanto à sua estrutura, objetivos, conteúdo e dinâmica da formação?</p> <p>TARDE: 2) Em relação ao projeto 1 do PRISME/2024, como está estruturado, quais os objetivos/ conteúdos e qual a dinâmica formativa?</p>

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

✓ Procedimentos	<p>1) Planejamento do Momento formativo 1 expresso neste Plano de Ensino;</p> <p>2) Organização do material básico para a realização dos Momentos Formativos 1 e 2;</p> <p>3) Estudo do material elaborado e dos textos indicados para a leitura;</p> <p>4) Participação no Seminário de apresentação do PRISME/2024 no dia 25/03/2024 – Eixo, projetos, estrutura e dinâmica formativa;</p> <p>5) Realização dos Momentos Formativos 1 e 2 virtualmente, via Youtube e Ambiente Virtual Google Meet em duas seções no dia 26/03/2024: manhã e tarde;</p> <p>6) Elaboração de relatório sobre o momento formativo;</p> <p>7) Mobilização dos participantes municipais do PRISME para os Momentos Formativos 1 e 2.</p>	<p>1) Mobilização pelos supervisores dos participantes municipais do PRISME para os Momentos Formativos 1 e 2;</p> <p>2) Participação efetiva nos Momentos Formativos 1 e 2;</p> <p>3) Mobilização dos participantes do projeto II para repercutir o conteúdo trabalhado nos Momentos Formativos 1 e 2;</p> <p>3) Estudo do material trabalhado nos Momentos Formativos 1 e 2;</p> <p>4) Realização da Atividade Assíncrona I - Introdutória;</p> <p>5) Resposta da Atividade Assíncrona I – Introdutória no AVNEL.</p>
✓ Material	<p>1) Material básico utilizado nos Momentos Formativos 1 e 2</p> <p>2) Material indicado para leitura postada no Coletivo Prisme;</p> <p>3) Material específico sobre Planejamento e gestão educacional: marco situacional e filosófico;</p> <p>3) Atividade Assíncrona I - Introdutória;</p> <p>4) Outros</p>	<p>1) Material básico utilizado nos Momentos Formativos 1 e 2</p> <p>2) Atividade Assíncrona I - Introdutória;</p> <p>3) Outros</p>
✓ Atividade Assíncrona no AVNEL	ATIVIDADE ASSÍCRONA I – Introdutória – Monitoramento dos planos municipais de educação tendo por parâmetros operacionais os quesitos I a III do ICMS-Educação do Tocantins	ATIVIDADE ASSÍCRONA I - introdutória – Monitoramento dos planos municipais de educação tendo por parâmetros operacionais os quesitos I a III do ICMS-Educação do Tocantins
Acompanhamento	Padrão	
Monitoramento e avaliação	Padrão	
Referências:	<p>1) Material indicado para estudo no Coletivo PRISME;</p> <p>2) Material de apoio aos Momentos Formativos 1 e 2</p> <p>3) Outros</p> <p>Link: https://drive.google.com/drive/folders/1KGWBVLMSE1njqEelbXweHXZXGr0LB6?usp=sharing</p>	

MOMENTO FORMATIVO III

PLANO DE ENSINO DA UNIDADE FORMATIVA		
I MOMENTO FORMATIVO III		
UNIDADE FORMATIVA I	TEMA: Planejamento e Gestão Educacional na relação articulada entre o Plano Municipal de Educação como epicentro das políticas municipais e o Fórum Permanente da Educação Municipal.	Data: 16/05/2024
Objetivo	Compreender o PME situado no contexto do planejamento educacional na relação articulada com o Fórum Permanente da Educação Municipal	
Conteúdo	Planejamento e gestão educacional: marco situacional e diretrizes teórico-filosóficas materializados nos PME na relação articulada com o Fórum Permanente da Educação Municipal.	
Metodologia/ encaminhamento	Coletivo PRISME	Participantes/Municípios
	<p>A realização da Unidade Formativa 1 materializada no Momento Formativo III ocorrerá no formato híbrido abrangendo duas partes.</p> <p>1) A primeira, consistirá na discussão teórico-prática da temática por especialistas no canal do Youtube:</p> <p>Tempo de duração: 1:30h Responsáveis: Público-alvo: todos os inscritos nos projetos 1 e 2 e comunidade em geral;</p> <p>2) A segunda parte consistirá em uma formação, também, teórico-prática, dialética e dialógica, com foco na ATIVIDADE ASSÍNCRONA II – Fórum Permanente da Educação Municipal, e acontecerá via Google Meet em 11 salas virtuais:</p> <p>Tempo de duração: 1h Responsáveis: 11 formadores + 1 assistente de formação Público-alvo: os inscritos no projeto 1 do PRISME, organizados nas 11 salas.</p>	<p>Participação dos inscritos no PRISME via Youtube e Google Meet:</p> <p>PARTE 1 – Acompanhamento da formação pelos inscritos nos projetos 1 e 2 e participação com perguntas no chat do Youtube.</p> <p>PARTE 2 – Participação efetiva dos inscritos no projeto 1 na formação virtual via Google Meet, buscando aprofundar a discussão e o conhecimento sobre a temática com foco do entendimento da ATIVIDADE ASSÍNCRONA II – Fórum Permanente da Educação Municipal: conhecimento, tira dúvidas e encaminhamentos no âmbito do município.</p>
✓ Procedimentos	<p>1) Planejamento do Momento formativo III expresso neste Plano de Ensino;</p> <p>2) organização do material básico para a realização do Momento formativo III;</p>	<p>1) Mobilização pelos supervisores dos participantes municipais do PRISME para o momento formativo III;</p> <p>2) participação efetiva do momento formativo III;</p>

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

	<p>3) estudo do material elaborado e dos textos indicados para a leitura;</p> <p>4) participação efetiva dos membros do Coletivo PRISME na formação abrangendo as duas partes destacadas anteriormente;</p> <p>5) realização da segunda parte do momento formativo III virtualmente, via Ambiente Virtual Google Meet;</p> <p>6) elaboração de relatório sobre o momento formativo em pauta;</p> <p>7) mobilização dos participantes municipais do PRISME para o momento formativo III.</p>	<p>3) mobilização dos participantes do projeto II para repercutir o conteúdo trabalhado no momento formativo III;</p> <p>3) estudo do material trabalhado no momento formativo III;</p> <p>4) realização da ATIVIDADE ASSÍNCRONA II – Fórum Permanente da Educação Municipal pelos inscritos dos projetos 1 e 2);</p> <p>5) resposta da ATIVIDADE ASSÍNCRONA II – Fórum Permanente da Educação Municipal no AVNEI pelo Supervisor;</p> <p>6) ciência da atividade postada no AVNEI pelos demais inscritos no PPRISME dos projetos 1 e 2.</p>
✓ Material	<p>1) Material básico utilizado no momento formativo III;</p> <p>2) material indicado para leitura postada no Coletivo Prisme (Drive);</p> <p>3) material específico sobre Planejamento e gestão educacional: marco situacional e filosófico: PME e ICMS-Educacional do Tocantins;</p> <p>3) ATIVIDADE ASSÍNCRONA II – Fórum Permanente da Educação Municipal;</p> <p>4) outros (Elaboração)</p>	<p>1) Material básico utilizado no momento formativo III;</p> <p>2) ATIVIDADE ASSÍNCRONA II – Fórum Permanente da Educação Municipal;</p> <p>3) outros</p>
✓ Atividade Assíncrona no AVNEI	<p>ATIVIDADE ASSÍNCRONA II – Fórum Permanente da Educação Municipal.</p> <p>ATIVIDADE ASSÍNCRONA III (parte 1) – Monitoramento dos PME tendo por parâmetros operacionais os quesitos I a III do ICMS-Educacional do Tocantins.</p>	<p>ATIVIDADE ASSÍNCRONA II – Fórum Permanente da Educação Municipal.</p> <p>ATIVIDADE ASSÍNCRONA III (parte 1) – Monitoramento dos PME tendo por parâmetros operacionais os quesitos I a III do ICMS-Educacional do Tocantins.</p>
Acompanhamento	<p>1) Relatório de Acompanhamento do III Momento Formativo (2ª parte Google Meet) - Elaborado por Formador e Assistente.</p> <p>2) Acompanhamento da realização da atividade assíncrona no AVNEI.</p> <p>3) Reunião mensal com os Supervisores Municipais.</p> <p>4) Grupos de WhatsApp para informes e comunicados.</p> <p>5) Avaliação dos encontros síncronos.</p>	
Monitoramento e avaliação	<p>1) Elaboração e encaminhamento de formulário de acompanhamento e monitoramento do III Momento Formativo (1ª parte Youtube e 2ª parte Google Meet);</p> <p>2) Elaboração do relatório de acompanhamento e monitoramento do III Momento Formativo;</p> <p>3) Monitoramento das atividades assíncronas I e II;</p> <p>4) Monitoramento da frequência (1ª parte Youtube e 2ª parte Google Meet).</p>	

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

Referências:	1) Material indicado para estudo no Coletivo Prisme (Drive).
--------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> Material de apoio ao momento formativo III. Outros. <p>Link: https://drive.google.com/drive/folders/1KGWBVIMSE1nqEeIbX_wcHY2XGr0LlB6?usp=sharing</p>
--	---

MOMENTOS FORMATIVOS IV E V

PLANO DE ENSINO DAS UNIDADE FORMATIVAS I, II e III MOMENTOS FORMATIVOS IV e V	
<p style="text-align: center;">V MOMENTO FORMATIVO REMOTO</p> <p style="text-align: center;">TEMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL NO TOCANTINS TENDO O PME COMO EPICENTRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA: o dito, o escrito e o realizado no âmbito da educação municipal</p>	
<p style="text-align: right;">LOCAL: Palmas/TO DATA: 14 e 15/08/2024 MODALIDADE: presencial VER PROGRAMAÇÃO</p>	
Objetivo	<p>4) Compreender os PME situados no contexto do planejamento educacional pautado pelos quesitos e dimensões do ICMS-Educacional.</p> <p>5) Construir, como diagnóstico, 3 quadros de referências por meta dos PME, buscando o levantamento de: 1) informações quantitativas gerais sobre os PME via ICMS-Educacional; 2) elementos potencializadores e dificultadores para o alcance das metas e estratégias dos PME; e 3) resultados alcançados e a alcançar em relação ao planejamento da educação municipal.</p> <p>6) Contribuir para a reflexão dos participantes do PRISME 2024 acerca da importância e das ações necessárias à elaboração do novo PME, considerando os resultados alcançados no PME em finalização.</p>
Conteúdo	Planejamento e gestão educacional; Políticas Públicas Educacionais; PME na relação articulada com o Fórum Permanente da Educação Municipal e a Comissão de Monitoramento e Avaliação; Novo Plano Municipal de Educação 2025 a 2035.
<p style="text-align: center;">IV MOMENTO FORMATIVO REMOTO</p> <p style="text-align: center;">Mobilização em preparação ao V Momento Formativo presencial pautado pelo PME: diagnóstico explicitado por meio do FME e Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação.</p>	
<p style="text-align: right;">LOCAL: salas virtuais Google Meet DATA: 13/06/2024 HORÁRIO: 9h às 11h MODALIDADE: virtual</p>	
Objetivo	Contribuir para a reflexão dos participantes do PRISME 2024 acerca da importância e das ações necessárias desenvolvidas pelo FME e pela Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PME tendo em vista a elaboração do Novo PME.
Conteúdo	Planejamento e gestão educacional; Políticas Públicas Educacionais; PME na relação articulada com o Fórum Permanente da Educação Municipal e a Comissão de Monitoramento e Avaliação; Novo Plano Municipal de Educação 2025 a 2035.

Metodologia/ procedimentos	<p>O IV Momento Formativo Virtual do PRISME 2024 será estruturado em 4 partes:</p> <p>1) na primeira parte propõe-se assistir 4 pequenos vídeos ou (parte deles) extraídos do sítio PNE em movimento (http://pne.mec.gov.br/#onepage) – [Etapa 1 – Organizar o Trabalho- https://www.youtube.com/watch?v=k94SMZrbxTA; Etapa 2 – Estudar o Plano - https://www.youtube.com/watch?v=Z9_4Qx_nQwg; Etapa 3 – Monitorar continuamente as metas e estratégias - https://www.youtube.com/watch?v=30lmXiFGw-8; Etapa 4 – Avaliar o Plano Periodicamente - https://www.youtube.com/watch?v=7hPv-plu0X0].</p>
-------------------------------	--

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

	<p>2) na segunda parte, estabelecer um diálogo aberto com os participantes do momento formativo mobilizado pela seguinte pergunta: no Sistema Municipal de Educação (SME) em que pertence como encontra-se a situação (estrutura e funcionamento) da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação (CAMA) do PME?</p> <p>(OBSERVAÇÃO: Não ocorrendo um diálogo espontâneo, os formadores DEVEM fazer a provocação alguns municípios a participarem).</p> <p>3) na terceira parte, dando continuidade à formação dialogada, será apresentada a proposta de comunicações teórico-práticas socializadoras que os municípios devem identificar em seus municípios, buscando identificar os aspectos inovadores e/ou significativos em relação à constituição e atuação do FME e da CAMA em relação ao PME:</p> <p>a) apresentar o template; e</p> <p>b) esclarecer dúvidas e fazer os encaminhamentos sobre a temática no âmbito do município.</p> <p>4) a parte 4 será destinada a esclarecimentos sobre a realização das atividades assíncronas 1 e 2 postadas no AVNEI e à realização do V Momento Formativo presencial em palmas no mês de agosto.</p>
Procedimentos	<ol style="list-style-type: none"> 1) Organizar as 11 salas Google Meet conforme as regionais PRISME com interface ao AVNEI; 2) Estudar o material básico que será utilizado no IV Momento Formativo virtual; 3) Identificar informações em preparação para os esclarecimentos de possíveis dúvidas em relação à parte 4 da formação; 4) Reunir-se por sala (Formador, Assistente e Assessor de formação e Gestão) para esclarecimentos de dúvidas e distribuir as responsabilidades do IV Momento Formativo; 5) Mobilizar os inscritos no projeto 1 para participar do IV Momento Formativo Virtual.
✓ Material	<ol style="list-style-type: none"> 1) Material básico utilizado no IV Momento Formativo (Slides com página inicial de identificação da Formação por sala; objetivo e conteúdo da formação e a questão mobilizadora do diálogo); 2) Vídeos (12 minutos de duração); 3) TEMPLATE-comunicações teórico-práticas socializadoras -V MF PRISME 2024; e 4) Material indicado para leitura postada no Coletivo Prisme (Drive);
✓ Atividade Assíncrona III	<p>Prezado supervisor, reúna-se no seu município com os inscritos nos projetos PRISME 1 e 2:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) identifique no Sistema Municipal de Educação (SME) uma prática significativa abrangendo a constituição e atuação do Fórum Municipal de Educação e da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME); 2) elabore os slides apresentados no IV Momento Formativo (Template); e 3) poste como anexo no AVNEI: <p>DATA: 28/06/2024.</p>
Acompanhamento	
Monitoramento e avaliação	
Referências:	1) Material indicado para estudo no Coletivo Prisme (Drive).

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

	<p>2) Material de apoio ao momento formativo IV.</p> <p>3) Outros.</p> <p>Link: https://drive.google.com/drive/folders/1KGWBVLMSE1njqEelbXweHXZXGr0LB6?usp=sharing</p>
--	---

PROGRAMAÇÃO DO V MOMENTO FORMATIVO PRISME 2024 – PRESENCIAL		
TEMA- PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL NO TOCANTINS TENDO O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMO EPICENTRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA: o dito, o escrito e o realizado na educação municipal		
DATA	MODALIDADE	LOCAL
14 e 15/ 08/2024	Presencial	Auditório do Colégio Militar Senador Antônio Luiz Maya
PÚBLICO: Três participantes do PRISME inscritos no Projeto 1: Dirigente Municipal de Educação, Supervisor Municipal PRISME e um representante do Fórum Permanente Municipal de Educação, preferencialmente, membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação; e convidados em geral.		
Coordenação Geral		Dra. Rosilene Lagares (UFT Pedagogia/PPGE/PGEDA)
Coordenação Gestão		Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva (SME Gurupi)
Coordenação Formação		Dr. Roberto Francisco de Carvalho (UFT Filosofia/PPPGE)
Coordenação Acompanhamento		Msc. Ítalo Bruno Paiva Gonçalves (SEE TO)
Coordenação Monitoramento e Avaliação		Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito (UFT Pedagogia/PPPGE)
Coordenação AVNEI PRISME		Msc. Adaires Rodrigues de Sousa (SEE TO)
14/08/2024		
HORÁRIO	ATIVIDADE	
14h às 15h	CREDENCIAMENTO	
15h	CERIMONIAL – INFORMAÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO Msc. Rute Soares Rodrigues (SME Palmas) Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva (SME Gurupi)	
15h às 17h30	MOMENTOS DIALÓGICO-SOCIALIZADORES DAS SÍNTESES DOS RESULTADOS PARCIAIS DO PRISME 2024 NA RELAÇÃO ENTRE O PME, O FME E A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME Objetivo – Apresentar uma <i>síntese dos resultados alcançados no PRISME</i> abrangendo os resultados parciais em relação às Atividades Assíncronas I e II, evidenciando “o PME situado no contexto do planejamento educacional na relação articulada com o FME e a Comissão de Monitoramento e Avaliação no PME.	

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

	Procedimentos: <ul style="list-style-type: none"> ● PRIMEIRA PARTE – formadores: apresentação de resumo dos dados das atividades assíncronas realizadas, por cada regional PRISME. ● SEGUNDA PARTE - dois municípios por regional PRISME: comunicações orais teórico-práticas socializadoras com ações realizadas em relação ao tema do momento formativo. ● CONCLUSÃO – coordenador: síntese estruturante da exposição. 	
	MOMENTO DIALÓGICO- SOCIALIZADOR 1 Regionais PRISME: <ul style="list-style-type: none"> ● Araguaína ● Araguatins ● Pedro Afonso 	Membros: Msc. Geraldo Grossi Junior (CEE-MT) Msc. Robson Vila Nova Lopes (SEE TO/Unitins) Msc. Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira (SEE TO) Coordenação e síntese: Esp. Regivane Martins Ambrózio Silva (SEE TO)
	MOMENTO DIALÓGICO- SOCIALIZADOR 2 Regionais PRISME: <ul style="list-style-type: none"> ● Arraias/Dianópolis ● Porto nacional ● Tocantinópolis 	Membros: Msc. Greice Quele Mesquita Almeida (IFTO Dianópolis) Msc. Diogo Teixeira de Castro Silva (SME Palmas) Msc. Celestina Maria Pereira de Souza (SEE TO) Coordenação e síntese: Esp. Deyvison Bispo de Oliveira Santos (SEE TO)
17h30 às 18h	INTERVALO/LANCHE	
17h30 às 18h	FEIRA DE TROCA DE LIVROS PRISME	Coord.: Esp. Diogo Teixeira de Castro Silva (SME Palmas)
18h às 19h30	CERIMONIAL MOMENTO CULTURAL DISPOSITIVO DE ABERTURA/PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS CONDUZIDAS PELO CERIMONIAL Objetivo – Publicizar as atividades do PRISME/RCT 2024 abrangendo “a Governança e Gestão das políticas públicas como Movimento de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação do Tocantins na perspectiva da Educação Integral, Inclusiva, Intercultural, Intergeracional”.	Coord.: Msc. Rute Soares Rodrigues (SME Palmas) Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva (SME Gurupi) Coord.: Esp. Regivane Martins Ambrózio Silva (SEE TO) Msc. Jemima G. Barreira Cavalcante (SEE TO) Representações Institucionais

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

19h30 às 21h	<p>CONFERÊNCIA</p> <p>–</p> <p>PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL TENDO O PME COMO EPICENTRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA: fundamentos teórico-práticos, obstáculos/limites e possibilidades</p> <p>Objetivo – Refletir de forma aprofundada acerca dos <i>conhecimentos</i> concernentes ao movimento de planejamento e gestão educacional e os obstáculos e ações de superação em relação à sua materialização nos sistemas educacionais com foco no PME em curso e a elaboração do novo PME.</p>	<p>CONFERENCISTA</p> <p>Dra. Simone de Fátima Flach - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG Pedagogia/PPGE)</p> <p><i>Coord.:/Comentadores:</i></p> <p>Dra. Rosilene Lagares (UFT Pedagogia/PPGE/PGEDA)</p> <p>Dr. Roberto Francisco de Carvalho (UFT Filosofia/PPPGE)</p> <p>Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito (UFT Pedagogia/PPPGE)</p>
15/08/2024		
HORÁRIO	ATIVIDADE	
8h30	<p>CERIMONIAL:</p> <p>Msc. Rute Soares Rodrigues (SME Palmas)</p> <p>Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva (SME Gurupi)</p>	
	<p>MOMENTO CULTURAL</p> <p>Coord.: Esp. Regivane Martins Ambrózio Silva (SEE TO)</p> <p>Msc. Jemima G. Barreira Cavalcante (SEE TO)</p>	
8h30 às 11h30	<p>MOMENTOS DIALÓGICO-SOCIALIZADORES DA SÍNTESES DOS RESULTADOS PARCIAIS DO PRISME-2024 NA RELAÇÃO ENTRE O PME, FME E COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO</p> <p>Objetivo – Apresentar uma <i>síntese dos resultados alcançados no PRISME 2024</i> abrangendo as Atividades Assíncronas I e II evidenciando “o PME situado no contexto do planejamento educacional na relação articulada com o FME e a Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME.</p>	
	<p>MOMENTO DIALÓGICO- SOCIALIZADOR 3</p> <p>Regionais PRISME:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Paraíso • Colinas • Miracema-TO/Palmas-TO 	<p>Membros:</p> <p>Msc. Meyrivane Teixeira Santos Arraes (SEE TO)</p> <p>Dra. Doracy Dias Aguiar de Carvalho (UFT)</p> <p>Msc. Paulo Vinícius Santos Sulli Ludovice (SME Palmas)</p> <p>Coordenação e síntese: Dr. Paulo Fernando Melo Martins (UFT Pedagogia/PPPGE)</p>

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

	<p>MOMENTO DIALÓGICO- SOCIALIZADOR 4</p> <p>Regionais PRISME:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Guaraí ● Gurupi 	<p>Membros:</p> <p>Msc. Ana Cléia Gomes da Silva (SME Palmas) Dra. Ângela Noleto da Silva (UFT Pedagogia)</p> <p>Coordenação e síntese: Esp. Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca (SEE TO)</p>
<p>Repercussão do V MF na educação municipal – os três participantes do PRISME no V MF no âmbito do município farão uma atividade socializadora do conteúdo trabalhado na formação presencial (reunião, roda de conversa etc.) abrangendo o conjunto dos inscritos no projeto 1 e 2 e outros membros da comunidade escolar e sociedade em geral.</p>		
11h30 às 14h	INTERVALO/ALMOÇO	
14h às 16h30	<p>MESA DE ENCAMINHAMENTOS: PRÓXIMAS ATIVIDADES FORMATIVAS DO PRISME</p> <p>2024 – Diagnóstico do PME na relação com o financiamento da educação e o ICMS-Educacional do Tocantins</p> <p>Objetivo – Discutir os fundamentos teórico-práticos relacionados ao diagnóstico do PME (2015-2025) na relação com o financiamento e o ICMS- educacional tendo em vista o Novo PME.</p>	<p>SEÇÃO I – Reflexões teórico-práticas sobre PME, financiamento da educação</p> <p>MSc. Ítalo Bruno Paiva Gonçalves (SEE TO)</p> <p>MSc. Paulo Vinícius Santos Sulli Ludovice (SME Palmas)</p> <p>Coordenação e síntese: MSc. Leonardo Victor dos Santos (SEE TO)</p> <p>SEÇÃO II – Encaminhamentos das ideias centrais da atividade assíncrona IV (Parte 1) e mobilização para a elaboração do Novo PME</p> <p>Dr. Roberto Francisco de Carvalho (UFT Filosofia/PPPG)</p> <p>Dr. Venícios Cassiano Linden (UFT Pedagogia)</p> <p>Coordenação e síntese: Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva (SME Gurupi).</p>
16h30 às 17h	<p>DISPOSITIVO DE ENCERRAMENTO</p> <p>Manifestação de agradecimentos, informes e encaminhamentos.</p>	<p>Gestão do PRISME/RCT: Dra. Rosilene Lagares (UFT Pedagogia/PPGE/PGEDA)</p>
	<p>CONTEÚDO TRANSVERSAL – A gestão, por meio das coordenações, será a responsável pela sustentação do conteúdo do PRISME envolvendo à concepção, estrutura e dinâmica formativa: gestão, formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação.</p>	
Logística do Evento	<p>Coord.: Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito Esp.</p> <p>Adriano Pereira de Miranda</p> <p>Graduanda Ângela Sousa Silva</p> <p>Msc. Celestina Maria Pereira de Souza</p> <p>Msc. Ítalo Bruno Paiva Gonçalves</p> <p>Msc. Jemima G. Barreira Cavalcante</p> <p>Pedagoga Joildy Gomes Brito</p> <p>Msc. Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira</p>	

	Msc. Raimundo Ferreira Rodrigues Esp. Regivane Martins Ambrózio Silva Pedagogo Ronaldo Muniz Silva
Gestão da Informação e Comunicação	Dra. Jocyléia Santana dos Santos (UFT Pedagogia/PPGE/PGEDA) Dra. Temis Gomes Parente (UFT) Esp. Matheus Sousa Mendes (UFT/Esmat)
Modelagem da Atividade Assíncrona III no AVNEI	Msc. Adaires Rodrigues de Sousa (SEE TO) Dr. Eduardo José Cezari (UFT Pedagogia/PPPGE) Graduando Luis Felipe Nunes de Carvalho (Ciência da Computação) Msc. Werley Teixeira Reinaldo (UFT Fábrica de Software)
Articulação Municípios	Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva Msc. Rute Soares Rodrigues

MOMENTO FORMATIVO VI

PLANO DE ENSINO ARTICULADOR DAS UNIDADE FORMATIVAS I, II e III MOMENTO FORMATIVO VI	
Objetivos Gerais Do PRISME	<p>7) Compreender os PME situados no contexto do planejamento educacional pautado pelos quesitos e dimensões do ICMS-Educacional.</p> <p>8) Construir, como diagnóstico, 3 quadros de referências por meta dos PME, buscando o levantamento de: 1) informações quantitativas gerais sobre os PME via ICMS-Educacional; 2) elementos potencializadores e dificultadores para o alcance das metas e estratégias dos PME; e 3) resultados alcançados e a alcançar em relação ao planejamento da educação municipal.</p> <p>9) Contribuir para a reflexão dos participantes do PRISME 2024 acerca da importância e das ações necessárias à elaboração do novo PME, considerando os resultados alcançados no PME em finalização.</p>
VI MOMENTO FORMATIVO REMOTO	
PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: Atividade Assíncrona IV (Parte 1) como instrumento de diagnóstico da Educação municipal e mobilização para a elaboração do Novo PME	
LOCAL: salas virtuais Google Meet DATA: 19/09/2024 HORÁRIO: 9h às 11h MODALIDADE: virtual	
Objetivo	Esclarecer dúvidas acerca dos fundamentos teórico-práticos relacionados ao diagnóstico do PME (2015-2025) na relação com o financiamento e o ICMS-educacional tendo em vista o Novo PME.
Conteúdo	Planejamento e gestão educacional; Políticas Públicas Educacionais; PME na relação com o financiamento e o ICMS-educacional tendo em vista o Novo PME

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

Metodologia/ procedimentos	<p>O VI Momento Formativo Virtual do PRISME 2024 será estruturado em 3 partes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Retomada da Atividade Assíncrona IV (parte 2) para esclarecimentos de dúvidas e orientações complementares; e 2) Reforço acerca do movimento de mobilização do SME para a elaboração do novo PME 2025-2035; 3) Esclarecimentos sobre o CRONOGRAMA PRISME ajustado para 2024/II;
Procedimentos	<ol style="list-style-type: none"> 6) Organizar as 11 salas Google Meet conforme as regionais PRISME com interface ao AVNEI; 7) Estudar o material básico que será utilizado no VI Momento Formativo virtual; 8) Identificar informações em preparação para os esclarecimentos de possíveis dúvidas em relação à parte 1 da formação; 9) Reunir-se por sala (Formador, Assistente e Assessor de Formação e Gestão) para esclarecimentos de dúvidas e distribuir as responsabilidades do VI Momento Formativo; 10) Mobilizar os inscritos no projeto 1 para participar do VI Momento Formativo Virtual.
✓ Material	5) Material básico utilizado no VI Momento Formativo (Slides com página inicial de identificação da Formação por sala; objetivo e conteúdo da formação e detalhamento do Cronograma PRISME 2024/II); e

	6) Material indicado para leitura postada no Coletivo Prisme (Drive), incluído aqueles trabalhados no V Momento Formativo Presencial.
✓ Atividade Assíncrona IV	<p>Prezado supervisor, reúna-se no seu município com os inscritos nos projetos PRISME 1 e 2 para responder a Atividade Assíncrona IV (parte 1) e insere as respostas no AVNEI (supervisor), com a ciência dos demais participante do PRISME:</p> <p>DATA FINAL PARA ENVIO: 30/09/2024.</p>
Acompanhamento	Ver com Kátia
Monitoramento e avaliação	Ver com Ítalo
Referências:	<ol style="list-style-type: none"> 1) Material indicado para estudo no Coletivo Prisme (Drive). 2) Material de apoio ao momento formativo VI. 3) Outros. <p>Link: https://drive.google.com/drive/folders/1KGWBVLMSE1niqEelbXweHXZXGr0LB6?usp=sharing</p>

MOMENTO FORMATIVO VII

PLANO DE ENSINO ARTICULADOR DAS UNIDADE FORMATIVAS I, II e III MOMENTO FORMATIVO VII

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

Objetivos Gerais Das Unidades Formativas PRISME	<p>10) Compreender os PME situados no contexto do planejamento educacional pautado pelos quesitos e dimensões do ICMS-Educacional.</p> <p>11) Construir, como diagnóstico, 3 quadros de referências por meta dos PME, buscando o levantamento de: 1) informações quantitativas gerais sobre os PME via ICMS-Educacional; 2) elementos potencializadores e dificultadores para o alcance das metas e estratégias dos PME; e 3) resultados alcançados e a alcançar em relação ao planejamento da educação municipal.</p> <p>12) Contribuir para a reflexão dos participantes do PRISME 2024 acerca da importância e das ações necessárias à elaboração do novo PME, considerando os resultados alcançados no PME em finalização.</p>
<p style="text-align: center;">VII MOMENTO FORMATIVO REMOTO</p> <p>PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – Atividade Assíncrona IV (Parte 2) como instrumento de diagnóstico da Educação municipal e mobilização para a elaboração do Novo PME: valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais.</p>	
Objetivo	Apresentar os fundamentos teórico-práticos relacionados ao diagnóstico do PME (2015-2025) na relação com o financiamento e o ICMS-educacional tendo em vista o Novo PME: valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais.
Conteúdo	Planejamento e gestão educacional; Políticas Públicas Educacionais; PME na relação com o financiamento e o ICMS-educacional tendo em vista o Novo PME.
Metodologia/ procedimentos	<p>O VII Momento Formativo Virtual do PRISME 2024 será estruturado em 3 partes:</p> <p>1) Discussão sobre a temática da valorização dos profissionais da educação básica e os PME;</p> <p>2) Apresentação/discussão da Atividade Assíncrona IV (parte 2) na continuidade do diagnóstico da educação municipal via PME: valorização dos profissionais da educação básica; e a organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais;</p> <p>3) Esclarecimento de dúvidas e continuidade da reflexão acerca do movimento de mobilização do SME para a elaboração do novo PME 2025-2035.</p>
Procedimentos	<p>A FORMAÇÃO ESTÁ ORGANIZADA EM 2 MOMENTOS:</p> <p>PRIMEIRO MOMENTO – Palestra sobre a Valorização dos Profissionais da Educação no Youtube (até 40 minutos).</p> <p>Este momento será realizado pelo Prof. Dr. Paulo Fernando de Melo Martins sob a coordenação da Professora Dra. Rosilene Lagares abordando a temática: “Política de Valorização dos Profissionais da Educação Básica e sua relação com PME como parte do Desenvolvimento Efetivo da Educação Municipal: formação inicial; formação continuada; e PCCR”.</p>

	<p>SEGUNDO MOMENTO – Formação realizada nas 11 salas do Google Meet com foco na “Apresentação/discussão da Atividade Assíncrona IV (parte 2) na continuidade do diagnóstico da educação municipal via PME: valorização dos profissionais da educação básica; e a organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais”.</p> <p>PARA TANTO, FAZ-SE NECESSÁRIO:</p> <ol style="list-style-type: none"> 11) Organizar as 11 salas Google Meet conforme as regionais PRISME com interface ao AVNEI; 12) Estudar o material básico que será utilizado no VII Momento Formativo virtual; 13) Identificar informações em preparação para os esclarecimentos de possíveis dúvidas em relação à formação; 14) Reunir-se por sala (Formador, Assistente e Assessor de Formação e Gestão) para esclarecimentos de dúvidas e distribuir as responsabilidades do VII Momento Formativo; 15) Mobilizar os inscritos no projeto 1 para participar do VII Momento Formativo Virtual.
Material	<ol style="list-style-type: none"> 7) Material básico utilizado no VII Momento Formativo (Slides com página inicial de identificação da Formação por sala; objetivo e conteúdo da formação e encaminhamento das próximas atividades); e 8) Material indicado para leitura postada no Coletivo Prisme (Drive), incluído aqueles trabalhados nos momentos formativos anteriores.
Atividade Assíncrona IV	<p>MENSAGEM MOBILIZADORA - Prezado supervisor, reúna-se no seu município com os inscritos nos projetos PRISME 1 e 2 para responder a Atividade Assíncrona IV (parte 2) e insere as respostas no AVNEI (supervisor), com a ciência dos demais participante do PRISME:</p> <p>DATA FINAL PARA ENVIO: 30/10/2024.</p>
Acompanhamento	Ver com Kátia
Monitoramento e avaliação	Ver com Ítalo
Referências:	<ol style="list-style-type: none"> 1) Material indicado para estudo no Coletivo Prisme (Drive). 2) Material de apoio ao momento formativo VII. 3) Outros. <p>Link: https://drive.google.com/drive/folders/1KGWBVLMSE1njqEelbXweHXZXGr0LB6?usp=sharing</p>

MOMENTO FORMATIVO VIII

VIII MOMENTO FORMATIVO PRISME 2024 – PRESENCIAL		
TEMA		
DIREITO À EDUCAÇÃO, PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA DE ESTADO		
DATA	MODALIDADE	LOCAL
21/11/2024	Presencial	Universidade Federal do Tocantins (UFT)
<p>PÚBLICO:</p> <p>Três participantes do PRISME inscritos no Projeto 1: Dirigente Municipal de Educação, Supervisor Municipal PRISME e um representante do Fórum Permanente Municipal de Educação, membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.</p>		
Coordenação Geral		Dra. Rosilene Lagares (UFT Pedagogia/PPGE/PGEDA)

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

Coordenação Gestão		Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva (SME Gurupi)
Coordenação Formação		Dr. Roberto Francisco de Carvalho (UFT Filosofia/PPPG)
Coordenação Acompanhamento		Msc. Ítalo Bruno Paiva Gonçalves (SEE TO)
Coordenação Monitoramento e Avaliação		Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito (UFT Pedagogia/PPPG)
Coordenação AVNEI		Msc. Adaires Rodrigues de Sousa (SEE TO)
21/11/2024-Manhã		
HORÁRIO	ATIVIDADE	
8h00 às 9h00	CREDENCIAMENTO/FREQUÊNCIA NOS GRUPOS DE TRABALHOS	
SEMINÁRIO PRISME – Conhecendo o Projeto de Lei do Novo PNE 2026-2036: estrutura, conteúdo e indicações operacionais		
9h às 11h	<p>Objetivo: Conhecer o Projeto de Lei do Novo PNE 2026-2036 e a proposta de dinâmica de elaboração dos novos planos estadual de educação (PEE) e municipal de educação (PME), como mecanismos para a garantia do direito à educação.</p> <p>Procedimentos: PRIMEIRA PARTE – Acolhida e apresentação dos objetivos do plano de trabalho. SEGUNDA PARTE – Exposição das ideias centrais sobre a estrutura, o conteúdo e as indicações operacionais de elaboração dos novos PEE e PME. TERCEIRA PARTE – Problemática a respeito da estrutura e do conteúdo do Novo PNE e das repercussões no Novo PME e na garantia do direito à educação.</p>	
	Grupo de Trabalho 1 Regionais PRISME: Arraias Dianópolis Guaraí Gurupi Local: Bloco D UFT Inserir QRC:	Membros: Msc. Ana Cléia Gomes da Silva (SME Palmas) Msc. Rute Soares Rodrigues (Undime) Dra. Ângela Noleto da Silva (UFT Pedagogia) Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva (SME Gurupi) Msc. Greice Quele Mesquita Almeida (IFTO Dianópolis) Msc. Raimundo Ferreira Rodrigues (SME Palmas) Gestão – Dra. Rosilene Lagares (UFT Pedagogia/PPGE/PGEDA) e Meire Lúcia Andrade da Silva Apoio logístico – Diego Almeida Ferreira Crepaldi (UFT Pedagogia/PET Pedagogia) Moderador/a: definir no momento dentre os membros
	Grupo de Trabalho 2 Regionais PRISME: Colinas Paraíso Local: Bloco D UFT Inserir QRC:	Membros: Msc. Meyrivane Teixeira Santos Arraes (SEE TO) Dr. Venícios Cassiano Linden (UFT Pedagogia) Dra. Doracy Dias Aguiar de Carvalho (UFT) Graduada/Pedagogia/UFT Angêla Souza Rodrigues Gestão – Dr. Roberto Francisco de Carvalho (UFT Filosofia/PPPG) Apoio logístico – Angêla Souza Rodrigues Moderador/a: definir no momento dentre os membros
	Grupo de Trabalho 3 Araguaína Porto Nacional Tocantinópolis Local: Bloco D UFT Inserir QRC:	Membros: Msc. Celestina Maria Pereira de Souza (SEE TO) Graduado/Pedagogia/UFT Ronaldo Muniz Silva Msc. Diogo Teixeira de Castro Silva (SME Palmas) Esp. Deyvison Bispo de Oliveira Santos (SEE TO) Msc. Jemima G. Barreira Cavalcante Dra. Temis Gomes Parente (UFT) Gestão – Msc. Ítalo Bruno Paiva Gonçalves (SEE TO) Apoio logístico – Ronaldo Muniz Silva Moderador/a: definir no momento dentre os membros

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

	<p>Grupo de Trabalho 4 Araguatins Miracema Palmas Pedro Afonso</p> <p>Local: Bloco D UFT Inserir QRC:</p>	<p>Membros: Msc. Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira (SEE TO) Esp. Regivane Martins Ambrózio Silva (SEE TO) Msc. Paulo Vinícius Santos Sulli Ludovice (SME Palmas) Dr. Paulo Fernando Melo Martins (UFT Pedagogia/PPPG) Esp. Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca (SEE TO) Msc. Robson Vila Nova Lopes (SEE TO/Unitins) Graduada/Pedagoga/UFT Joildy Gomes Brito Gestão – Dra. Katia Cristina C. F. Brito (UFT Pedagogia/PPPG) Apoio logístico – Joildy Gomes Brito Moderador/a: definir no momento dentre os membros</p>
21/11/2024-Tarde		
OFICINAS PRISME – PME e Direito à Educação – diálogos sobre os dados parciais da Atividade Assíncrona IV: apontamentos teórico-práticos acerca dos procedimentos de elaboração do novo PME e da garantia do direito à educação.		
14h às 16h	<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Explicitar o conhecimento da realidade da educação municipal por meio da síntese dos dados produzidos pelo PRISME 2024 via atividades assíncronas. • Encaminhar aspectos teórico-práticos sobre o Novo PME. <p>Procedimentos: PRIMEIRA PARTE – Planos Municipais de Educação: apresentação de quadro síntese do diagnóstico parcial sobre o cumprimento do PME 2015-2025 e apontamentos estruturantes sobre a elaboração do Novo PME. SEGUNDA PARTE – Compartilhamento de formas de mobilização e de encaminhamentos teórico- práticos para a elaboração do novo PME: levantamento das principais dúvidas dos municípios sobre a elaboração do Novo PME; esclarecimento das dúvidas, em uma postura dialógica e dialética; encaminhamentos sobre o tema.</p>	
	<p>Grupo de Trabalho 1 Regionais PRISME: Arraias Dianó polis Guaraí Gurupi</p> <p>Local: Bloco D UFT Inserir QRC:</p>	Membros: os mesmos do período matutino
	<p>Grupo de Trabalho 2 Regionais PRISME: Colinas Paraíso</p>	Membros: os mesmos do período matutino
	<p>Grupo de Trabalho 3 Araguatins Porto Nacional Tocantinópolis</p>	Membros: os mesmos do período matutino
	<p>Local: Bloco D UFT Inserir QRC:</p>	

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

	Grupo de Trabalho 4 Araguaína Miracema Palmas Pedro Afonso Local: Bloco D UFT Inserir QRC:	Membros: os mesmos do período matutino
16h às 16h30	CONSIDERAÇÕES FINAIS DE ENCERRAMENTO - Manifestação de agradecimentos, informes e encaminhamentos.	Responsáveis pelos GT
SUPORTE AO MOMENTO FORMATIVO		
Logística do Evento	Coord.: Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito Esp. Adriano Pereira de Miranda Graduanda Ângela Sousa Silva Msc. Celestina Maria Pereira de Souza Msc. Ítalo Bruno Paiva Gonçalves Msc. Jemima G. Barreira Cavalcante Pedagoga Joildy Gomes Brito Msc. Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira Msc. Raimundo Ferreira Rodrigues Esp. Regivane Martins Ambrózio Silva Pedagogo Ronaldo Muniz Silva	
Gestão da Informação e Comunicação	Dra. Jocyléia Santana dos Santos (UFT Pedagogia/PPGE/PGEDA) Dra. Temis Gomes Parente (UFT) Esp. Matheus Sousa Mendes (UFT/EsmaT)	
Modelagem das Atividades Assíncronas no AVNEI	Msc. Adaires Rodrigues de Sousa (SEE TO) Dr. Eduardo José Cezari (UFT Pedagogia/PPGE) Graduando Luis Felipe Nunes de Carvalho (Ciência da Computação) Msc. Werley Teixeira Reinaldo (UFT Fábrica de Software)	
Articulação Municípios	Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva Msc. Rute Soares Rodrigues	

MOMENTO FORMATIVO IX

PLANO DE ENSINO ARTICULADOR DAS UNIDADE FORMATIVAS I, II e III MOMENTO FORMATIVO IX SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO PRISME 2024	
Objetivos Gerais das Unidades Formativas do PRISME 2024	<ol style="list-style-type: none"> 1) Compreender os Planos Municipais de Educação (PME) situados no contexto do planejamento educacional pautado pelos quesitos e dimensões do ICMS-Educacional-TO. 2) Construir, como diagnóstico, três quadros de referências por meta dos PME, buscando o levantamento de informações quantitativas gerais sobre os PME via ICMS-Educacional-TO; de elementos potencializadores e dificultadores para o alcance das metas e estratégias dos PME; e de resultados alcançados e a alcançar em relação ao planejamento da educação municipal. 3) Contribuir com a reflexão dos participantes do PRISME 2024 acerca da importância e das ações necessárias à elaboração do novo PME, considerando os resultados alcançados no PME em finalização.
WEBNÁRIO DE ENCERRAMENTO ATIVIDADES PRISME	LOCAL: Youtube DATA: 28/11/2024

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

2024 GOVERNANÇA BRASILEIRA, DIREITO À EDUCAÇÃO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: PNE 2026-2036 e repercussões para os PME		HORÁRIO: 9h às 12h MODALIDADE: remota INSCRIÇÃO: AVNEI/PRISME	
OBJETIVO	Mobilizar a esfera municipal para a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) para a próxima década (2026 a 2036) como política de Estado.		
CONTEÚDO	Sistemas educacionais, planejamento educacional e PME.		
PÚBLICO PARTICIPANTE	Comunidade educacional do Tocantins em cada um dos 139 municípios e sociedade em geral.		
PAINEL DIALÓGICO			
ABERTURA/Saudações			
Cerimonial Coordenadora PRISME Coordenador RCT Undime Uncme		Rute Soares Rosilene Lagares Leonardo Victor dos Santos Luiza Brasileiro Odenilson Souza	20 min
EXPOSIÇÕES ORAIS			
EIXO 1	SNE e marco legal e PNE: organizacional	Representante parlamentar - Senadora Maria Auxiliadora Seabra Rezende	20 min
EIXO 2	O PNE e a mobilização da comunidade educacional e sociedade para a elaboração dos PEE e PME 2026 a 2036 como política de Estado	Representante do MEC/SASE Mauricio Holanda Maia – Secretário da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os	30 min
		Sistemas de Ensino (SASE)	
EIXO 3	A elaboração dos PEE e PME com o compromisso político do executivo municipal e estadual e a contribuição da SEDUC e das universidades	Representantes: EXECUTIVO municipal de São Sebastião - Adriano Rodrigues de Moraes SEDUC – Prof. Msc. Fábio Pereira Vaz UFT – Profa. Dra. Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem – Pró-reitora de Extensão)	30 min
Coordenação/PRISME	Quadro síntese do diagnóstico do PME 2015-2025 produzido no âmbito do PRISME 2024	Rosilene Lagares - Coordenadora do PRISME	15 min
DIÁLOGO COORDENADO			
Diálogo da mesa a partir das inquietações trazidas pelos participantes do Seminário		PRISME/Seleciona	Após exposições
Procedimentos Gerais			

Publicização	Coordenações
AVNEI	Coordenações
Youtube	Coordenações
Cerimonial	Coordenações
Acompanhamento	Coordenações
Monitoramento e avaliação	Coordenações
MATERIAL	Link: https://drive.google.com/drive/folders/1KGWBVLMSE1njqEelbXweHXZXGr0LB6?usp=sharing

III PLANO DE FORMAÇÃO DO COLETIVO PRISME 2024

PLANO FORMATIVO DO COLETIVO PRISME 2024 - PROGRAMAÇÃO	
	Coordenação de Formação PRISME
<p>Buscando sustentar o projeto político-pedagógico do PRISME/2024 a presente proposta tem o objetivo de formar o Coletivo PRISME com o intuito de aprofundar conhecimentos teórico-práticos acerca do eixo de atuação da Rede Colaboração Tocantins/PRISME nº I que consiste em “apoiar os Municípios do Tocantins na efetivação da gestão democrática; no processo de monitoramento, avaliação e reelaboração dos Planos Municipais de Educação; e no movimento de institucionalização efetiva do sistema municipal de ensino/educação”.</p> <p>A proposta seguinte, em uma perspectiva coletiva, tem por pressuposto a existência de variadas e contraditórias concepções de educação, formação, política e de gestão da educação em relação aos Sistemas Educacionais e Escolas. Frente ao exposto, recuperamos o que afirma o PRISME 2024:</p> <p style="padding-left: 40px;">O Programa PRISME, com base no projeto de 2024 (Prisme, 2024), assenta-se na concepção de educação entendida como prática social que extrapola o ambiente escolar inclui o conjunto dos processos sociais integrantes das ações humanas referentes a produção e reprodução da vida na sociedade contemporânea (Gramsci, 2006; Manacorda, 2001; Saviani, 1999; 2012).</p> <p style="padding-left: 40px;">O processo de “formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem das redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins”, em tal perspectiva, compreende a dialeticidade das relações sociais e, em um tom crítico, considerando as contradições existentes, busca a transformação de tais práticas por meio da democratização da sociedade, da gestão dos sistemas de educação/ensino e gestão das escolas (Carvalho; Mancebo, 2019; Carvalho; Lagares; Aguiar de Carvalho, 2020).</p> <p style="padding-left: 40px;">No caso específico da educação brasileira Saviani (2012), nos ajudam a pensar que a educação na perspectiva crítico-dialética não pode ser pensada e realizada na lógica positivista e funcionalista, mas sim fundamenta no referencial teórico de abordagem interacionista que tem a filosofia da práxis como pressuposto. Nessa abordagem a realidade educativa empírica é o ponto de partida e ponto de chegada, não para contemplação e reificação do senso comum, mas para a problematização, por meio da instrumentalização teórico-prática em busca da transformação que objetiva superar o conhecimento do senso comum pelo bom senso ou conhecimento filosófico (Saviani, 1989).</p> <p>A proposta formativa em consonância com a concepção de educação formação e gestão, tem por intento garantir (sem desconsiderar a especificidade do coletivo) unidade formativa no Movimento de Institucionalização e Gestão dos SME, com foco no planejamento e gestão educacional e os PME como epicentro das políticas no âmbito da educação municipal. A materialização da proposta se realizará por meio de Unidades Formativas e 11 subtemas articulados.</p>	
ASPECTO GERAL – O estudo de cada um dos subtemas será articulado ao aprofundamento geral dos fundamentos teórico-práticos do Programa PRISME realizado pela coordenação de formação e apoiado pela gestão PRISME.	
Unidade Formativa 1	
Planejamento e gestão educacional: marco situacional e diretrizes teórico-filosóficas materializado nos PME e evidenciado pelos quesitos e dimensões compreendidas no ICMS-Educação etc.	

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

<i>Subtemas</i>	<i>Responsáveis</i>	<i>Referências</i>	<i>Prazos</i>	<i>Participação especial e Encaminhamentos</i>
-----------------	---------------------	--------------------	---------------	--

1.1) Planejamento e gestão educacional marco situacional/ diagnóstico	Robson Deyvison	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTOS 5, 20 e 21; TEXTO II)	08/08/2024	Gestão PRISME
1.2) Planejamento e gestão educacional marco doutrinal/ concepção do PRISME	Celestina Raimundo	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTO 5, 20 e 21; TEXTO II)	15/08/2024	Gestão PRISME
1.3) O plano municipal de educação como epicentro das políticas municipais de educação	Diogo Jemima	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTO 9, 13, 14 e 15; TEXTO IV; TEXTO z-iii)	19/06/2024	Gestão PRISME
1.4) FUNDEB e o financiamento da educação dos sistemas e escolas	Paulo Vinicius Ronaldo	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTOS 3 E 4; TEXTOS C, D e F)	27/05/2024	Gestão PRISME
1.5) O ICMS- Educacional do Tocantins como instrumento de verificação da materialização dos PME	Ângela Noletto Francinete	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTOS 3 E 4; TEXTOS C, D e F)	27/06/2024	Gestão PRISME

OBSERVAÇÃO – Buscando atender a demanda em relação ao conteúdo que abordaremos no IV Momento Formativo (presencial) Iniciaremos os estudos pelos itens 1.3; 1.4 e 1.5

Unidade Formativa 2

acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação materializados em relatórios e instituição/efetivação das comissões de monitoramento dos PME no âmbito da educação municipal.

<i>Subtemas</i>	<i>Responsáveis</i>	<i>Referências</i>	<i>Prazos</i>	<i>Participação especial e Encaminhamentos</i>
2.1) Acompanhamento de políticas educacionais: conceito, importância e formas concretas de realização	Meyrivane Regivane	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTOS artigos 2, 6, 8 e 11; TEXTO I)	22/08/2024	Gestão PRISME
2.2) Monitoramento e avaliação de políticas educacionais: conceito, importância e formas concretas de realização	Greice Quele Paulo Fernando	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTOS artigos 2, 6, 8 e 11; TEXTO I)	29/08/2024	Gestão PRISME
2.3) Controle social dos processos e produtos formativos na educação municipal	Raimundinha Joildy	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTOS artigos 2, 6, 8, 11, 18 e 19; TEXTO I)	05/09/2024	Gestão PRISME

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

Unidade Formativa 3				
Gestão democrático-participativa e controle social como forma de mobilização da comunidade educacional e escolar dos SME para a elaboração dos novos planos municipais (2024-2034).				
<i>Subtemas</i>	<i>Responsáveis</i>	<i>Referências</i>	<i>Prazos</i>	<i>Participação especial e Encaminhamentos</i>
1) Gestão democrática e planejamento participativo nos PME	Doracy Angêla Silva	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTOS artigos 7 e 12; TEXTO III)	12/09/2024	Gestão PRISME
2) Aspectos teórico-práticos de mobilização da comunidade educacional/escolar na elaboração dos planos municipais de educação	Geraldo Grossi Rute Soares	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTOS artigos 10, 7 e 12, 20 e 21; TEXTO III) TEXTOS A E B)	19/09/2024	Gestão PRISME
3) Controle social democrático-participativo e a qualidade da educação	Ana Cleia Venícius	Referências Básicas PRISME/2024 (TEXTOS artigos 7, 12, 16, 17, 18 e 19; TEXTO V)	26/09/2024	Gestão PRISME
<p>ORIENTAÇÕES GERAIS – As formações do Coletivo são preparativas para os momentos formativos do PRISME/2024. Cada grupo ou dupla relacionado no presente quadro precisa:</p> <p>1) estudar as referências básicas indicadas (3ª coluna), debater o conteúdo e relacioná-lo aos objetivos e Momentos Formativos PRISME/2024;</p> <p>2) preparar o material didático necessário; e</p> <p>3) compartilhar para o Coletivo, nas datas definidas na 4ª coluna, buscando efetivar a formação do conjunto dos sujeitos envolvidos no PRISME 2024.</p>				
<p style="text-align: center;">REFERÊNCIAS-BÁSICAS-PRISME-2024</p> <p>DRIVE: https://drive.google.com/drive/folders/1KGWBVLMSE1njqEelbX weHXZXGr0LB6?usp=sharing</p>				
APÊNDICE				

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

 TEXTO 1) Artigo-Repod-Dossiê Sistemas-Entrevista Luiz Dourado	 TEXTO E) DOCUMENTO-IN-ICMS-17-2023-pdf
 TEXTO 2) Artigo-Lagares-Prisme-Repod	 TEXTO F) DOCUMENTO-Portaria-documentos-comprobatorios-retificad
 TEXTO 3) Artigo-Italo etal-Fundeb-Vaar-REBEC-2023	 TEXTO I) EBOOK-avaliacao sistematica e multicetrica
 TEXTO 4) Artigo-Celestina etal-ICMS-Repod-2024	 TEXTO II) ANEXO (Plano Global)-Planejamento participativo-Dalmás
 TEXTO 5) CAPÍTULO 2-Livro Planejamento-situacional-filosófico-operativo(Dalmás)	 TEXTO III) RELATORIO-Produto-Final-Thiago TSF-13-11-2023-Lei gestão
 TEXTO 6) Artigo-Lagares etal-Educação municipal-REBEC-2023	 TEXTO IV) EBOOK-PNE-PEE-PME-epicentro das políticas públicas
 TEXTO 7) Artigo-Nardi-Repod	 TEXTO V) EBOOK-LIVRO-Control-de-democratico-como-garantia-de-direi
 TEXTO 8) Artigo-Prisme-Lagares-Exitus	 TEXTO z-i) Momento Formativo I-Prisme 25março2024-Lagares
 TEXTO 9) Artigo-Meire etal-Prisme-Repod-2024	 TEXTO z-ii) Momento-Formativo-II-Projeto-PRISMEI-11-04-2024-Final-c
 TEXTO 10) Artigo-RBEC-Carvalho etal-CME-Planejamento-Participativo	 TEXTO z-iii) Momento-Formativo-III-Projeto-PRISMEI-16-05-2024-Final-
 TEXTO 11) Artigo-RBEC-Kátia, Adairés e Roberto-Avaliação	
 TEXTO 12) Artigo-Carvalho etal-GD-SME-Publicado-Repod-2024	
 TEXTO 13) Artigo-Carvalho etal-Planejamento Educacao-publicado-Exitus-2024	
 TEXTO 14) Artitigo-Carvalho etal-PNE-Direito a Educacao-RÖbs-2023	
 TEXTO 15) Artigo-Carvalho e Ferreira-Contemporanea-2023	
 TEXTO 16) Artigo-Dourado-Politica-e-gestao-da-educacao	
 TEXTO 17) Artigo-Cultura-politica-e-participacao	
 TEXTO 18) Artigo-Gadotti-gestao-democratica-com-participacaopopular-texcto-CONAE	
 TEXTO 19) Artigo-texto evilasio-orcamento-politicas-publicas	
 TEXTO 20) Artigo-Planejamento e gestao educacional-governanca-e-acao-local	
 TEXTO 21) Artigo-Gestao-democratica-poder-local-planejamento-educacional	
 TEXTO A) DOCUMENTO-CENSO ESCOLAR apresentacao_coletiva	
 TEXTO B) DOCUMENTO-CONAE 2024 Doc Final 29-02	
 TEXTO C) DOCUMENTO-Decreto nº 6.601 de 16 de março de 2023	
 TEXTO D) DOCUMENTO-ICMS Educacional-questoes para diagnostico final	

LIVRETO II

COLETIVO PRISME

Adaires Rodrigues de Sousa
Adriano Pereira de Miranda (voluntário)
Ana Cléia Gomes da Silva
Ângela Noletto da Silva
Ângela Sousa Silva
Celestina Maria Pereira de Souza
Deyvison Bispo de Oliveira Santos
Diogo Teixeira de Castro Silva
Doracy Dias Aguiar de Carvalho
Eduardo José Cezari
Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca
Geraldo Grossi Junior
Greice Quele Mesquita Almeida
Ítalo Bruno Paiva Gonçalves
Jemima G. Barreira Cavalcante
Jocyléia Santana dos Santos
Joildy Gomes Brito
Katia Cristina Custódio Ferreira Brito
Luana Oliveira Lagares
Luis Felipe Nunes de Carvalho
Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira
Meire Lúcia Andrade da Silva
Meyrivane Teixeira Santos
Arraes Paulo Fernando Melo
Martins
Paulo Vinicius Santos Sulli Ludovice
Raimundo Ferreira Rodrigues
Regivane Martins Ambrózio
Silva Roberto Francisco de
Carvalho Robson Vila Nova
Lopes
Ronaldo Muniz Silva
Rosilene Lagares
Rute Soares Rodrigues
Temis Gomes Parente
Venícios Cassiano Linden
Werley Teixeira Reinaldo

MATERIAL DE APOIO AOS MOMENTOS FORMATIVOS PRISME 2024 PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO E GESTÃO DOS SME DO TOCANTINS

COORDENAÇÃO PRISME

Rosilene Lagares

COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO

Roberto Francisco de Carvalho Venícios Cassiano
Linden z

APRESENTAÇÃO

O presente livreto faz parte do material elaborado pela coordenação de formação do Programa de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Educação (PRISME) do Tocantins.

O material foi elaborado com o objetivo de subsidiar o movimento formativo efetivado na versão PRISME/2024 estruturado nas unidades formativas: UNIDADE FORMATIVA 1) Planejamento e gestão educacional: marco situacional e diretrizes teórico - filosóficas materializado nos PME e evidenciado pelos quesitos e dimensões compreendidas no ICMS- Educação/FUNDEB/VAAR do Tocantins; UNIDADE FORMATIVA 2) Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação materializados em relatórios e instituição/efetivação das comissões de monitoramento dos PME no âmbito da educação municipal; e UNIDADE FORMATIVA 3) Gestão democrático- participativa e controle social como forma de mobilização da comunidade educacional e escolar dos SME para a elaboração dos novos planos municipais (2024 -2034) .

As referidas unidades formativas se concretizaram no âmbito da educação municipal via a realização de nove momentos formativos a saber: I Momento Formativo - Programa de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política/gestão educacional; II Momento Formativo - Painel articulado de apresentação e formação do PRISME/2024: estrutura, método e encaminhamentos formativos; III Momento Formativo - Planejamento e Gestão Educacional na relação articulada entre o Plano Municipal de Educação como epicentro das políticas municipais e o Fórum Permanente da Educação Municipal; IV Momento Formativo - Mobilização em preparação ao V Momento formativo presencial pautado pelo PME: diagnóstico explicitado por meio do FME e Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação; V Momento Formativo - Planejamento e gestão educacional no Tocantins tendo o Plano Municipal de Educação como epicentro das políticas públicas na perspectiva democrática - participativa: o dito, o escrito e o realizado na educação municipal; VI Momento Formativo - Planos Municipais de Educação: Atividade Assíncrona IV (Parte 1) como instrumento de diagnóstico da Educação municipal e mobilização para a elaboração do Novo PME; VII Momento Formativo - Planos Municipais de Educação: Atividade Assíncrona IV (Parte 2) como instrumento de diagnóstico da Educação municipal e mobilização para a elaboração do Novo PME: valorização dos profissionais da educação básica e organização e gestão legal e regimental do município ante às legislações educacionais; VIII - Momento Formativo - Seminário PRISME - Conhecendo o novo Projeto de Lei do novo PNE 2026 - 2036; e IX Momento Formativo - Webnário encerramento atividades PRISME 2024

- Governança brasileira e planejamento educacional: PNE 2026 - 2036 e as repercussões para os PME.

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA FORMAÇÃO PRISME			
PRÁXIS FORMATIVA	Descrição	Modalidade/ ambiente	Público
1) Formação do Coletivo PRISME: planejamento e estudo	Formação do coletivo de trabalho e a sistematização dos Planos/Projetos/ações/atividades.	Híbrido	Coletivo
2) Formação teórico-prática estruturante dos participantes municipais PRISME	MENSAL: formação de caráter interativo, com base nos objetivos estabelecidos e nas necessidades extraídas da realidade concreta no âmbito da educação municipal.	Virtual (Síncronos/ Google Meet)	Inscritos do Projeto 1
	SEMESTRAL: aprofundamento de conhecimentos e discussão de ajustes ao movimento formativo.	Presencial em Palmas	Inscritos do Projeto 1 (coordenação dos supervisores municipais)

Projeto	Carga Horária Síncrona / Presencial	Carga Horária Assíncrona	Total
PROJETO 1 Planos Decenais de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE)	70 horas	200 horas	270 horas
PROJETO 2 Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério: capacidades técnicas, institucionais, jurídicas, políticas e financeiras	70 horas	200 horas	270 horas
PROJETO 3 Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI): lócus de trabalho do PRISME			Compõe a carga dos Projetos 1 e 2
Obs.: os Supervisores Municipais PRISME terão a carga horária de 360 horas, tanto no Projeto 1 como no Projeto 2.			

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

SALAS VIRTUAIS DE ESTUDO E APRENDIZAGEM	
SALA VIRTUAL 4 – Coletivo responsável Dr. Roberto Francisco de Carvalho Dr. Venícios Cassiano Linden Dra. Doracy Dias Aguiar de Carvalho Dra. Ângela Noleto da Silva Msc. Meyrivane Teixeira Santos Arraes Msc. Raimundo Ferreira Rodrigues Msc. Rute Soares	SALA VIRTUAL 4 - Coletivo responsável Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito Msc. Adaires Rodrigues de Sousa Dra. Temis Gomes Parente Msc. Geraldo Grossi Junior Msc. Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira Msc. Robson Vila Nova Lopes Esp. Deyvison Bispo de Oliveira Santos
SALA VIRTUAL 4 - Coletivo responsável 1Msc. Ítalo Bruno Paiva Gonçalves Msc. Celestina Maria Pereira de Souza Msc. Greice Quele Mesquita Almeida Esp. Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca Esp. Regivane Martins Ambrózio Silva Graduanda Ângela Sousa Silva Dr. Márcio Bernardes de Carvalho	SALA VIRTUAL 4 - Coletivo responsável Dra. Rosilene Lagares Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva Dr. Paulo Fernando de Melo Martins Dra. Jocyléia Santana dos Santos Msc. Paulo Vinícius Santos Sulli Luduvise Msc. Ana Cléia Gomes da Silva Msc. Diogo Teixeira de Castro Silva Msc. Jemima G. Barreira Cavalcante Pedagogo Ronaldo Muniz Silva

PROJETO	Eixo Temático
PROJETO 1	Planos Decenais de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE); e ICMS-Educacional.
PROJETO 2	Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação Integral, Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério: capacidades técnicas, institucionais, jurídicas, políticas e financeiras.
PROJETO 3	Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI): lócus de trabalho do PRISME.

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRISME 2024		
MOMENTOS FORMATIVOS	Formação teórico-prática <u>estruturante</u> (para os inscritos no projeto 1)	Formação teórico-prática <u>mobilizadora/atividades assíncronas</u> (para os inscritos nos projetos 1 e 2)
Momento formativo 1 (Remoto)	25/03/2024	25/03/2024
Momento formativo 2 (Remoto)	11/04/2024 (8h às 10h)	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 3 (Remoto)	16/05/2024 (10h30 às 11h30)	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 4 (Remoto)	13/06/2024 (8h às 10h)	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 5 (Presencial)	14 e 15/08/2024	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 6 (Remoto)	29/08/2024 (8h às 10h)	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 7 (Remoto)	03/10/2024 (8h às 10h)	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 8 (Presencial)	21/11/2024	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Momento formativo 9 (Remoto)	28/11/2024	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios)
Reunião com os Supervisores PRISME (Remoto)	2/5, 23/5, 27/6, 22/8, 26/9, 24/10 - (8h às 10 horas)	
OBSERVAÇÕES:		

LIVRETO III

COLETIVO PRISME

Adaires Rodrigues de
Sousa Adriano Pereira de Miranda
(voluntário)
Ana Cléia Gomes da Silva
Ângela Noletto da
Silva Ângela Sousa
Silva
Celestina Maria Pereira de
Souza Deyvison Bispo de Oliveira
Santos Diogo Teixeira de Castro
Silva Doracy Dias Aguiar de
Carvalho
Eduardo José
Cezari Francinete Ribeiro Ferreira
Fonseca
Geraldo Grossi
Junior Greice Quele Mesquita
Almeida Ítalo Bruno Paiva
Gonçalves Jemima G. Barreira
Cavalcante Jocyléia Santana
dos Santos
Joildy Gomes Brito
Katia Cristina Custódio Ferreira
Brito
Luana Oliveira
Lagares Luis Felipe Nunes de
Carvalho
Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira
Meire Lúcia Andrade da
Silva Meyrivane Teixeira Santos
Arraes Paulo Fernando Melo
Martins Paulo Vinícius Santos Sulli
Luduvise Raimundo Ferreira
Rodrigues Regivane Martins
Ambrózio Silva Roberto Francisco
de Carvalho Robson Vila Nova
Lopes
Ronaldo Muniz
Silva Rosilene
Lagares
Rute Soares
Rodrigues Temis Gomes
Parente Venícios
Cassiano Linden Werley
Teixeira Reinaldo

COORDENAÇÃO PRISME

Rosilene Lagares

COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO

Roberto Francisco de Carvalho
Venícios Cassiano Linden

**ATIVIDADES ASSÍNCRONAS REALIZADAS
NO MOVIMENTO DE FORMAÇÃO PRISME
2024 PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO E
GESTÃO DOS SME DO TOCANTINS**

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

PROGRAMA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (PRISME) EIXO FORMATIVO I PROJETOS FORMATIVOS E UNIDADES FORMATIVAS I, II E III DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL COM FOCO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (PME) E NO ICMS-EDUCAÇÃO			
ATIVIDADES ASSÍNCRONAS 1 A 4			
<p>As Atividades Assíncronas realizadas na versão PRISME 2024 articuladas aos projetos I, II E III e às Unidades Formativas I, II E III relacionam-se ao diagnóstico da educação municipal tendo por referências os quesitos do ICMS-Educacional do Tocantins (artigo 10, do Decreto nº 601/2023) e as metas e estratégias dos Planos Municipais de Educação (PME) – conforme descrito no quadro seguinte – com o objetivo de mapear os aspectos que necessitam ser priorizados para o cumprimento da legislação estadual e elaboração do NOVO PME.</p>			
EIXO	PROJETOS	UNIDADES FORMATIVAS	ATIVIDADES ASSÍNCRONAS
EIXO I – Governança e Gestão da política de alfabetização, com o Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME – Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional):	PROJETO 1 – Planos Decenais de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE).	UNIDADE FORMATIVA 1) Planejamento e gestão educacional: marco situacional e diretrizes teórico- filosóficas materializado nos PME e evidenciado pelos quesitos e dimensões compreendidas no ICMS-Educação/FUNDEB/VAA R do Tocantins.	1) ATIVIDADE ASSÍNCRONA PRISME I – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME (CAMA) 2) ATIVIDADE ASSÍNCRONA PRISME II – FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FME) 3) ATIVIDADE ASSÍNCRONA PRISME III – PRÁTICA SIGNIFICATIVA DA CAMA 4) ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (Parte 1) – ICMS/PME/TO 5) ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (Parte 2) – ICMS/PME/TO
	PROJETO 2 – Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério: capacidades técnicas, institucionais, jurídicas, políticas e financeiras.	UNIDADE FORMATIVA 2) Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação materializados em relatórios e instituição/efetivação das comissões de monitoramento dos PME no âmbito da educação municipal.	
	PROJETO 3 – Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI): lócus de trabalho do PRISME.	UNIDADE FORMATIVA 3) Gestão democrático-participativa e controle social como forma de mobilização da comunidade educacional e escolar dos SME para a elaboração dos novos planos municipais (2024-2034).	

1) ATIVIDADE ASSÍNCRONA PRISME I – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME (CAMA)

ATIVIDADE ASSÍNCRONA I – INTRODUTÓRIA

Prezados participantes do PRISME, em relação ao planejamento das políticas educacionais em seu município:

- 1)** No Plano Municipal de Educação (PME) do município em que você trabalha foi indicada a instância/comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação: Sim () Não ().
- 2)** A Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PME 2015-2025 foi constituída? Sim () Não ().
- 3)** Em caso afirmativo, informe no espaço seguinte os nomes completos e as funções dos componentes e anexe o documento de constituição da Comissão:
- 4)** Em caso negativo, busque reunir-se com o/a Dirigente Municipal de Educação para a constituição da Comissão, anexando evidência de realização da reunião (reiterando que a Comissão a ser constituída deverá ser no âmbito do Fórum Municipal de Educação).
- 5)** Assinale as atividades que foram realizadas pela Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PME: () elaboração do relatório de monitoramento do PME, dos últimos 4 anos;
() divulgação do relatório de monitoramento do PME, dos últimos 4 anos;
() realização de Conferência Municipal de Educação de Avaliação do PME, em 2022 e 2023; ()
outra(s). Qual/quais:

Responda a atividade no AVNEI até o dia 26/04/2024.

2) ATIVIDADE ASSÍNCRONA PRISME II – FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FME)

OBSERVAÇÕES

A atividade constitui-se, ao mesmo tempo, em um roteiro de instituição e funcionamento do FME;

A atividade está elaborada com a possibilidade de todos os municípios responderem as 8 (oito) questões, independente de terem constituído os FME ou não. Assim, evitamos as dúvidas no preenchimento das informações no AVNEI;

O desenho da atividade no AVNEI poderá sofrer alterações.

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

QUESTÕES		
<p>Prezados(as) participantes do PRISME, com o objetivo de conhecer a realidade da educação municipal sobre a realização das políticas educacionais expressas nos PME, subsidiar a elaboração do novo PME e contribuir com o movimento de institucionalização efetiva e gestão do Sistema Municipal de Ensino/Educação (SME), solicitamos que respondam as questões que seguem em relação ao Fórum Permanente da Educação Municipal.</p>		
<p>1) No caso de seu município ter o Fórum Permanente da Educação Municipal (FME) instituído, indique a norma e insira, como evidência, o documento legal que o instituiu (<i>INSERIR EVIDÊNCIA do Ato de Instituição</i>). () Lei () Ano : () Decreto () Ano: _____ _____ () Portaria () Ano: _____ () Outro: _____ () Encontra-se em instituição () NENHUMA DAS ALTERNATIVAS <i>se aplica à realidade da educação municipal no momento, tendo em vista que o fórum não foi constituído.</i></p> <p>2 Para a instituição do Fórum, foi realizada uma audiência pública com todos os interessados? () Sim () Não () NENHUMA DAS ALTERNATIVAS <i>se aplica à realidade da educação municipal no momento, tendo em vista que o fórum não foi constituído.</i></p>	<p>3) Quais instituições, órgãos e grupos organizados no Município compõem FME? () Secretaria Municipal de Educação (SEMED) () Conselho Municipal de Educação (CME) () Conselho de Alimentação Escolar (CAE) () CACs Fundeb () Conselhos Escolares () Fórum dos Conselhos Escolares () Órgãos ou representantes estudantil () Universidades ou outras IES. Quais: () Outros órgãos municipais. Quais: () Outros órgãos estaduais. Quais: () Outros órgãos federais. Quais: () Profissionais e usuários de outras áreas públicas: () assistência social () saúde () cultura () meio ambiente () outras. Quais: _ () Associações. Quais: () Sindicatos. Quais: () NENHUMA DAS ALTERNATIVAS <i>se aplica à realidade da educação municipal no momento, tendo em vista que o fórum não foi constituído.</i></p>	<p>4) O Fórum está ativo/em funcionamento ou precisa ser reativado/mobilizado? () Ativo/em funcionamento (<i>Anexar a evidência da última atividade realizada</i>) () Precisa ser reativado/mobilizado para funcionar () NENHUMA DAS ALTERNATIVAS <i>se aplica à realidade da educação municipal no momento, tendo em vista que o fórum não foi constituído.</i></p> <p>5) O Fórum tem regimento interno? () Sim (<i>Anexar o regimento como evidência</i>) () Não () NENHUMA DAS ALTERNATIVAS <i>se aplica à realidade da educação municipal no momento, tendo em vista que o fórum não foi constituído.</i></p>

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

<p>6) O FME cumpre as atribuições que seguem:</p> <p>☐ contribui com a formulação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais municipais;</p> <p>☐ acompanha a execução do PME e o cumprimento de suas metas;</p> <p>☐ monitora continuamente a execução do PME e o cumprimento de suas metas;</p> <p>☐ realiza avaliações periódicas da execução do PME e do cumprimento de suas metas;</p> <p>☐ realiza/coordena as conferências municipais de educação, articuladas com as conferências estaduais e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação;</p> <p>☐ divulga os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;</p> <p>☐ analisa e propõe políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas do PME;</p> <p>☐ analisa e propõe a revisão do percentual de investimento público em educação.</p> <p>☐ Não temos Fórum Municipal de Educação (FME)</p>	<p>7) Em caso de ter regimento interno, indique quais regras ele prevê:</p> <p>☐ de coordenação ☐ de composição</p> <p>☐ suas atribuições</p> <p>☐ forma de escolha e tempo de mandato do coordenador:_____</p> <p>☐ critérios para a entrada de novos membros ☐ comissões internas.</p> <p>Quais: _____</p> <hr/> <p>☐ de funcionamento. Quais: _____</p> <hr/> <p>☐ periodicidade de reuniões.</p> <p>Quais: _____</p> <hr/> <p>☐ como os membros são chamados para as reuniões:_____</p> <p>☐ quais as formas de divulgação das reuniões e dos atos do Fórum: _____</p> <hr/> <p>☐ NENHUMA DAS ALTERNATIVAS se aplica à realidade da educação municipal no momento, tendo em vista que o fórum não foi constituído.</p>	<p>8) Em caso da inexistência do FME, considerando a competência prevista na Lei do PME, como ocorre o planejamento, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais no âmbito do Município?</p> <p>CAMPO PARA RESPOSTA ABERTA:</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <p><i>(Aos municípios que possuem FME anotar a resposta padrão: NÃO SE APLICA).</i></p>
<p>OBSERVAÇÃO – A Atividade Assíncrona II está elaborada com a possibilidade de todos os municípios responderem as 8 (oito) questões, independente de terem constituído os FME ou não. Assim, evitamos as dúvidas no preenchimento das informações no AVNEI.</p>		

<p>3) ATIVIDADE ASSÍNCRONA PRISME III – PRÁTICA SIGNIFICATIVA DA CAMA</p>
<p>Prezado/a supervisor/a, reúna-se no seu município com os inscritos nos projetos PRISME 1 e 2:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Identifique no Sistema Municipal de Educação (SME) uma prática significativa sobre o acompanhamento, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) abrangendo a constituição e/ou atuação do Fórum Municipal de Educação (FME) e/ou da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação (CAMA). 2) Elabore os slides a partir do template apresentado no IV Momento Formativo abordando a prática identificada; e 3) Poste os slides como anexo no AVNEI no formato pdf (5MB: DATA: até 28/06/2024).
<p>ITENS DO SLIDES</p>

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

I) IDENTIFICAÇÃO	a) Regional: b) Município: c) Supervisor: d) DME: e) Formador: f) Apresentador g) Imagem identificadora:
II) OBJETIVO	
III) DESCRIÇÃO DA AÇÃO REALIZADA	
IV) RELAÇÃO DA AÇÃO REALIZADA COM O PRISME	
V) RELAÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA AÇÃO	

4) ATIVIDADE ASSÍNCRONA IV (Parte 1) – ICMS/PME/TO Monitoramento dos planos municipais de educação tendo por parâmetros operacionais os quesitos I a III do ICMS-Educacional do Tocantins						
PREÂMBULO						
<p>Prezados participantes do PRISME no âmbito de cada município, com o objetivo de conhecer a realidade da educação municipal sobre a realização das políticas educacionais expressas nos PME e subsidiar a elaboração do novo Plano Municipal de Educação e contribuir com o movimento de institucionalização efetiva e gestão do Sistema Municipal de Ensino/Educação (SME), solicitamos que responda as seguintes questões:</p> <p>Ressaltamos que as referidas questões se relacionam ao diagnóstico da educação municipal tendo por referências os quesitos do ICMS-Educacional do Tocantins (artigo 10, do Decreto nº 601/2023) e as metas e estratégias dos Planos Municipais de Educação (PME) – conforme o relatório de monitoramento elaborado pelo SME– buscando mapear os aspectos que necessitam ser priorizados para o cumprimento da legislação estadual/municipal e elaboração do NOVO PME.</p>						
Regional:	Município:	Supervisor:	Nomes/função dos membros da comissão de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PME instituída	Formador:		
No que se refere aos quesitos I, II e III do Decreto estadual nº 601/2023, assinale para cada uma das questões seguintes a ÚNICA alternativa correta e, nos campos solicitados, transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que relaciona com esta questão e expresse os obstáculos encontrados para a realização da política/meta e as ações necessárias para a superação de tais obstáculos.						
Nº	QUESTÕES	ALTERNATIVAS INDICANDO O NÍVEL DAS RESPOSTAS (#)				
		A) NÍVEL 1 Atendimento abaixo do básico (0% a 25% da política realizada)	B) NÍVEL 2/ Atendimento Básico (25% a 50% da política realizada)	C) NÍVEL 3/ Atendimento o mediano (50% a 75% da política realizada)	D) NÍVEL 4/ Atendimento avançado (entre 75% a 100% da política realizada)	E) NÍVEL 5/ Atendimento pleno (100% da política realizada)

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

1	No que se refere à POLÍTICA EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – índice percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a pré-escola – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.					
---	--	--	--	--	--	--

<p>1.1) Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p> <p>a) () Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.</p> <p>b) () O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.</p> <p>c) () O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município.</p> <p>d) () Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.</p> <p>e) () As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) () Outros obstáculos? Indique quais: _____ ;</p> <p>g) () Não se aplica à realidade da educação municipal.</p>	<p>1.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>
<p>No que se refere à POLÍTICA EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a creche – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>	
<p>2.1) Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p> <p>a) () Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.</p> <p>b) () O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.</p>	<p>2.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

	<p>c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município.</p> <p>d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.</p> <p>e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) ☐ () Outros obstáculos? Indique quais: _____;</p> <p>g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal.</p>							
3	<p>No que se refere à POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – percentual de estudantes que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental de 9 anos – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 12.5%; height: 40px;"></td> <td style="width: 12.5%;"></td> <td style="width: 12.5%;"></td> <td style="width: 12.5%;"></td> <td style="width: 12.5%;"></td> <td style="width: 12.5%;"></td> </tr> </table>						
3.1)	<p>Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p> <p>a) ☐ Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.</p> <p>b) ☐ O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.</p> <p>c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município.</p> <p>d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.</p> <p>e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) ☐ Outros obstáculos? Indique quais: _____ ;</p>	<p>3.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>						

g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal.								
4	<p>No que se refere à POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – percentual de estudantes com Deficiência, Transtornos do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 12.5%; height: 40px;"></td> <td style="width: 12.5%;"></td> <td style="width: 12.5%;"></td> <td style="width: 12.5%;"></td> <td style="width: 12.5%;"></td> <td style="width: 12.5%;"></td> </tr> </table>						

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

4.1)	<p>Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p> <p>a) ☐ Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.</p> <p>b) ☐ O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.</p> <p>c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município.</p> <p>d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.</p> <p>e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) ☐ Outros obstáculos? Indique quais: _____;</p> <p>g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal.</p>	<p>4.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>						
5	<p>No que se refere à POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – percentual de professores auxiliares que atende os estudantes com Deficiência, Transtornos do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>	<table border="1" style="width: 100%; height: 40px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> </tr> </table>						
5.1)	<p>Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p>	<p>5.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>						

a)	<p>☐ Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.</p> <p>b) ☐ O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.</p> <p>c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município.</p> <p>d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.</p> <p>e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) ☐ Outros obstáculos? Indique quais: _____;</p> <p>g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal.</p>	<table border="1" style="width: 100%; height: 150px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> </tr> </table>						
6	<p>No que se refere à POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – percentual de oferta de jornada ampliada (contraturno) com o aumento do período de permanência dos estudantes na escola ou em atividades escolares – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>	<table border="1" style="width: 100%; height: 40px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> </tr> </table>						

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

<p>6.1) Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) ☐ Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes. b) ☐ O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal. c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município. d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política. 	<p>6.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>
---	---

<p>e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) ☐ Outros obstáculos? Indique quais: _____;</p> <p>g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal.</p>						
<p>7</p> <p>No que se refere a garantia de PADRÕES MÍNIMOS DE INFRAESTRUTURA essenciais no atendimento dos alunos – percentual de construção, reforma e ampliação da infraestrutura escolar – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>	<table border="1" style="width: 100%; height: 40px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20%;"></td> <td style="width: 20%;"></td> <td style="width: 20%;"></td> <td style="width: 20%;"></td> <td style="width: 20%;"></td> </tr> </table>					

<p>7.1) Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) ☐ Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes. b) ☐ O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal. c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município. d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política. e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta. f) ☐ Outros obstáculos? Indique quais: _____; g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal. 	<p>7.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>
--	---

<p>8</p> <p>No que se refere a garantia de PADRÕES MÍNIMOS DE INSUMOS essenciais no atendimento dos alunos – percentual de aquisição de internet – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>	<table border="1" style="width: 100%; height: 40px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20%;"></td> <td style="width: 20%;"></td> <td style="width: 20%;"></td> <td style="width: 20%;"></td> <td style="width: 20%;"></td> </tr> </table>					
<p>8.1) Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p>	<p>8.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>					

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

	<p>a) ☐ Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.</p> <p>b) ☐ O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.</p> <p>c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município.</p> <p>d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.</p> <p>e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) ☐ Outros obstáculos? Indique quais: _____;</p> <p>g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal.</p>				
9	<p>No que se refere a GARANTIA DE PADRÕES MÍNIMOS DE INSUMOS essenciais no atendimento dos alunos – percentual de aquisição de materiais, equipamentos tecnológicos e mobiliários pedagógicos acessíveis – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>				
<p>9.1) Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p> <p>a) ☐ Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.</p> <p>b) ☐ O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.</p> <p>c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município.</p> <p>d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.</p>		<p>9.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>			

	<p>e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) ☐ Outros obstáculos? Indique quais: _____;</p> <p>g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal.</p>				
10	<p>No que se refere a GARANTIA DE PADRÕES MÍNIMOS DE INSUMOS essenciais no atendimento dos alunos – percentual de aquisição de água potável – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>				

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

<p>10.1) Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p> <p>a) ☐ Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.</p> <p>b) ☐ O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.</p> <p>c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município.</p> <p>d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.</p> <p>e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) ☐ Outros obstáculos? Indique quais: _____;</p> <p>g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal.</p>	<p>10.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>						
<p>11 No que se refere a GARANTIA DE PADRÕES MÍNIMOS DE INSUMOS essenciais no atendimento dos alunos – percentual de aquisição de energia elétrica – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>	<table border="1" style="width: 100%; height: 40px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> </tr> </table>						

<p>11.1) Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p> <p>a) ☐ Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.</p> <p>b) ☐ O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.</p> <p>c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município.</p> <p>d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.</p> <p>e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) ☐ Outros obstáculos? Indique quais: _____;</p> <p>g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal.</p>	<p>11.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>						
<p>12 No que se refere a GARANTIA DE PADRÕES MÍNIMOS DE INSUMOS essenciais no atendimento dos alunos – percentual de estudantes atendidos com o transporte escolar, e para o quantitativo de veículos ofertados – assinale a ÚNICA alternativa que indica como se encontra o SME do município.</p>	<table border="1" style="width: 100%; height: 40px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;"></td> </tr> </table>						

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: O PRISME - VOLUME 2

<p>12.1) Em caso de não realização plena da política, assinale o/os principais obstáculos ou necessidades encontrados/as pelo SME do seu município <i>[pode ser assinalado mais de uma alternativa]</i>.</p> <p>a) ☐ Os recursos financeiros destinados à educação municipal foram insuficientes.</p> <p>b) ☐ O SME priorizou na década de vigência do PME 2015-2025 outras políticas e ações no âmbito da educação municipal.</p> <p>c) ☐ O SME optou por acompanhar e fiscalizar esta política pela esfera privada e, só complementarmente, realiza-la com recursos do município.</p>	<p>12.2) Transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025 que se relaciona com esta questão/política:</p>
<p>d) ☐ Os recursos humanos (professores e demais trabalhadores da educação) disponível no âmbito do SME foram insuficientes para a realização da política.</p> <p>e) ☐ As condições materiais insuficientes – como infraestrutura das escolas, transporte e alimentação escolar – impediram a realização plena da política em pauta.</p> <p>f) ☐ Outros obstáculos? Indique quais: _____;</p> <p>g) ☐ Não se aplica à realidade da educação municipal.</p>	
<p>(#) LEGENDA – Em relação às alternativas (a, b, c, d, e): o nível 1 corresponde a 0% e 25% da política realizada, indicando o atendimento abaixo do básico da mencionada política pelo município; o nível 2, entre 25% e 50% da política realizada, indicando o atendimento básico da política pelo município; o nível 3, entre 50% e 75% da política realizada, indicando o atendimento mediano da política pelo município; o nível 4, entre 75% e 100% da política realizada, significando que o município já faz um atendimento avançado em relação à política pautada; e o nível 5, 100% da política realizada, sinalizando que o SME atende plenamente à política em questão,</p>	
<p>Palmas, 26/09/2024.</p>	
<p>A Gestão PRISME/2024</p>	

5) ATIVIDADE ASSÍCRONA IV (Parte 2) – ICMS/PME/TO				
Monitoramento dos planos municipais de educação tendo por parâmetros operacionais os quesitos VII e VIII do ICMS-Educacional do Tocantins				
PREÂMBULO				
<p>Prezados participantes do PRISME, com o objetivo de conhecer a realidade da educação em seu município no que se refere à realização das políticas educacionais expressas nos PME e subsidiar a elaboração do novo Plano Municipal de Educação, bem como e contribuir com o movimento de institucionalização efetiva e gestão do Sistema Municipal de Ensino/Educação (SME), solicitamos que respondam as seguintes questões:</p> <p>Ressaltamos que as referidas questões se relacionam à continuidade do diagnóstico da educação municipal tendo por referências os quesitos do ICMS-Educacional do Tocantins (artigo 10, do Decreto nº 6.601/2023) e as metas e estratégias dos Planos Municipais de Educação (PME) – conforme o relatório de monitoramento elaborado pelo SME – buscando mapear os aspectos que necessitam ser priorizados para o cumprimento da legislação estadual/municipal e elaboração do NOVO PME: valorização dos profissionais da educação básica; e organização e gestão legal e regimental do município ante as legislações educacionais.</p>				
Região:	Município:	Supervisor:	Nomes/função dos membros da comissão de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PME instituída	Formador (a):

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

No que se refere aos quesitos VII e VIII do Decreto estadual nº 6.601/2023, **assinale para cada uma das questões seguintes a ÚNICA alternativa correta** e, nos campos solicitados, **transcreva a/as Metas conforme o PME-2015-2025** relacionada/as com esta questão e **indique os obstáculos** encontrados para a realização da política/meta e que possam suscitar **ações necessárias para a superação** de tais obstáculos.

Nº	QUESTÕES	ALTERNATIVAS INDICANDO O NÍVEL DAS RESPOSTAS (#)				
		A) NÍVEL 1 Atendimento abaixo do básico (0% e 25% da política realizada)	B) NÍVEL 2/ Atendime nto básico (25% a 50% da política realizada)	C) NÍVEL 3/ Atendimento mediano (50% a 75% da política realizada)	D) NÍVEL 4/ Atendiment o avançado (entre 75% a 100% da política realizada)	E) NÍVEL 5/ Atendimento pleno (100% da política realizada)
1	No que se refere à VALORIZAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - índice percentual total geral de profissionais que possuem formação compatível com sua área de atuação - assinale a ÚNICA alternativa que indica o nível em que se encontra o SME do município.					

LIVRETO IV

**MATERIAL INSTRUTIVO FORMATIVO DO PROGRAMA DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS MUNICIPAIS DE
ENSINO/EDUCAÇÃO - PRISME 2024**

ORGANIZADORES

Roberto Francisco de Carvalho Rosilene Lagares
Venícios Cassiano Linden

Apresentação

O material pedagógico instrutivo formativo é produto do processo de desenvolvimento da atividade de formação no Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME) durante o ano de 2024 no estado do Tocantins, servindo como material de apoio para os cursistas e veiculado através do Ambiente Virtual de Natureza Educativa Interativa (AVNEI)

Para a elaboração do referido material, os membros da equipe PRISME, sendo eles, coordenadores, formadores, assistentes e assessores, e com base nas necessidades formativas dos cursistas inscritos no programa, elabora sínteses pontuais sobre o conteúdo de formação, tendo como previsibilidade o desenvolvimento dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação a partir do debate em torno do Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual de Educação (PEE) e os Planos Municipais de Educação (PME) como foco, como epicentro das Políticas Educacionais.

Cada grupo de membros do Coletivo PRISME, por adesão e coordenado pelos formadores, contribui com o desenvolvimento científico relacionado às inteligibilidades necessárias para o desenvolvimento dos novos Planos Municipais de Educação, por isso a busca pelo desenvolvimento de um material que expõem temáticas tão pungentes de maneira didática e objetiva.

Unidade Formativa 1

Planejamento e gestão educacional: marco situacional e diretrizes teórico-filosóficas materializadas nos PME e evidenciadas pelos quesitos e dimensões compreendidas no ICMS-Educacional do Tocantins.

1.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL MARCO SITUACIONAL/DIAGNÓSTICO

Deyvison Bispo de Oliveira Santos Robson Vila Nova Lopes Rosilene Lagares

No Brasil, o planejamento e a gestão educacional têm sido objetos de estudos e pesquisas, observado o cenário político e as circunstâncias históricas em que estão inseridas nos diferentes contextos, os quais para melhor compreensão é importante reconhecer suas várias perspectivas, concepções e cenários complexos de disputa (DOURADO, 2007).

É importante reconhecer que o planejamento e a gestão educacional ¹são componentes essenciais para orientar a efetiva institucionalização dos sistemas de ensino-educação. O planejamento permite identificar desafios, oportunidades e prioridades que orientarão a gestão educacional na implementação de políticas que atendam as necessidades e expectativas dos organismos sociais.

O planejamento educacional deve se fundamentar na prática de que a educação é um direito humano fundamental e um elemento-chave para o desenvolvimento individual e social; deve reconhecer que todos os indivíduos têm o direito à educação, pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Por política educacional entendem-se as políticas, programas, planos, projetos, legislações e ações implementadas pelo governo em relação à educação. Isso inclui questões como currículo, financiamento, acesso à educação, ensino e aprendizagem, infraestrutura, alimentação e transporte escolar, dentre outros importantes aspectos no âmbito escolar/educacional. As políticas educacionais são influenciadas por vários fatores, de ordem econômica, política, social e cultural (Paro, 1988 *apud* Souza, 2017).

O planejamento e a gestão educacional enfrentam uma série de desafios e oportunidades, entre os quais se destacam: a garantia da inclusão de todos os segmentos da comunidade escolar no planejamento e gestão; a implementação de mecanismos que assegurem transparência nas ações e na gestão de recursos; e a promoção de uma educação que respeite as diferenças e ofereça oportunidades equitativas. Esses são alguns aspectos que refletem a complexidade do processo de institucionalização do sistema de ensino. É importante destacar que esses desafios são multifacetados e requerem abordagens democráticas e participativas para um enfrentamento eficaz, envolvendo o governo, instituições educacionais, a sociedade civil e as comunidades locais.

As perspectivas do planejamento educacional podem variar dependendo dos objetivos, contextos e abordagens adotadas. Essas perspectivas representam de forma sistêmica qual a concepção de gestão adotada no contexto educacional.

Antes de iniciar qualquer processo de planejamento educacional, é fundamental compreender o contexto em que o sistema de ensino-educação se insere. O marco situacional (diagnóstico) possibilita uma visão panorâmica das condições sociais,

¹ Neste texto, planejamento e gestão educacional são entendidos como uma proposta democrática e colaborativa, com objetivos voltados para a transformação social. econômicas, políticas, históricas e culturais que influenciam as políticas educacionais.

Isso inclui análises de indicadores demográficos, socioeconômicos, educacionais e de saúde, bem como uma avaliação das políticas existentes, infraestrutura educacional e recursos disponíveis. (Brasil, 2024).

Ao estabelecer um marco situacional e realizar um diagnóstico, os responsáveis pela formulação de políticas educacionais devem identificar desafios, oportunidades e prioridades para orientar a gestão de políticas no âmbito do município.

A partir do diagnóstico, é possível aprofundar a compreensão do contexto educacional, analisando de forma mais detalhada os elementos, dados e compõe o respectivo sistema de ensino-educação. A exemplo do que deve ocorrer no planejamento, implementação, avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, formação continuada de professores e educação inclusiva.

O ICMS educacional guarda estreita relação com o planejamento e gestão da educação, uma vez que ambos compartilham o mesmo propósito: aprimorar a qualidade da educação. Enquanto o planejamento educacional e a gestão englobam a definição de metas, estratégias e ações, bem como sua implementação, organização e monitoramento, esse planejamento se mostra crucial para assegurar a correta aplicação e gestão dos recursos, assim como a efetividade das políticas públicas, tendo como núcleo o Plano Municipal de Educação.

Os recursos do ICMS educacional repassados aos municípios para investimento na educação estão condicionados ao cumprimento do planejamento educacional, conforme os critérios estabelecidos na legislação estadual.

Dessa forma, entendemos que o planejamento educacional está intrinsecamente ligado ao ICMS educacional, uma vez que a consolidação do planejamento, coordenação, execução e monitoramento das ações e políticas educacionais influenciam diretamente tanto no repasse quanto na utilização desses recursos.

Conclui-se que um planejamento e gestão educacional eficientes têm um impacto direto na utilização dos recursos do ICMS educacional. Exemplos práticos disso incluem a implementação de programas de formação continuada de professores, melhorias na infraestrutura das instituições de ensino, garantia do controle social e aquisição de materiais pedagógicos.

Quando essas ações são bem planejadas, coordenadas e executadas, elas garantem a melhoria da qualidade da educação e atendem aos critérios de acesso aos

recursos do ICMS educacional.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo Escolar Da Educação Básica 2023 Resumo Técnico**. Versão preliminar, Ministério da Educação, Brasília, DF, 2024.

DOURADO, L. F.. *Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas*. Educação & Sociedade, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007.

PRISME - Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/ Educação: **formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação** (2022). Projeto Pedagógico do PRISME. Palmas, TO. Documento impresso.

SOUZA, A. R. de, *As teorias da gestão escolar e sua influência nas escolas públicas brasileiras*.

Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 2, p. 1-19, 2017.

VIEIRA, S. L. (2007) **Política(s) e Gestão da Educação Básica**: revisitando conceitos simples – introdução histórica. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v (23), n.1, pp. 53- 69.

1.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL MARCO DOUTRINAL: CONCEPÇÃO DO PRISME

Celestina Maria Pereira de Souza Raimundo Ferreira Rodrigues

O planejamento e a gestão educacional são elementos cruciais para o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de ensino em todo o mundo. Desde o século XX, diversos teóricos têm contribuído com suas perspectivas e abordagens para a compreensão e prática desses processos. Este texto explora os marcos doutrinários do planejamento e gestão educacional, destacando as contribuições de alguns autores influentes e discutindo as perspectivas futuras nesse campo.

No contexto brasileiro, o planejamento e a gestão educacional passaram por diversas transformações ao longo das últimas décadas. Durante o regime militar (1964-1985), essas práticas estavam alinhadas com a ideologia de crescimento econômico e segurança nacional (FONSECA, FERREIRA E SCAFF, 2020). Com a fase democrática posterior, houve mudanças significativas, incluindo a inserção do país na globalização econômica e a Reforma do Estado de 1995.

De 2003 a 2015, o Plano de Ações Articuladas (PAR) foi instituído para promover uma cultura de planejamento nas secretarias municipais de educação e nas escolas de ensino fundamental, visando consolidar a autonomia local. Neste sentido, Fonseca, Ferreira e Scaff (2020) discorrem que a autonomia local é crucial para a qualidade educacional e encontra no planejamento eficaz uma ferramenta essencial para a melhoria contínua das instituições de ensino. Neste contexto, o planejamento educacional é dividido em três níveis: macro, meso e micro (PRO ATITUDE EDUCACIONAL, 2024).

O nível de Planejamento Macro, refere-se ao planejamento nacional, regional ou estadual, envolvendo a definição de políticas públicas, diretrizes curriculares, sistemas de avaliação e indicadores de qualidade educacional. O nível Meso, relaciona-se às redes de ensino, como sistemas municipais ou estaduais. O nível micro, envolve a gestão escolar em instituições específicas.

O planejamento educacional é um processo sistemático de definição de metas, objetivos e estratégias para a melhoria contínua dos sistemas de ensino (ALVES, 2009). No Brasil, a abordagem tecnicista teve grande influência, enfatizando a racionalidade e eficiência na gestão escolar (Saviani, 1980). Saviani argumenta que o planejamento educacional deve ser orientado por uma perspectiva crítica, considerando as condições sociais, econômicas e políticas em que a educação está inserida.

Libâneo (1990) descreve o planejamento educacional como uma atividade complexa que requer uma análise criteriosa da realidade escolar, a definição de metas claras e a escolha adequada de estratégias para alcançá-las. Luckesi (2012) reforça a importância da participação democrática de todos os envolvidos no processo educativo, enfatizando a necessidade de uma visão crítica e reflexiva sobre a prática pedagógica.

Quanto a gestão educacional, envolve a administração dos recursos e processos necessários para alcançar os objetivos estabelecidos no planejamento (LIBÂNEO, 2004). Segundo Garcia (2009), a gestão educacional abrange não apenas questões administrativas, mas também pedagógicas, financeiras e de recursos humanos, buscando garantir a eficácia e a eficiência do sistema educacional.

Paro (2011) propõe um modelo de gestão democrática, destacando a importância da participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. Esse modelo promove o envolvimento e o comprometimento de todos os atores com os objetivos educacionais.

Apesar dos avanços no campo do planejamento e gestão educacional, muitos desafios ainda persistem, como afirma Dourado (2017) quanto aponta garantia de direitos com a publicação da Constituição Federal de 1988, e outros marcos legais da educação como a LDB/96 e Plano Nacional de Educação. No entanto, o desafio da materialização desses avanços como políticas ainda persiste em um ambiente de disputas de concepções acerca “da relação sociedade e educação, público e privado, qualidade, gestão, avaliação e regulação, diversidade e educação” (p. 47). Com o avanço das tecnologias digitais, novas abordagens e ferramentas estão sendo desenvolvidas para melhorar a eficácia e eficiência dos processos de planejamento e gestão (FULLAN, 2001).

As perspectivas futuras do planejamento e gestão educacional incluem a busca por práticas mais democráticas, participativas e adaptáveis às necessidades dos alunos e comunidades.

O planejamento e a gestão educacional são fundamentais para promover a equidade, a qualidade e a inclusão no sistema de ensino. Ao longo do tempo, diversos autores, como Oliveira (2017), Dourado (2006), Alves (2009), Libâneo (2004), Luckesi (2012) contribuíram para o desenvolvimento de abordagens e conceitos nesse campo, destacando a importância de considerar não apenas a eficiência administrativa, mas também as dimensões sociais, políticas e culturais da educação. Diante dos desafios contemporâneos, é essencial buscar práticas mais democráticas e participativas, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, nos mais diversos espaços educacionais.

E essas boas práticas para a gestão democrática no âmbito escolar perpassam necessariamente por ações de coletividade, com a garantia de participação de todos os sujeitos nos espaços de decisão e de forma que todos sejam ouvidos no processo de construção dessas decisões, como na elaboração do Projeto Político Pedagógico, na eleição do Conselho Escolha ou na realização do Conselho Pedagógico de Classe. No âmbito de sistemas de ensino, a condução do processo de elaboração das políticas públicas, em especial por meio dos Planos de Educação, perpassa obrigatoriamente pela criação de conselhos de educação, conselhos de alimentação escolar, de fóruns de educação, para realização de conferências que garantam a participação da sociedade civil e organizada no processo de planejamento, monitoramento e avaliação da execução dos planos em vigência. Sem a materialização das práticas que garantam a gestão democrática os marcos legais não passarão de meros documentos formais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. Planejamento educacional: elementos metodológicos. Papirus Editora, 2009.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária; Anpae, 2017. 216 p.
- DOURADO, L. F. Gestão da educação escolar. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.
- FONSECA, M.; FERREIRA, E. B.; SCAFF, E. A. S. Planejamento e gestão educacional no Brasil: hegemonia governamental e construção da autonomia local. **Educar em Revista**, v. 36, e69766, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.69766>. Acesso em: 12 mai. 2024.

FULLAN, M. **The New Meaning of Educational Change**. Routledge, 2001.

GARCIA, C. M. **Gestão educacional**: conceitos, fundamentos e práticas. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. Loyola, 2004.

LUCKESI, C. C. **Planejamento educacional**: compromisso com a autonomia da escola. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, D. A. (org.) **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2011.

PRO ATITUDE EDUCACIONAL. **Planejamento educacional**: o que é, quais são os seus objetivos e níveis e como fazer. 19 fev. 2024. Disponível em: <https://www.proatitude.com/l/planejamento-educacional-o-que-e-quais-sao-os-seus-objetivos-e-niveis-e-como-fazer/>. Acesso em: 12 mai. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Cortez Editora, 1980.

1.3 O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMO EPICENTRO DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Diogo Teixeira de Castro Silva
Jemima G. Barreira Cavalcante

Parafraseando Luiz Fernandes Dourado³ (2017), o Plano Municipal de Educação -PME pode ser entendido como epicentro⁴, isto é, como o ‘ponto central’ de onde derivam todas as políticas públicas da educação de um município. Isso quer dizer que todas as ações, planejadas, pensadas e executadas devem convergir para materializar o PME.

O PME como epicentro das políticas municipais de educação é uma síntese que resulta de um processo de planejamento participativo. Trata-se de um planejamento que tem como objetivo superar a descontinuidade das políticas educacionais no âmbito dos municípios e implementar uma educação integral e de qualidade socialmente referenciada.

Comumente, quando um novo prefeito ou uma nova prefeita é eleita, ela ou ele

muda tudo o que estava sendo feito na educação. Isso acaba dificultando ou mesmo impossibilitando que tenhamos uma educação de boa qualidade.

De maneira geral, é como se cada prefeito ou prefeita carregasse debaixo do braço uma pasta cheia de ‘boas ideias para a educação. E isso, no ‘melhor’ dos cenários, pois tem gente que não tem ideia nenhuma, não deixa ninguém pensar e fica fazendo ‘copia e cola’ de políticas de outros municípios, que têm, inclusive, características e necessidades bem diferentes. Qual qualidade se consegue com isso?

A educação não pode ser pensada por apenas uma pessoa, ou ficar refém de determinado grupo. A elaboração do PME, para que se torne epicentro, precisa da construção de uma vontade coletiva que vise ao bem comum e não a interesses particulares.

³ Professor Dr. Luiz Fernandes Dourado, presidente Nacional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Publicações desse autor disponíveis em <https://orcid.org/0000-0001-5212-6607>. A ideia do Plano Nacional de Educação como epicentro foi proposta por Luiz Fernandes Dourado no livro “Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para educação brasileira. Goiânia: Imprensa Universitária, ANPAE, 2017” e reiterada pelo autor em outras ocasiões, como entrevistas, palestras, debates e conferências. Com essa imagem de “epicentro”, dourado ilustra a importância do PNE para enfrentar uma triste característica das políticas educacionais brasileiras: a descontinuidade. O PNE, na perspectiva defendida por Dourado, seria uma política de Estado, isto é, um conjunto de proposições que não se limitariam ao tempo de vigência de determinado governo. Desdobrando a proposição de Dourado (2017), concebemos o Plano Municipal de Educação como epicentro das políticas municipais de educação. Leia a entrevista que Luiz Dourado concedeu às professoras Dras. Rosilene Lagares e Kátia Cristina e ao professor Dr. Roberto Francisco de Carvalho, intitulada “Sistema e Plano Nacional de Educação: cenários e perspectivas”, disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/71959/37484>

⁴ Resenha do livro “Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para educação brasileira”. <https://www.scielo.br/j/es/a/3sLR5wwqd5rQczTwpnfV6cq/?format=pdf&lang=pt>

O PME como epicentro das políticas municipais pode ajudar a mudar essa realidade de descontinuidade e ausência de projeto coletivo, assim como melhorar bastante a educação de cada município. No contexto em que a usamos aqui, a palavra “epicentro” quer dizer que todas as ações do poder executivo municipal devem estar alinhadas ao PME, corresponder às suas metas e estratégias e não depender do capricho de ninguém. Isso é possível.

Os municípios têm autonomia para planejar, a legislação brasileira garante isso (Brasil, 1988)⁵; o que muitas vezes falta é o apoio efetivo para que os municípios se desenvolvam nessa perspectiva de construção do PME enquanto epicentro. Daí a importância de programas como o Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME).

O planejamento exige que tenhamos uma definição daquilo que queremos alcançar ou realizar, nosso objetivo; também exige que façamos uma avaliação da nossa situação atual em relação ao que buscamos; e, por fim, exige que pensem o que devemos fazer para realizar nosso objetivo. Esses três momentos parecem simplificar bastante o processo de construção do PME, mas não é tão simples quando consideramos que o planejamento pode evocar interpretações diversas acerca dos objetivos da educação escolar municipal; sobre a situação atual em que nos encontramos em relação à realização desses objetivos; e quanto às formas como devemos proceder para alcançá-los plenamente.

O que dificulta o processo de construção do PME enquanto epicentro não é meramente a diversidade de interpretações, mas o fato de que cada interpretação pode corresponder a interesses, que podem se vincular a uma vontade coletiva ou a vontades particulares. Devido a esse caráter de disputa, podemos conceber o PME como uma arena em que precisamos abrir trincheiras, marcar posição e avançar na construção de um PME enquanto uma síntese, que corresponda aos interesses e necessidades coletivas e proporcione educação de qualidade socialmente referenciada a todas as pessoas.

⁵ Na Constituição Federal de 1988. Art. 205, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A intensidade da disputa de interpretações/interesses na construção do PME muda conforme cada realidade e até podem existir contextos em que as pessoas que efetivamente se proponham a construir um plano em determinado município estejam de tal modo articuladas e coesas que praticamente não haja disputa significativa – o mesmo pode ocorrer se não houver planejamento participativo, pois muitas pessoas seriam privadas da elaboração do plano e não estariam representadas nele.

Considerando os três momentos do planejamento, a construção do PME como epicentro precisa de uma interpretação coesa da finalidade da educação, que está expressa no Artigo nº 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988). De forma sucinta, uma interpretação deste artigo, vinculada a uma vontade coletiva, deve compreender a educação enquanto processo de formação integral do ser humano. O diagnóstico da realidade da educação municipal deve levar em conta justamente a situação educacional do município em relação a essa concepção de educação; em relação ao como fazer, os municípios devem garantir que haja gestão democrática e planejamento participativo em todas as etapas de construção do PME e prover meios para que haja efetivo acompanhamento, monitoramento e avaliação do PME construído.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição Federal**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 17 de setembro de 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação**: o epicentro das políticas de Estado para educação brasileira. Goiânia: Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.

1.4 FUNDEB E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E DOS SISTEMAS E ESCOLAS

Paulo Vinícius Santos Sulli Luduvicé⁶
Ronaldo Muniz Silva⁷

“Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social [...]”

(MÉSZÁROS,
2008, P. 25)

Como nos demonstra Martins (2010) o financiamento da educação básica deve ser compreendido como uma política pública, pelo fato do financiamento educacional induzir outras políticas, como por exemplo a de controle social tão importante no processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas de governo e Estado.

Tendo feito essa afirmação, buscaremos demonstrar de forma mais esquemática elementos que constituem o financiamento educacional, sem deixar de demonstrar os interesses e as relações que condicionam a materialização ou não do financiamento.

O financiamento da educação básica no Brasil é predominantemente constituído pela política de fundos, esse não é um mecanismo novo, é possível identificá-lo na Constituição Federal de 1934, sendo assim, podemos dizer que é a característica principal do financiamento educacional brasileiro, segundo Pinto (2000).

Quando falamos em política de fundos estamos tratando de iniciativas por parte do Estado para regular, no intuito de designar um mecanismo específico de financiamento para concentrar recursos financeiros de várias origens, mas visando uma finalidade específica, com normas para utilização do recurso. A desvinculação dos fundos constitucionais também faz parte da “história” do financiamento da educação brasileira, mas particularmente nos períodos ditatoriais, Pinto (2014).

Parece ser bastante razoável, iniciarmos a abordagem do tema do

⁶ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins –UFT, professor da Rede Municipal de Educação de Palmas-TO, compõe o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal (GepeEM), autor do livro *“O financiamento da educação básica: os interesses das classes e das frações de classes burguesas no Brasil”* pela editora Appris. Membro da coordenação do Centro de Direitos Humanos de Palmas-CDHP e membro do Fórum Estadual de Educação-FEE.

⁷ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), do Campus de Palmas. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFT). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisas e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), do Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObSPE). Integrante do Programa de Institucionalização e Gestão da Educação Municipal: formação, monitoramento, acompanhamento e avaliação (PRISME).

financiamento da educação a partir da legislação que normatiza o financiamento da educação básica propriamente dito. Visto que, será construído o entendimento da sua estrutura formal que teremos possibilidades de entender as suas contradições, e a própria dinâmica de funcionamento, tendo em vista que a legislação é sempre consequência das relações e correlações de interesses e enfrentamentos das classes sociais.

Não é prudente pensar que a política de fundos públicos para o financiamento da educação é a salvação do financiamento, visto que ela é uma decisão política e histórica, estamos dizendo com isso que é um processo dinâmico, que muda e pode mudar a depender da correlação de forças na sociedade, Saes (2014).

Podemos dizer que existem interesses e intencionalidades que na maioria das vezes não são possíveis de entender sem colocarmos elementos teóricos. Vejamos, o atual formato foi pensado durante a década de 1990 com o objetivo de conter a ampliação dos investimentos públicos em educação pública “Assim longe de significar mais recursos para a educação, este projeto de reforma busca racionalizar recursos diminuindo o papel do Estado no que se refere às políticas sociais e consequentemente tornando-o máximo para o capital [...]”. (CARVALHO, 2013, p. 218).

O principal fundamento normativo do financiamento da educação básica brasileira está na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu art. 211, onde está previsto o regime de colaboração entre a União, estados, municípios, Distrito Federal e suas respectivas atribuições.

O art. 212 da Constituição está previsto os recursos obrigatórios vinculados a educação, onde a União deve aplicar nunca menos de 18% e os Estados, municípios e o Distrito Federal 25% das suas receitas decorrentes de impostos proveniente de transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para se ter como referência do que é considerado manutenção e desenvolvimento do ensino podemos citar a remuneração dos profissionais da educação, a formação continuada, a construção, manutenção e conservação das instalações das unidades de ensino, aquisição de material didático, entre várias outras atividades essenciais para o funcionamento das escolas e sistemas de educação- ensino.

Podemos dizer assim, que a compreensão do arcabouço legal do financiamento não pode ignorar a importância do regime de colaboração, visto

que a função redistributiva e supletiva da União acontece por meio dos repasses de recursos federais, principalmente por meio do complemento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os dois fundos mais conhecidos são, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) instituído pela Emenda Constitucional nº 14/1996 e regulamentado pela lei 2.264/1997, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O Fundef vigorou de 1997 a 2006, foi criado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, que além de ter sérios limites quanto ao alcance, visto que seu fundamento era restrições de gastos sociais e geração de superávit primário para pagamento de juros da dívida, não elevou o patamar orçamentário, e a responsabilização da União, sem falar que o fundo público por si só, não garante o financiamento da educação pública de gestão pública, podendo assim ser apropriados provadamente.

Já o Fundeb foi criado a partir de uma Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei 11.494/2007. Segundo Carvalho (2013) o novo fundo foi mais abrangente se comparado ao anterior, mas ao fim e ao cabo, manteve a lógica de funcionamento e gestão dos recursos. No que diz respeito ao financiamento é importante afirmar que o Fundeb teve um considerável avanço em comparação ao Fundef, mas não pode ser afirmado que existiu um aumento significativo do financiamento, Saviani (2016).

O Fundeb é um fundo de natureza contábil, que movimenta recursos somente na conta única, e de esfera estadual conformado por uma cesta de impostos e transferências constitucionais que tem como objetivo garantir o financiamento da educação em âmbito dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Os valores são repassados com base nas matrículas, que tem como referência o Censo Escolar, não podemos esquecer que a aplicação dos recursos tem também como propósito a valorização dos profissionais da educação.

O “velho Fundeb” vigorou entre os anos de 2007 a 2020, durante tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 15/2015 e houve as mais variadas tentativas de obliterar sua finalidade seja via emendas, supressões parciais e totais de artigos, principalmente na redução dos percentuais de complementação da União. Conforme

Luduvise (2023, p. 233), “Todas essas movimentações expressam as contradições e os conflitos de interesses entre as classes e frações de classes e seus representantes”.

Em síntese, podemos dizer que os dois principais objetivos dos movimentos sociais ligados a defesa da educação pública com a PEC do novo Fundeb era tornar o fundo permanente e aumentar os percentuais de participação da União com o uso do recurso público exclusivamente para a educação pública. Esses dois objetivos foram conquistados através promulgação da EC 108/2020. No entanto, não podemos afirmar que essa foi uma vitória que muda os rumos do financiamento da educação pública no sentido de superar o déficit histórico.

Retomando a epígrafe de Mészáros (2008), e o diálogo que propomos no texto é razoável dizer que as questões que envolvem o financiamento da educação além de ter uma dinâmica acelerada ela também está diretamente ligada aos conflitos distributivos da sociedade capitalista, portanto difíceis de ser solucionados sem uma transformação radical do atual quadro social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. – 55. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. (Série legislação, n. 1 e-book).

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: DF, 1996.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: DF, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.494/2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2007.

CARVALHO, Fabrício Aarão Freire. Financiamento da Educação Básica Pública: o “Pano de Fundo” da Política de Fundos no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 8, n. 18, p. 210-232, jan./abr. 2013.

LUDUVICE, Paulo Vinícius Santos Sulli. **O financiamento da educação básica e os interesses das classes e das frações de classes burguesas no Brasil.** - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2023.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. **RBPAE**, v. 26, n. 3, p. 497-514, set./dez. 2010.

MESZÁROS, I. A Educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Os recursos para Educação no Brasil no contexto das finanças públicas.** Brasília: Editora Plano, 2000. 160.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O Golpe de 1964 e o financiamento: ditaduras não gostam de educação. **RBPAE**, v. 30, n. 2, p. 287-301, maio/ago. 2014.

SAES, Décio Azevedo Marques de. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014a. p. 105-118.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024):** por uma outra política educacional. 5. ed. ver. e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2016.

1.5 O ICMS-EDUCAÇÃO DO TOCANTINS COMO INSTRUMENTO DE VERIFICAÇÃO DA MATERIALIZAÇÃO DOS PME

Ângela Noletto da Silva⁸
Fracinete Ribeiro Fonseca⁹

O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - representa um dos impostos de maior volume de arrecadação dos Estados, sendo de grande relevância para o custeio das contas públicas. A Constituição Federal (CF) de 1988 define no art. 158 que parte dos recursos provenientes do ICMS, deve ser repassada pelos Estados em que ocorreu a arrecadação aos seus respectivos Municípios, considerando o Valor Adicional Fiscal (VAF) de cada. Já a outra parte, deve seguir critérios definidos e fixados pela legislação local, em que o Estado pode definir sua sistemática de repartição de forma a incentivar o desempenho municipal em determinadas áreas, entre as quais a Educação, com base nos critérios adotados em atos normativos.

A Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, trouxe relevantes

mudanças nos critérios de repasse onde os 25% do ICMS da cota municipal está agora distribuída em 65% (sessenta e cinco por cento) que constituem a proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizados em seus territórios; até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos, instituindo-se o ICMS Educacional, que passa a ser também um importante instrumento importante de verificação da materialização dos Planos Municipais de Educação (PME) no estado do Tocantins.

Por meio da Lei nº 4.081, de 27 de dezembro de 2022, o governo do Tocantins alterou a Lei nº 2.929, de 18 de junho de 2015, que dispõe sobre critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS. A proposta da lei é adequar a legislação às alterações promovidas na CF/88 a rigor da Emenda Constitucional nº 108, que dispõe sobre o ICMS educacional e também regulamenta o Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

O Decreto 6.601, de 16 de março de 2023, dispõe sobre o cálculo do valor adicionado, da quota igual, da população, da área territorial, dos critérios educacionais, relativos à composição do índice de participação dos Municípios – IPM, nas partes específicas, e traz como indicadores: I - Política municipal de atendimento à educação infantil na pré-escola e creches; II - Política municipal de atendimento no ensino fundamental de 9 anos; III - Infraestrutura e transporte escolar; IV - Qualidade da Educação Básica; V - Alfabetização da população com 15 (quinze) anos; VI - Garantir em regime de colaboração a educação superior; VII - Valorização de boas práticas aos profissionais da Educação Básica e VIII - Organização legal e regimental do município.

⁸ Doutora em Educação, pedagoga e docente no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

⁹ Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Tocantins, pedagoga e Diretora de Políticas Educacionais da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC/TO).

De modo que se evidencia que os indicadores educacionais estão disponibilizados em quatro eixos: Atendimento, Aprendizagem, Boas Práticas e Organização Legal. Além disso, a comprovação do cumprimento dos indicadores é aferida por meio do Sistema Informatizado do ICMS Educacional (SISEDU¹⁰) criado pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e da Agência de Tecnologia da Informação (ATI).

O ICMS é o mais importante imposto de titularidade dos Estados, o ICMS Educacional, se apresenta como instrumento econômico de gestão, cujo objetivo é garantir o direito à aprendizagem e a distribuições de recursos com base nos critérios alcançados pelos municípios, buscando comprometer os atores locais com as políticas educacionais.

Os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação são documentos fundamentais norteadores das políticas educacionais do país entre os entes federados e por meio deles são estabelecidas metas e diretrizes para a melhoria da qualidade do ensino em todas as etapas, níveis e modalidades, ou seja, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Assim, é importante a compreensão dos critérios educacionais estabelecidos para a composição das parcelas municipais do ICMS Educacional do Tocantins quanto a viabilidade de uso desse recurso por parte dos municípios alinhado ao cumprimento das metas estabelecidas nos planos decenais nacional, estadual e municipal como possibilidade de garantir o direito à educação para todos os estudantes.

¹⁰Governo do Tocantins Lança Sistema para envio de informações sobre o ICMS Educacional. **Secretaria de Comunicação do estado do Tocantins**. 2023. Publicado em 18/12/2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/governo-do-tocantins-lanca-sistema-para-envio-de-informacoes-sobre-o-icms-educacional/5ucmotp800/> Acesso em: 20 set.2024.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Brasília.

BRASI, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Senado Federal, 2014.

EC 108, de 26 de agosto de 2020 (cria o novo Fundeb).

LEI Nº 4.081 de 27 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 2.959, de 18 de junho de 2015, que dispõe sobre critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS, e adota outras providências.

PEE-TO, Lei 2.927, de 08 de julho de 2015.

Instrução Normativa nº 17/2023, de 22 de dezembro de 2023, Dispõe sobre a avaliação do critério relativo à Educação, para composição do índice de Participação dos Municípios – IPM, para fins de distribuição da cota parte do ICMS Educacional, a partir do Sistema Informatizado do ICMS Educacional – SISEDU.

PACHECO, Ana Maria Ramos; ARAUJO, Gilda Cardoso de. As leis de redistribuição da cota- parte do ICMS como incentivo para melhoria de resultados educacionais. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 18, e93278. Fevereiro de 2024.

SOUZA, C. M. P. de; LUDUVICE, P. V. S. S.; GONÇALVES, I. B. P.; SANTOS, J. S. dos. O ICMS Educacional como instrumento para a institucionalização e gestão dos sistemas municipais de educação tocaninenses. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1–16, 2023. DOI: 10.14393/REPOD-v13n1a2024-70827. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/70827>. Acesso em: 20 mai. 2024.

Unidade Formativa 2 Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos PME materializados em relatórios e instituição/efetivação das comissões de monitoramento dos PME no âmbito da educação municipal.

2.1 ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CONCEITO, IMPORTÂNCIA E FORMAS CONCRETAS DE REALIZAÇÃO

Meyrivane Teixeira Santos Arraes

Regivane Martins Ambrózio Silva

A legislação brasileira apresenta por meio da Constituição Federal, Artigo 205 (BRASIL 1988) “A Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”. Assim, a política educacional decorre de uma obrigação do Estado articulada com um conjunto de ações, programas e decisões materializadas no âmbito da legislação. Entendemos que a política educacional é uma dimensão das políticas públicas.

Para Leal (2013, p. 36)

As políticas públicas são construções informadas por valores simbólico, normas, ou seja, são representações sociais que integram o universo cultural simbólico de determinada realidade social. Sua construção deve priorizar um conjunto de princípios, objetivos, normas e diretrizes bem definidas.

Conforme entendimento de Souza (2006) e Secchi (2016), as políticas públicas são constituídas para solucionar problemas sociais contemplados na agenda dos governos. E, uma vez surgidas na esfera do Estado, as políticas públicas, são estratificadas em programas, projetos, ações que, antes, durante e após sua implementação precisam ser avaliadas, submetidas a sistemas de monitoramento para análise crítica quanto aos objetivos e respectivos resultados.

Apreender políticas públicas no contexto educacional, implica conceituar os elementos de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Para Brito, Sousa e Carvalho (2021, p. 17)

Na arena dessa disputa, avaliação, monitoramento e acompanhamento seguem cursos distintos e relacionam-se, em grande medida, à concepção de educação, à forma de gestão em geral e ao ideário de regulação adotado, podendo ser caracterizados como funcionalista –enraizada nas teorias positivistas e evolucionista –e, interacionista, com mediação reflexiva das diferenças sociais numa perspectiva materialista e crítico-dialética.

O entendimento sobre estes elementos proporciona ações para tomadas de decisões. É preciso considerar que a avaliação e o acompanhamento são tão naturais que são capazes de articular o sistema, tendo o planejamento iluminado pela avaliação o tempo todo. (SAVIANI,1999).

O acompanhamento e avaliação devem estar articulado com o Plano Municipal de Educação (PME), possibilitando a materialização do sistema e o cumprimento dos objetivos e metas planejadas na coletividade.

ACOMPANHAMENTO
Plano municipal de educação como epicentro das ações de planejamento.
Elaborar Instrumentos que norteiam no âmbito municipal ações de gestão na perspectiva democrática.
Agenda municipal para estudo e planejamento das ações educacionais.
Processos de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas.
Instituir mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas visando subsidiar os novos processos de planejamento.
Avaliação Institucional
Conselho Municipal de Educação Participativo e autônomo
ICMS Educacional acompanhamento dos quesitos articulados com os Planos Municipais
Acompanhamento das condicionalidades que efetivam a Gestão Democrática no âmbito municipal

Fonte: elaborado pelas autoras (2024), com base em Lagares (2008, 2021); Freitas (2007); Bordignon e Gracindo (2000).

Com o propósito de subsidiar a efetividade das políticas públicas educacionais o acompanhamento visa trazer elementos de verificação da materialização do que foi planejado. Trata-se de importante ferramenta, consistindo em uma ação contínua, cotidiana, é função inerente a gestão de qualquer política pública, e deve prescindir de planejamento adequado (Sousa, 2013). Assim registramos que o acompanhamento é sim um procedimento dinâmico, conforme o quadro apresentado, institui os elementos a serem observados, conforme políticas públicas educacionais vigentes.

Conforme expõem Bitencourt e Schuch (2009) uma das formas mais concretas de acompanhamento das políticas educacionais é por meio da ação sistematizada de levantamento de dados a partir de informações coletadas.

Andrade (2012) apreende o Conselho Municipal de Educação com a necessária

conjugação de critérios de representatividade social e conhecimento técnico, materializando uma sistemática de avaliação institucional. Neste contexto, entendemos o Conselho municipal de Educação como o grande norteador do processo de Acompanhamento das Políticas Educacionais no âmbito municipal.

Essa função norteadora pode ser evidenciada a partir das conjugações dispostas no quadro que se segue, o qual vislumbra demonstrar como as ações do Conselho Municipal de Educação se projetam para o acompanhamento das políticas de educação a partir de suas funções.

FUNÇÕES	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função Consultiva	Constituem parte substantiva de suas prerrogativas de funcionamento.
Função Propositiva	Conjugação de critérios como conhecimento técnico e representatividade social. Compromisso coletivo com o atendimento das demandas por políticas de educação. Possibilidade de uma sistemática de avaliação institucional, com vista ao encaminhamento de medidas para a promoção de melhoria do fluxo e rendimento escolar.
Função Mobilizadora	Conjunto dos segmentos sociais no acompanhamento dos serviços educacionais. Mobilização dos sujeitos que exercem a representação condicionando a voz dos representantes e os anseios dos representados.

Fonte: elaborado pelas autoras (2024), com base em Andrade (2012)

Entendemos as funções consultiva, propositiva e mobilizadora dos Conselhos Municipais de Educação como elementos de acompanhamento de políticas educacionais, contribuindo assim, para o cumprimento das metas dos Planos Municipais de Educação e tomadas de decisões no âmbito da Educação Municipal.

REFERÊNCIAS

Andrade, Edson Francisco de. Sistemas Municipais de Educação Impactos na Gestão Educacional no âmbito do poder local – Campinas, SP : Mercado de Letras (Série Estudos

em políticas Públicas e Educação), 2012.

Barbosa, L. L. C. ., Brito, K. C. C. F., & Vieira, E. de J. (2021). Acompanhamento e avaliação aos municípios: a perspectiva do sistema articulado de educação. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 6, e13377. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e13377>

Barbosa, L. L. C. ., Brito, K. C. C. F., & Vieira, E. de J. (2021). Acompanhamento e avaliação aos municípios: a perspectiva do sistema articulado de educação. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 6, e13377. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e13377>

Bittencourt, Jaqueline, Schuch, Cleusa Conceição Terres Monitoramento da Política Pública Educacional Plano de Metas no Rio Grande do Sul. In <https://www.anpae.org.br/simposio2009/151.pdf>.

Bordignon, G., & Gracindo, R. V. (2000). Gestão da educação: o município e a escola. In Ferreira, N.S.C., & Aguiar, M. A. S. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos* (pp. 147-176). São Paulo, SP: Cortez.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de Outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso 10 de maio de 2024.

Brito, katia Cristina Custodio Ferreira; Sousa, Adaires Rodrigues de ; Carvalho, Roberto Francisco de . Avaliação, monitoramento e acompanhamento do processo formativo na rct: aspectos teórico-práticos e operacionais. *Revista brasileira de educação do campo JCR*, v. 6, p. 1-20, 2021.

Freitas, D. N. T. (2007). *A Avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa*. Campinas, SP: Autores Associados.

Lagares, R. (2008). *Organização da educação municipal no Tocantins: entre a conservação de redes e o processo de institucionalização efetiva de sistemas* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Leal, Palhares Willany. *Tecnologias e Educação à Distância nas Políticas Públicas de Formação de Professores: o habitus professoral na UNITINS*. (TESE DE DOUTORADO). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.

Rua, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. IN: *O estudo da política: Tópicos selecionados*, Rua, Maria das Graças e Maria Izabel Valladaão de Carvalho (orgs.), .Paralelo 15, 1998.

Saviani, D. (1999). *Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios*. *Educação & Sociedade*, 20(69), 119-136.

Secchi, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2016

Souza, C. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. Sociologias, vol. 8, n. 16, 2006.

Sousa. Marconi Fernandes de. Conceitos Básicos em monitoramento e avaliação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão .Repositório Institucional da ENAP. 2013 Endereço: <https://repositorio.enap.gov.br/>, Acesso em 09 de set.2024.

2.2 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CONCEITO, IMPORTÂNCIA E FORMAS CONCRETAS DE REALIZAÇÃO

Greice Quele Mesquita Almeida
Paulo Fernando de Melo Martins

Monitoramento e avaliação de políticas públicas aparecem imbricados na concepção de Garcia (2015, p. 260), que entende o monitoramento como um sistema essencial para a avaliação. Ademais, alerta que monitorar requer sistematicidade e condições técnicas e informacionais:

O monitoramento apresenta-se, então, como um requisito imprescindível para o exercício da avaliação que se pretenda um instrumento de gestão. Quem monitora, avalia. Quem avalia, confirma ou corrige, exercendo o poder de dirigir consciente e direcionalmente.

Nesse assunto, Garcia (2015, p. 248) defende a importância da avaliação atrelada ao financiamento, ou seja, a avaliação “será um elemento fundamental na condução de políticas, programas e projetos se, ao lado de outras fontes de informação de mesma natureza [...] a execução orçamentária e a contabilidade públicas se integrar no processo decisório.” Dessa forma, para o cumprimento das políticas educacionais é necessário garantir recursos suficientes para assegurar o atendimento de demandas historicamente acumuladas pelo sistema educacional.

Um exemplo de política educacional se materializa nos Planos de Educação, nesse sentido, Dourado, Grossi Jr. e Furtado (2016) discutem o monitoramento e a avaliação da política educacional como um processo único e interligado, com vistas ao replanejamento. Esse processo deve ser acompanhado pela sociedade, com o monitoramento sendo contínuo e a avaliação periódica, embora sejam diferentes, se complementam, não se realizam de modo isolado.

A defesa do conceito de avaliação em uma perspectiva democrática se faz necessária diante da ofensiva gerencialista, pois a avaliação é

acima de tudo, uma ação educativa. Para tanto, é necessário observá-la como uma prática social, tornando-a intersubjetiva, relacional, sobretudo formativa, permeada por princípios norteadores, que devem ser refletidos à luz da conduta humana. BARBOSA, VIEIRA, BRITO (2021, p.13)

A avaliação pode ser entendida como uma ação que tem uma natureza humana e social, sendo uma práxis educativa que pode contribuir para a formação dos envolvidos, não devendo ocorrer de forma isolada, em gabinetes de portas fechadas. Tratando de forma concreta a realização do monitoramento e avaliação de políticas educacionais é possível apreender a partir das ideias de Dourado, Grossi Jr. e Furtado (2016) que o monitoramento deve ser contínuo a partir do levantamento de informações por meio de indicadores adequados, da mobilização e participação da sociedade com envolvimento de gestores da política educacional (secretários de educação ou similares, diretores e coordenadores) juntamente com representantes comunitários e profissionais da educação na qualidade de lideranças reconhecidas no âmbito do território e, conseqüentemente, fundamentais na tarefa de articulação de todas as ações a serem desenvolvidas. Nessa direção, as equipes responsáveis pelo processo precisam estabelecer cronograma de trabalho, assim como os respectivos responsáveis por cada uma das ações a serem empreendidas, com momentos para análise e replanejamento. Outro elemento importante, ainda, é o estabelecimento de indicadores e instrumentos de gestão das informações a serem aferidas durante todo o trabalho realizado, com vistas à organização da série histórica e do banco de dados.

O Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2016) se revela como um instrumento que ilumina os procedimentos obrigatórios para uma experiência bem-sucedida. O mencionado caderno apresenta quatro etapas possíveis para o monitoramento e a avaliação de uma política educacional:

Quadro 1 –Etapas para a organização do Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação.

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

ETAPAS	DESCRIÇÃO
1ª Etapa – Organizar o Trabalho	Verificar se os Planos de Educação definem as instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação; Constituir a Equipe Técnica; Construir a Agenda de trabalho. Instituir instrumentos para coleta de dados.
2ª Etapa - Estudar o Plano	Realizar uma releitura atenta do plano; Relacionar as metas e as estratégias de forma cronológica.

3ª Etapa – Monitorar continuamente as Metas e Estratégias	Definir indicadores e fontes de dados caso seja necessário para aferir as metas; Aferir o cumprimento das metas; Construir o Relatório Anual de Monitoramento. Tornar as informações públicas;
4ª Etapa - Avaliar o Plano periodicamente	Consolidar os Relatórios Anuais de Monitoramento; • Produzir o Relatório de Avaliação do Plano de Educação; • Apresentar e debater o Relatório de Monitoramento em Audiência Pública; • Alterar ou não da Lei do Plano.

Fonte: adaptado pelos autores com base nas orientações do Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação (BRASIL, 2016).

A primeira etapa refere-se à organização inicial do trabalho, se faz necessário verificar se os Planos de Educação definem as instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação, o Caderno de Orientações alerta que pode existir as seguintes situações nessa etapa: a) municípios que já possuíam comissões e equipes técnicas determinadas por ato legal com esta responsabilidade, a exemplo dos conselhos ou fóruns municipais de educação, secretarias municipais de educação;

b) comissão de educação do Poder Legislativo, dentre outras; c) municípios que passaram a ter estas instâncias definidas nas leis dos seus planos de educação; d) municípios que não previam essas instâncias em qualquer ato legal.

Além disso, é importante constituir uma equipe técnica para atuar no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações referentes ao plano, não se trata de uma instância obrigatória na consecução das ações de monitoramento e avaliação, no

entanto, o apoio técnico dessa equipe contribuirá para que a comissão possa desencadear suas proposições, respaldada em fontes oficiais e em sintonia com o Poder Executivo. (BRASIL, 2016)

No monitoramento que deve ser contínuo das políticas educacionais é necessário a definição de indicadores que possibilitam o levantamento das informações para verificar o cumprimento das políticas educacionais, elaboração de relatórios com os dados e a publicização desses relatórios, tornar pública as informações para a sociedade.

Entretanto não basta apenas construir uma série de dados sobre a realidade, precisamos pensar na mobilização e participação da sociedade, no envolvimento dos gestores locais, juntamente com os trabalhadores da educação, em garantir servidores qualificados que possam contribuir nas equipes locais, no estabelecimento de prazos factíveis para a realização dessas ações e momentos para que possamos analisar o que foi construído no monitoramento e avaliação, que podem ser reuniões, conferências de educação e audiências públicas.

Para que o monitoramento e avaliação de políticas educacionais se realize em uma perspectiva democrático-participativa é necessário o fortalecimento e participação efetiva de órgãos, conselhos e entidades nesse movimento, quais sejam, Conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), conselhos escolares, Fóruns Permanentes de Educação, Representação na Comissão de Educação dos poderes legislativos, entidades do campo da educação em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal.

A implementação de uma política educacional implica, também, em monitorar e avaliar, não se tratando, portanto, de um movimento simples como mero processo burocrático, mas uma arena perpassada por intensas relações de poder.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **PNE em Movimento: orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação**. Brasília, DF: MEC/SASE, 2016.

BARBOSA, L. L. C.; BRITO, K. C. C.; VIEIRA, E. J. **Acompanhamento e avaliação aos municípios: a perspectiva do sistema articulado de educação**. Rev. Bras. Educ. Camp.,

Tocantinópolis, v. 6, e13377, 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes; JUNIOR, Geraldo Grossi; FURTADO, Roberval Angelo. **Monitoramento e avaliação dos planos de educação:** breves contribuições. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico Científico editado pela ANPAE, v.32, n. 2, p. 449-461, 2016.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Monitoramento; Avaliação de Políticas Públicas
In: CARDOSO JR, José; CUNHA, Alexandre dos Santos. Planejamento e avaliação de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_ppa_vol_1_web.pdf. Acesso em 16 mai.2022.

2.3 CONTROLE SOCIAL DOS PROCESSOS E PRODUTOS COMO MECANISMO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS

Ângela Sousa Silva
Joildy Gomes Brito

Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira

I) Controle Social sobre as Políticas de Educação Municipal

É importante entender o que é controle social e como ele se relaciona com as políticas públicas, especialmente na área da educação. Segundo Pereira (2019, p.32), “o controle social é uma etapa integrante das políticas públicas e da gestão da educação”, é por meio dele que a sociedade civil acompanha, monitora e fiscaliza o emprego de verbas públicas destinadas à educação. Logo, ajuda a garantir que as políticas realmente atendam às necessidades e carências da população.

Assim, “o controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições da gestão” (Pólis, 2008, p.1).

Figura 1: Exemplo de exercício do controle social



A figura exemplifica o controle social na prática, um grupo de pessoas se reúne com representantes políticos a fim de cobrarem seus direitos e ao mesmo tempo contribuírem para a melhoria do sistema, ou seja, o controle no sentido democrático-participativo, por meio dos espaços e mecanismos de participação.

II. Mecanismos de Controle Social dos Processos e Produtos materializados no Plano Municipal de Educação

O planejamento é, portanto, um ato humano realizado de modo intencional tanto na esfera individual como social. Deve, pois, partir da realidade concreta/diagnóstico com projeção dos resultados a serem alcançados e das ações a serem realizadas para alcançar esses resultados. Consiste, pois, em uma forma de intervenção e controle social. Neste sentido, o planejamento educacional é uma forma de intervenção e controle do Estado para garantir à população o direito à educação. O Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos subnacionais: Plano Estadual de Educação (PEE) e Plano Municipal de Educação (PME), são importantes instrumentos de planejamento coletivo, realizado por diferentes instâncias, em que são projetados os rumos da educação do país por meio de objetivos e metas a serem atingidos e as estratégias com as macro ações que tornam possível esse atingimento.

Destaca-se que o PME é imprescindível para a efetivação e êxito do PNE,

principalmente no que diz respeito ao acesso e garantia da educação básica para todos. É, pois um importante mecanismo de controle social e a sociedade têm o direito e dever de intervir nas políticas públicas, a fim de melhorar a educação básica para todos, por meio da participação na elaboração e o acompanhamento da execução do PME.

Desse modo, defendemos que o PNE/ PME é o epicentro das políticas educacionais e tem como responsabilidade traduzir as necessidades e as condições do município para oferta e garantia de educação emancipadora, inclusiva e de qualidade social para todos os cidadãos. Logo, partindo da compreensão do PME, todos nós, enquanto cidadãos de direito e dever, temos o papel de exercer o controle social visando a garantia da realização das diretrizes, metas e estratégias propostas no plano e o alcance dos seus indicadores e objetivos.

De acordo com Gadotti (2014 p.2) a participação Social “se dá nos espaços e mecanismos do controle social como nas conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc”. Para o autor, esses “são os espaços e formas de organização e atuação da Participação Social”.

Controle social no campo educacional é, portanto, um espaço democrático-participativo e se constitui de um conjunto de elementos voltados ao fortalecimento da cidadania, para que a educação cumpra sua função social, e pode ser materializado por meio de diversos mecanismos de participação, tais como:

Quadro 1: mecanismos/elementos de controle social

Mecanismos/elementos	Função/ atuação	Referência no PNE 2014/2024
Conselhos Escolares	- acompanhamento de políticas públicas - participação e fiscalização na gestão escolar e educacional	Meta 19. Estratégia 2 Meta 19. Estratégia 4 Meta 19. Estratégia 5
Conselho Municipal de Educação	- acompanhamento de políticas públicas - participação e fiscalização na gestão escolar e educacional	Meta 19. Estratégia 2 Meta 19. Estratégia 5
Conselhos de Alimentação Escolar	- acompanhamento de políticas públicas	Meta 19. Estratégia 2

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS:
O PRISME - VOLUME 2

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Cacs/Fundeb)	- acompanhamento de políticas públicas	Meta 19. Estratégia 2
Fórum Permanente de Educação	-coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital de educação -efetuar o acompanhamento da execução do PNE e dos seus planos de educação	Meta 19. Estratégia 3
Associação de Pais e Mestres	-acompanhamento de políticas públicas	Meta 19. Estratégia 2 Meta 19. Estratégia 4
Grêmios Estudantis	- articulação orgânica com os conselhos escolares	Meta 19. Estratégia 4
Profissionais da Educação, alunos e familiares	- participação na formulação dos projetos políticos pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar, avaliação de docentes e gestores escolares	Meta 19. Estratégia 6
Comunidade escolar	- participação no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática	Meta 7. Estratégia 16

Fonte: elaborado por Prisme, 2024.

Ressalta-se que existem outros mecanismos/elementos e instâncias sociais que podem e devem exercer a função de controle social, além dos citados no quadro acima. De igual forma, existem outras funções de controle social a serem exercidas, além das que constam no referido quadro. Cabe a cada um, enquanto sociedade civil, participar e acompanhar a execução (ou não execução) de cada etapa das políticas públicas e não apenas o resultado final, uma vez que as diferentes formas,

de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil (Gadotti 2014, p.2).

Desta forma, a constituição e atuação de instância e organismos diversos da sociedade civil no controle social das políticas públicas educacionais tem um peso significativo para a garantia da materialização das políticas e dos direitos a uma educação socialmente referenciada para todos. Configuram, pois como mecanismos de gestão democrática da educação e devem atuar em todo o movimento das políticas públicas educacionais, participando, acompanhando e monitorando todo o processo, desde a fase de planejamento, perpassando pela execução/ realização, até o produto final do que foi executado/realizado, como também das pautas não realizadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 11 maio, 2024.

BRASILIENSE, Correio. **Controle e fiscalização no espelho.** 2019. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/aricunha/controle-e-fiscalizacao-no-espelho/>. Acesso em: 10 maio, 2024.

GADOTTI, M. **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional.** 2014. Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>. Acesso em: 14 maio, 2024.

PEREIRA, M. S. V. **O controle social do observatório social de Abaetetuba/PA na gestão pública da educação municipal.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PÓLIS- Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Controle social das políticas públicas.** 2008. Disponível em: http://epsm.nescon.medicina.ufmg.br/dialogos3/Biblioteca/Artigos_pdf/Controle_Social_das_politicas_publicas-REPENTE_Instituto_Polis.pdf. Acesso em: 10 maio, 2024.

Unidade Formativa 3

Gestão democrático-participativa e controle social como forma de mobilização da comunidade educacional e escolar dos SME para a elaboração dos novos planos municipais (2025-2035).

3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Doracy Dias Aguiar de Carvalho
Roberto Francisco de Carvalho
Ronaldo Muniz Silva
Venícios Cassiano Linden

Como disposto no artigo 1º da Constituição Federal (CF) de 1988 o Brasil constitui-se um Estado democrático de direito e se destina a “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos[...]” (BRASIL, 1988).

Por conseguinte, a expansão da democracia e dos direitos a partir da Constituição de 1988, impõe, obrigatoriamente, o cumprimento de responsabilidades por parte do Estado por meio do desenvolvimento de políticas públicas cujas finalidades são coletivas e visam assegurar o bem-estar da população a partir da materialização desses direitos.

Entre as garantias constitucionais inerentes aos direitos sociais insere-se a educação, concebida como um direito fundamental de natureza social expresso e consubstanciado no artigo 6º e reafirmado por outras leis nacionais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), as quais estabeleceram obrigações e tarefas do Estado e da família com vistas a assegurar o direito à educação.

Sob a égide das garantias legais o Estado busca materializar o direito à educação por meio das políticas públicas educacionais. Tais políticas, entretanto, devem ser pensadas e consideradas em seu contexto amplo, sem perder de vista as estruturas de poder e dominação, os interesses sociais contraditórios, bem como os recursos que operam na sua definição e que têm nas instituições estatais sua principal referência (AZEVEDO, 2001).

De modo consequente, o desenvolvimento das políticas educacionais públicas se faz por meio da gestão educacional e da gestão escolar, as quais devem ser desenvolvidas de maneira articulada. Em sua perspectiva macro a gestão educacional ocupa-se da escola e do trabalho nela realizado, ao passo que a gestão escolar opera numa perspectiva micro e orienta-se para a promoção do ensino e da aprendizagem visando assegurar o direito de todos à educação (LERCHE, 2007).

A gestão pública da educação abrange as políticas educacionais voltadas à realização da educação como bem público e busca a concretização dos princípios e objetivos do ensino conforme disposto na CF/1988, arts. 205 e 206, respectivamente, bem como no art. 3º da LDB. Este último estabelece os princípios e fins da educação nacional entre os quais deve ser assegurado “o pleno desenvolvimento da pessoa humana; [o] exercício da cidadania e [a] formação para o trabalho.”

Em conformidade com o art. 206, Inciso VI da CF/1988, art. 14 da Lei 9394/1996 e art. 8º, inciso IV, da Lei 13.005/2014 a gestão das políticas públicas educacionais deve ser realizada na perspectiva democrática. Sendo assim, seu planejamento demanda, indispensavelmente, o amplo envolvimento dos segmentos da comunidade educacional e da sociedade civil e deve levar em conta o interesse público na materialização do direito à educação.

A gestão democrática da educação, entretanto, confronta-se radicalmente com a lógica da gestão gerencial, de caráter técnico-instrumental, que guarda semelhança com a gestão das empresas e pauta-se em critérios ligados aos resultados, ao controle burocrático e à competitividade, além de limitar a participação social no processo de tomada de decisão (CARVALHO, 2011) relativa ao planejamento, à formulação dos planos e políticas educacionais.

Cabe sublinhar que os planos educacionais são instrumentos técnicos, mas, também, políticos, portanto, ambivalentes. Seu caráter técnico refere-se ao “[...] modo racional de definir ações prioritárias e os meios para o seu alcance. Sendo uma prerrogativa do Estado, traz em si a orientação política de cada gestão governamental” (FONSECA; FERREIRA; SCAFF, 2020, p. 02).

Assim, os planos podem ser influenciados pelos grupos de poder econômico e político que atuam junto ao Estado bem como pelas frações organizadas da sociedade que se mobilizam e “aglutinam capacidade de reivindicação, mais ou menos contundente

em diferentes fases governamentais” (Idem, ibidem, p. 02).

Em vista do que estabelece a Lei 9394/1996, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) foi aprovado por meio da Lei 13.005/2014. Sua formulação contou com a participação de diferentes setores da sociedade civil e sociedade política e foi marcada por intensas disputas. Tais disputas expressam distintos projetos de educação e de sociedade, bem como os interesses opostos dos grupos envolvidos compostos, de um lado, pelos defensores da educação privada e, do outro, pelos defensores da educação pública, gratuita, laica, universal, inclusiva e de qualidade.

Para Azevedo, Marques e Gomes (2024, p. 03) embora o PNE seja fruto de um pacto estabelecido entre forças políticas distintas constituídas no seio de uma sociedade majoritariamente conservadora e marcada por profundas desigualdades refletidas nas decisões educacionais, o plano em questão “[...] apontou para mudanças que poderiam auxiliar na melhoria da educação municipal por abrirem chances de maior protagonismo de atores locais nos rumos da política, apesar das complexas relações entre as localidades, o global e o nacional reconfiguradas pelo fenômeno da globalização.” Os autores apoiam-se em Putnam (1996) e Dowbor (2016; 2007;1995) para defender a participação local e afirmar que a cidadania é passível de exercício em diferentes níveis, mas a participação no **espaço local pode ser exercida de modo mais efetivo em razão da existência de estreitos laços de pertencimento social** (AZEVEDO; MARQUES; GOMES, 2024, grifo nosso)

Como umas das formas de concretizar a participação local o art. 8º que do PNE determina que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.” Da mesma forma estabelece que no prazo de dois anos – contados a partir da sua promulgação – **os entes federados, incluindo os municípios, devem aprovar leis disciplinando a gestão democrática da educação pública em seus respectivos territórios** (BRASIL, 2014, grifo nosso).

Partindo da premissa de que o PNE é o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira (DOURADO, 2018), podemos afirmar que os planos de educação dos demais entes federados são, também, o epicentro das políticas educacionais do Distrito Federal, Estados e municípios. Tais planos têm como uma de suas características a

continuidade de sua vigência de um governo para outro, o que significa dizer, por um lado, que o planejamento em torno dos planos é o que mais se aproxima de uma política de Estado, pois mantém-se a longo prazo e ultrapassa, pelo menos, três gestões de diferentes governos. Por outro lado, “[...] o [Plano Municipal de Educação] PME é um plano de Estado que contempla o território, e não apenas a rede municipal, e que deve se articular a outros instrumentos de planejamento como PPA, LDO, LOA, PAR, cujas metas devem estar alinhadas com o PNE” (RODRIGUES, 2018, p. 108).

Os PMEs estruturam e alinham as projeções para a educação municipal tendo como referência as metas e estratégias do PNE. Tais planos são considerados “[...] eixos das políticas educacionais que se articulam e são essenciais para a gestão da educação no país” (RODRIGUES, 2018, p. 107), portanto, são fundamentais na articulação interfederativa relacionada à garantia do direito à educação. Como núcleo central das políticas educacionais do município o PME expressa o planejamento da educação municipal, que é formulado por meio das conferências municipais realizadas pelo Fórum Permanente de Educação. Esse espaço – como um dos elementos que constituem o Sistema Municipal de Educação – deve atuar continuamente, de maneira democrática, com a finalidade de garantir o direito à educação e todas as condições inerentes à sua efetivação.

Para tanto, Carvalho, Rodrigues e Silva (2021) defendem que no processo de planejamento faz-se necessário considerar as características de cada município e realizar “[...] o mapeamento dos cenários gerais com vistas à definição de diretrizes, objetivos e metas, bem como à identificação de meios que favoreçam a sua consecução no sentido de desenvolver as instituições educacionais, e, conseqüentemente, os indivíduos que desenvolvem os processos educativos.” Nessa perspectiva, o PME necessita estar alinhado ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e ao Plano Estadual de Educação (PEE) e deve ser construído levando em conta as necessidades da coletividade municipal. Deve, ainda, buscar assegurar o envolvimento das três esferas de governo e a representação dos diversos segmentos da sociedade nos fóruns permanentes de educação e nos conselhos, posto que “[...] o PME deve se articular aos demais instrumentos do planejamento [...]” (BRASIL, 2014, p. 8).

Sendo assim, o processo de construção do PME demanda, conseqüentemente, a articulação da sociedade civil e dos movimentos sociais com as instâncias de governo

por meio dos fóruns permanentes de educação (BATISTA, 2024). Tais fóruns, como espaços de gestão democrática da educação, têm a finalidade de assegurar o planejamento participativo para a elaboração, monitoramento e avaliação da política educacional, processo esse fundamental para a gestão e institucionalização do sistema educacional nos municípios (RODRIGUES, 2018).

Portanto, a gestão democrática da educação e a construção dos PMEs nos territórios municipais pressupõem que suas especificidades socioeconômicas e culturais sejam consideradas sem perder de vista a garantia da ampla participação da sociedade nesse processo como forma de assegurar o interesse público e a efetivação do direito à educação.

REFERÊNCIA

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo - Vol. 56).

AZEVEDO, J. M. L. de A.; MARQUES, L. R.; GOMES, A. Gestão democrática, poder local e o planejamento educacional de municípios pernambucanos. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** - v. 40, n. 01 e 136276 - 2024

BRASIL. **O Plano Municipal de Educação**: caderno de orientações. Brasília: Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino/Ministério da Educação, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal da República do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Vigência. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília – DF, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/1996**. Ministério da Educação. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Ministério da Educação. Brasília – DF, jun. 2014.

CARVALHO, Roberto Francisco de. **O processo de gestão e participação na universidade: limites, possibilidades e desafios na UFT**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia – GO, 2011.

CARVALHO, R. F.; RODRIGUES, R. S.; SILVA, A. C. G. Conselho Municipal de Educação e planejamento participativo: mecanismos de efetivação da gestão dos sistemas e escolas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 6, p. 1-24, 2021.

FONSECA, M.; FERREIRA, E. B.; SCAFF, E. A. S. Planejamento e gestão educacional no Brasil.

Educar em Revista, Curitiba, v. 36, e69766, 2020.

LERCHE, Sofia Vieira. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples.

RBPAE – v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007

OLIVEIRA, J. D. B. Planejamento e gestão educacional na relação articulada entre o plano municipal de educação como epicentro das políticas municipais e o fórum permanente da educação municipal. **PRISME/RCT. III Momento Formativo – Maio, 2024**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wy8MYsjcFts&t=2173s>. Acesso em: 16 maio 2024.

RODRIGUES, R. S. **Planos nacional e municipais de educação no Tocantins e institucionalização do sistema nacional de educação: perspectivas e contradições**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado).

3.2 ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCACIONAL/ESCOLAR NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Rute Soares Rodrigues
Geraldo Grossi Junior

I) A Relevância da Mobilização da Comunidade Educacional

O Plano Municipal de Educação deve ser a expressão do desejo coletivo dos residentes do território a respeito da Educação no âmbito municipal. Isto implica em dialogar com a comunidade sobre como está o desenvolvimento da educação ofertada no município? Como queremos a educação no município nos próximos dez anos? E o que estamos dispostos a fazermos para chegar onde queremos? Portanto, a mobilização e envolvimento da comunidade educacional é fundamental no processo de elaboração do plano municipal de educação. De acordo com a coletânea de olho nos planos com a temática a participação na construção, revisão e monitoramento dos Planos de Educação, é necessário “instituir processos participativos amplos e democráticos com condições adequadas de influência na tomada de decisão que atendam às demandas sociais de suas realidades.” (2013, pag. 5).

II) Mobilização parte fundante da gestão democrática

Considerando o princípio da gestão democrática do ensino público, conforme preceitua a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano

Nacional de Educação, mobilizar a comunidade educacional é imprescindível e inerente para a definição do plano municipal de educação. Desse modo, é salutar que haja um amplo debate, tendo em vista propiciar a participação coletiva nas decisões. Ressalta-se a participação de espaços institucionalizados que de acordo com Lagares, Brito e Silva (2020, pag. 101), os espaços e mecanismos de participação definidos na legislação dos sistemas são: CME (Conselho municipal de Educação), FME (Fórum municipal de Educação), PME, nomeação da Equipe Técnica e Comissão de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PME, CE, CACS/FUNDEB (Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb), CAE (Conselho Municipal de Alimentação Escolar), Grêmio Estudantil e Comissão de Gestão do PCCR.

Desse modo, compreende-se que para o processo de elaboração dos planos municipais de educação, além dessas instâncias apontadas anteriormente é essencial também associações de pais e mestres, conselhos escolares e grêmios estudantis, propiciando favoravelmente as definições que mais atenda aos anseios da sociedade por uma melhor educação municipal. (BRASIL, pag. 20).

III) Como mobilizar a comunidade educacional na elaboração do PME?

É fundamental definir uma metodologia de trabalho para o engajamento e mobilização da comunidade educacional, envolvendo alunos, professores, pais de alunos, e profissionais da educação. Essa mobilização e chamamento deve considerar a participação em reuniões, audiências públicas, conferências sempre buscando debater: Que educação temos? Que educação queremos? E como chegar até lá?

A mobilização pode ser por meio das redes sociais, como WhatsApp, Instagram e e-mail. No caso do WhatsApp pode ser criado linhas de transmissão, enviado card, informativo dos momentos de discussão e debates. Também é salutar utilizar os meios de comunicação de acordo com a realidade local, como rádios, cartazes, serviços de som, panfletagem, faixas, etc. Especial atenção deve ser dada aos movimentos sociais existentes no município, portanto os espaços de associações, grupos religiosos, clubes sociais, grupos culturais, entre outros. Ou seja, todo espaço de agremiação existente no município pode e deve ser espaço onde se deve promover o diálogo sobre o Plano Municipal de Educação.

IV) A Realização de Reuniões, Audiência Públicas e Conferências – Espaço de ouvir e colher as ideias da comunidade

Pesquisas de opinião e/ou questionários para grupos específicos podem ser utilizados como elementos iniciais para provocar o diálogo e se tornarem uma forma concreta e eficiente de coletar sugestões, ideias e propostas. Estas ideias e propostas devem ser sistematizadas e socializadas por meio da realização de reuniões, audiências públicas e conferências. É o momento de formalizar e registrar em ata ou relatórios os anseios da comunidade.

REFERÊNCIAS

COLEÇÃO DE OLHO NOS PLANOS. A construção e a revisão participativa de Planos de Educação / Ação Educativa – São Paulo: Ação Educativa, 2013, 2ª edição.

LAGARES, Rosilene; BRITO, Kátia Cistina Ferreira Custodio; SILVA, Meire Lúcia Andrade da. Gestão da educação em sistemas municipais de ensino no Tocantins: tensionamento entre princípio e método democráticos. RBPAE - v. 36, n. 1, p. 094 - 110, jan./abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. O Plano Municipal de Educação Caderno de Orientações. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, 2020.

3.3 CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ana Cléia Gomes da Silva¹¹
Adaires Rodrigues de Sousa¹²

De início, é importante compreender Controle Social como o efetivo exercício da participação social, seja em conferências, conselhos ou fóruns educacionais, o qual, na perspectiva de Bordignon (2020, p. 33), é definido como “inerente ao exercício da cidadania, à participação dos cidadãos na definição das políticas públicas e na vigilância sobre o governo, tendo como horizonte o interesse coletivo”, sendo um espaço de interlocução entre o governo e a sociedade civil. Assim, todas as ações como “audiências públicas, conferências e outros mecanismos de escuta” são entendidas como parte integrante do controle social ativo (BORDIGNON, 2020).

Corroborando com o pensamento de Silva (2010, p. 93), que afirma que “o controle social não é do Estado e sim dos setores, dos grupos sociais. São mecanismos efetivados por meio de ações, medidas e regras impetradas pelos sujeitos sob a maneira de como o estado capitalista age na sociedade”. Neste contexto, conhecer e atuar nos espaços de controle social é fundamental para a elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, tendo em vista que esses espaços participativos contribuem com a administração da gestão pública.

Para Gomes et al. (2024, p.174), o “princípio legal garantido na CF de 1988 e na LDB de 1996, a gestão democrática não se dissocia dos princípios de autonomia, participação e controle social”, os quais devem ser normatizados por meio de leis, decretos e portarias, ou seja, com todas as contradições sociais, elaborar, implementar e fiscalizar o serviço público com olhos na superação do antagonismo de classes pois, não basta estarem normatizados, sua efetividade precisa ser contínua, precisa surtir efeitos na vida das pessoas. Assim, reforçando a importância da participação, Bordenave (1994, p.16) reflete que: “[...] a participação tem duas bases complementares: uma base afetiva - participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros - e uma base instrumental - participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos”. Entende-se que a participação é fundamental para o fortalecimento do controle social, pois só aprende a gostar de participar participando.

¹¹ Trabalha como Técnica na Secretaria Municipal da Educação de Palmas/TO. Mestra em Educação pelo PPGE-UFT. Coordena o Fórum Permanente da Educação de Palmas e é Vice-presidente da Câmara de Educação Básica (CME). Formadora do Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME). É integrante do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal (GepeEM) e do Observatório dos Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObSPE).

¹² Mestre em Educação e Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Membro consultor externo - amigo crítico - da Equipe de Autoavaliação do Agrupamento de Escolas de Mangualde; Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), cadastrado no CNPQ/CAPES. Membro do Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObSPE). Formador no Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino Educação do PRISME.

Se tratando da qualidade da educação básica, “é certo que pensar a qualidade da educação implica considerar o uso de medidas comparativas que permitam distinguir entre o que seria uma boa ou uma má qualidade” (NARDI et al., 2024, p. 362). No Brasil, podemos observar que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é considerado “o referencial de qualidade de maior força no contexto das recentes políticas educacionais, expresso pelo IDEB, que combina dois indicadores de natureza quantitativa (aprovação e desempenho) e ancora-se em um sistema de avaliação externo à escola” (Nardi et al., 2020, p. 360), isto implica dizer que, de fato o IDEB é considerado um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. Por outro lado, são muitas as críticas ao Ideb, que está ancorado na política de resultados, tornando assim um ranqueamento das escolas públicas.

No que tange à “qualidade social na educação, esta não se restringe a fórmulas matemáticas, tampouco a resultados estabelecidos a priori e a medidas lineares descontextualizadas” (SILVA, 2009, p. 223), pois, a sociedade brasileira é composta por diversos grupos sociais, com uma enorme desigualdade social e econômica, em um contexto excludente para a maioria que está abaixo da pirâmide e, tais contextos e realidades também precisam compor o conjunto de dados a serem analisados no cômputo da qualidade educacional. É preciso considerar todos esses fatores que envolvem a sociedade brasileira ao falar sobre o padrão de qualidade da educação pública.

O que entendemos por qualidade da educação? Podemos imaginar alguns determinantes externos que contribuem para a qualidade da educação escolar a partir do pensamento de Silva (2009. p.224), que destaca:

- a) Fatores socioeconômicos, como condições de moradia; situação de trabalho ou de desemprego dos responsáveis pelo estudante; renda familiar; trabalho de crianças e de adolescentes; distância dos locais de moradia e de estudo;
- b) Fatores socioculturais, como escolaridade da família; tempo dedicado pela família à formação cultural dos filhos; hábitos de leitura em casa; viagens, recursos tecnológicos em casa; espaços sociais frequentados pela família; formas de lazer e de aproveitamento do tempo livre; expectativas dos familiares em relação aos estudos e ao futuro das crianças e dos jovens;

c) Financiamento público adequado, com recursos previstos e executados; decisões coletivas referentes aos recursos da escola; conduta ética no uso dos recursos e transparência financeira e administrativa;

d) Compromisso dos gestores centrais com a boa formação dos docentes e funcionários da educação, propiciando o seu ingresso por concurso público, a sua formação continuada e a valorização da carreira; ambiente e condições propícias ao bom trabalho pedagógico; conhecimento e domínio de processos de avaliação que reorientem as ações.

Reforçando o que afirmamos anteriormente acerca de que a qualidade da educação não resume-se a fórmulas matemáticas e a medidas lineares descontextualizadas, esses quatro elementos citados no quadro acima clareiam bastante o que precisamos compreender acerca da qualidade na educação para alcançar uma educação de qualidade, facilitando o processo investigativo para a materialização da qualidade da educação pública.

Portanto, o controle social democrático e participativo, seja ele exercido no âmbito das conferências, dos conselhos, dos fóruns entre diversos outros colegiados no campo da educação, contribuem com a necessária efetivação da gestão democrática da educação pública, pois, os espaços de controle social, quando efetivos, quando objetivados para a resolução das desigualdades sociais, são efetivos e contribuem para a melhoria da qualidade da educação pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>Acesso em: 02 jul.2024

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 02 jul.2024.

BORDIGNON, Genuíno. Conselhos de Educação do Brasil (1842-2020) trajetórias nos cenários da história / Genuíno Bordignon – Curitiba: CRV: 2020. 272 p.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GOMES, Brenda Cristina Ferreira. CARDOZO, Maria José Pires Barros. MACEDO, Rodvânia Frazão. SILVA, Ana Cléia Gomes da. Pesquisa em Política e gestão da educação: sistema e escola/Rosilene Lagares, Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito, Meire Lúcia Andrade da

Silva. (Organizadoras) – Curitiba: CRV, 2022. 274p.

NARDI, E. L.; SCHNEIDER, M. P. ; RIOS, M. P. G. . Qualidade na educação básica: ações e estratégias dinamizadoras. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 359-390, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> Acesso em: 02 jul.2024.

SILVA, Maria Abádia; BRAGA, Marcus Vinícius de Azevedo. Controle Social em Educação Básica Pública. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S.l.], v. 4, n. 8, dez. 2010. ISSN 1981-1969. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/21835/14290>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SILVA, Maria Abádia. DA QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/9dskHZ5yhjhYbXfGNNvm4VK/> Acesso em 28 jun. 2024.

